

MARCELO SATHLER

JACARENEMA

A A R E N A

UM PARQUE REDUTOR DE DESASTRES URBANOS
SOB RISCO DE URBANIZAÇÃO

pedregulho

Marcelo Sathler

Jacarenema, a arena:

um parque redutor de desastres
urbanos sob risco de urbanização

pedregulho

Agradecimentos

O agradecimento, para mim, autor deste livro, é a parte mais prazerosa e, ao mesmo tempo, a mais complicada. Prazerosa por ser a oportunidade de me lembrar de cada pessoa que me ajudou no processo de aprendizado que gerou este trabalho: os membros do núcleo acadêmico – colegas de classe, professores, pesquisadores, comitê de orientação – e as pessoas residentes no Espírito Santo que colaboram para a construção de uma cidade mais sustentável – os técnicos, os ambientalistas, os ativistas, os correligionários políticos, os membros da situação e da oposição, todos, inclusive aqueles leves indivíduos que me cercaram de afeto nas horas mais difíceis. Me lembrar de todos vocês é muito agradável. E complicado. Porque me falta espaço nesta pequena área de agradecimento para todos os nomes. Porém, saibam, recordo-me de cada um de vocês, de como me ajudaram a crescer, nas diferentes maneiras de interação vividas. Um agradecimento especial aos membros dos partidos que me convidaram para ingressar nas suas legendas. Recebi cada convite como um elogio, por visualizarem em mim e, principalmente neste trabalho, um apoio para a tão necessária mudança. Sigo, como sempre fui, sem ligação político-partidária. Agradeço a vocês todas as informações fornecidas: pena que o curto período de pesquisa me impediu de aproveitá-las de forma mais contudente. Estão todas guardadas, quem sabe um dia me serão úteis, até mesmo necessárias. Ressalto que vocês foram essenciais para a compreensão do contexto político do Parque Natural Municipal de Jacarenema e do momento político do Espírito Santo. Quanto a isso, adianto uma coisa: não está bom, devido às pessoas envolvidas, que refletem muito das coisas

que fazem esse país ser o que é. Algumas dessas talvez não saibam, ou sintam, os danos que fazem para nossa sociedade. Talvez, com essas informações, mudem.

Prefácio

A construção de uma agenda ambiental em um país com a imensidão e as características do Brasil requer, acima de tudo, uma minuciosa análise das peculiaridades que formam o complexo mosaico da nossa identidade socioambiental. Nos é impossível dissociar as vocações naturais da terra das necessidades originárias da ocupação humana. Tampouco a conciliação de objetivos – quase sempre tão díspares – é uma missão rápida e suave. Diversos são os interesses e, quase sempre, desproporcional é o “poder de fogo” entre os que buscam saciar a sua sede de lucro às custas da degradação ambiental e aqueles que buscam o equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais.

Improvável existir um único município brasileiro, grande ou pequeno, que esteja liberto de, mais cedo ou mais tarde, ter que debater e decidir sobre o caminho que traçará para atender às necessidades de conforto econômico e social da sua população ao mesmo tempo que consiga manter saudáveis os serviços ambientais dentro do seu território.

Vila Velha, no Espírito Santo, vive seu tempo de dilema.

Detentor de um riquíssimo patrimônio natural – o Parque Municipal de Jacarenema, o município sofre com uma intensa especulação imobiliária e uma forte pressão expansionista da vizinha Vitória, capital do estado. E uma Unidade de Conservação como Jacarenema – que tem o mar como uma das suas fronteiras naturais – é alvo certo daqueles que sonham com espigões de concreto fazendo tilintar suas caixas registradoras.

Mesmo ofertando serviços ambientais essenciais para a área metropolitana da Grande Vitória, como o indicativo da qualidade

da água que abastece a metrópole e a macrodrenagem da região, o Parque Municipal de Jacarenema é vítima do abandono do poder Público e vem, sistematicamente, sofrendo inúmeras degradações, como a caça e a pesca predatória, a extração ilegal de areia, invasões e despejo de esgoto *in natura*.

A principal artéria fluvial do parque, o Rio Jucu, que nasce a cerca de 100km de distância, nas Serras do estado, encontra não apenas a sua foz nos braços de Jacarenema. Lá, encontra também o que de pior há nas ações humanas. Jucu torna-se cada vez mais assoreado e poluído.

Tão grande quanto à necessidade de se promover a conservação de Jacarenema é a sua urgência. E o primeiro e o mais firme passo nessa direção está nas próximas páginas.

Este livro, do caro amigo e Mestre biólogo Marcelo Sathler, é um contundente e profundo estudo sobre as vocações naturais do Parque Municipal de Jacarenema e, principalmente, um guia para que os gestores públicos possam construir políticas públicas eficazes e eficientes para poupar os habitantes da Grande Vitória dos dissabores que a omissão produz.

Ainda resta esperança para Jacarenema e para a cidade de Vila Velha.

Dener Giovanini

Sumário

12		Conservação x Ativismo político
17		O que as próximas páginas te mostrarão
19		Caracterização da área e atuais problemas
40		Processo Social
41		Plano Diretor Municipal: O início do conflito
46		Período 2000-2005
46		Ano 2000: Max Filho torna-se prefeito de Vila Velha
47		Anos 2002 – 2005: Paulo Hartung no poder
49		Elucidação 2000 - 2005
50		Ano 2006
52		Elucidação 2006
53		Ano 2007
59		Elucidação 2007
59		Ano 2008
60		Elucidação 2008
60		Período 2009 - 2010
60		Ano 2009
62		Ano 2010
66		Elucidação 2009 - 2010
67		Ano 2011
79		Elucidação 2011
82		Ano 2012
90		Elucidação 2012
96		Ano 2013
117		Elucidação 2013
122		Atores

123		Max Filho
128		Neucimar Fraga
131		Rodney Miranda
139		Marcos Rodrigues
140		Ivan Carlini
143		Almir Neres
147		Joel Rangel
152		João Artem
153		Rogério Cardoso
157		Andinho
160		Ricardo Chiabai
162		Valdir do Restaurante
165		Valter Rocon
169		Oswaldo Maturano
170		Duda da Barra
172		Arnaldinho Borgo
174		Zé Nilton
177		Belo
178		Anadelso
180		Wedson
182		Empreendimentos
183		Galwan
191		Teixeira Holzmann Empreendimentos
194		Green Village
200		Outros Atores e Empreendimentos
204		Processo Social – Resumo
208		Processo Decisório
214		Processo Decisório – Resumo
216		Orientação do problema

216		Esclarecimento dos objetivos
224		Tendências
224		Ocupação do município de Vila Velha
237		Portos: a construção do Superporto
250		Condições
253		Projeções
258		Alternativas
267		Orientação do Problema - Resumo
269		Referências

Lista de abreviações e siglas

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

APA – Área de Proteção Ambiental

ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo

ASSMPG – Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças

CAOA – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico do Ministério Público Estadual do Espírito Santo

CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento

CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo

FPDVV – Fórum Popular em Defesa de Vila Velha

FUNCEF – Fundação dos Economizários Federais

FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INJAPA – Instituto Jacarenema de Pesquisas Ambientais

MPES – Ministério Público do Espírito Santo

ONG – Organização Não Governamental

PDDUS – Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável

PDM – Plano Diretor Municipal de Vila Velha

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMVV – Prefeitura Municipal de Vila Velha

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PL – Projeto de Lei

PR – Partido da República

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SEMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Conservação x Ativismo político¹

A perda acentuada de recursos naturais e biodiversidade é reconhecida como um dos maiores problemas da sociedade moderna. É prevista, para o ano de 2050, uma carência generalizada de elementos essenciais para a sociedade, como, por exemplo, a água – a sua falta já afeta um bilhão e duzentos milhões de pessoas no mundo.

Para cada refugiado de conflitos no mundo existem dois refugiados devido à fome, às inundações² e aos desastres ambientais. Registram-se diásporas modernas provocadas pela perda de ecossistemas e, a cada ano, elas aumentam de frequência, participando ativamente na configuração da geopolítica mundial. A mais recente nação do planeta, o Sudão do Sul, confirma essa afirmativa por ter sido originada por um colapso político em que, entre os principais elementos da desavença, estava a disputa por terras férteis e a movimentação humana involuntária por motivos de desertificação.

Muitos países possuem sua economia e seu bem-estar dependentes da conduta dos processos climáticos. Bangladesh e Etiópia são destaques quanto a isso, embora antagônicos. O primeiro sofre com enchentes catastróficas anualmente e o segundo tem o baixo índice pluviométrico como um dos maiores impedimentos para

1 *Conservação x Ativismo político* foi publicado no periódico acadêmico *Natureza Online*, cuja citação para uso é: Sathler M (2015). *Conservação apolítica, resultados inaparentes. Natureza Online* 13 (2): 53-55.

2 Inundação representa o transbordamento das águas de um curso d'água, atingindo a sua respectiva planície de inundação ou área de várzea. As enchentes ou cheias são definidas pela elevação do nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém, sem extravasar. O alagamento é um acúmulo momentâneo de águas em determinados locais por deficiência no sistema de drenagem, ou, como este livro mostrará, fruto da ocupação humana em áreas inadequadas.

a própria estabilidade. Conforme afirmam as Nações Unidas e outros organismos internacionais, hoje, milhões estão à mercê dos fenômenos da natureza, não havendo infraestrutura ou instituições nacionais capazes de mitigar as mazelas ocasionadas. E os desastres não somente podem ocorrer, como também podem ser esperados.

Essas informações e tantas outras sobre os efeitos antrópicos negativos nos meios naturais e suas respectivas consequências há tempos são difusas, abertamente discutidas na mídia e facilmente acessíveis na internet. As denúncias e as reivindicações socioambientais são ouvidas pelos indivíduos à frente dos governos, porém, como também é sabido, dificilmente são acatadas. As informações científicas embasam os clamores do drama ambiental, afirmando que ele ocorre em diversas partes do mundo. Não é preciso muito esforço para notar que os dados acadêmicos não foram capazes de promover uma mudança significativa na sociedade global, nem ao menos frear o aumento do uso insustentável dos recursos naturais.

À medida que advogam por meio de reações governamentais em prol de uma sociedade mais sustentável, pesquisadores são frustrados nas tentativas de aplicar o conhecimento científico que produzem ao ordenamento jurídico ou às atividades que compõem as/resultam das políticas públicas. Não obstante, como o estadunidense Tim Clark afirmou, “podemos, de fato, estar treinando “sábios idiotas”, indivíduos hábeis em certas áreas, mas amplamente inaptos em outros aspectos do campo”. Os berços acadêmicos mostram natureza cartesiana e as diversas esferas intelectuais admitem a visão limitada, fracionada e afetada culturalmente das mais fidedignas fontes de informação que a humanidade, até o momento, conseguiu construir.

A irredutibilidade dos governantes e a incapacidade dos ambientalistas de influenciarem adequadamente as políticas para o meio ambiente pede uma nova abordagem para conservação: a compreensão dos processos políticos. Da mesma forma que diferentes pessoas, com diferentes objetivos políticos, estudam políticas públicas para aprenderem como promoverem suas opções, é razoável que os conservacionistas adotem esse comportamento para alcançarem seus objetivos.

O estudo das políticas públicas pede mente aberta e exige o conhecimento das características do ambiente político. Frequentemente é necessário abdicar do conhecimento tradicional adquirido nas áreas acadêmicas ou, ao menos parte do treinamento responsável por enraizar a visão predominante dos profissionais originados de outras áreas, pois muitos treinamentos condicionam e impossibilitam a compreensão da situação e do contexto que aportam a realidade e o desenrolar político regente.

Evidentemente é necessário compreender o que é política pública e como ela ocorre. Essa sempre se refere às ações da administração pública e às intenções definidoras dessas ações – em outras palavras, qualquer coisa que os dirigentes públicos, no comando do governo, resolvam ou não fazer em relação à sociedade. Alguns autores afirmam que as políticas públicas consistem em decisões políticas para a criação de programas, com intuito de alcançar os objetivos da sociedade. Outros colocam as políticas públicas como ações resultantes de disputas entre aqueles que detêm o poder, sobre quem consegue o quê, e que diferença isso faz.

Independentemente do conceito, é inegável que as políticas públicas sejam a soma das atividades governamentais, de forma direta ou através dos agentes, e que elas influenciam na vida dos cidadãos,

sendo fruto do trabalho, das ações e das escolhas de pessoas que compõem o corpo institucional dos governos, nos diferentes níveis – através das agências, ministérios, comissões e todos os possíveis ambientes de decisão, deliberação e execução. A maior parte desse corpo são os funcionários públicos ou empresas terceirizadas responsáveis pela execução das decisões efetuadas nas mais altas hierarquias por homens eleitos pela sociedade ou que ascenderam dentro das instituições governamentais.

Numa sociedade, poucas são as pessoas que decidem as políticas públicas: o que deve ser feito, como deve ser feito, quando deve ser feito, quem fará cada uma das atividades estabelecidas e o que deve ser obedecido pela população. É essencial a identificação desses atores, seus entendimentos, suas formas de atuação e como eles conseguem legitimidade para agir, reconhecendo ser imperativa a descoberta das suas alianças, já que, mesmo nas monarquias totalitárias, o poder não surge do homem isolado.

As decisões, muitas vezes materializadas em políticas, são tomadas por aqueles que dominam a sociedade ou o grupo social em questão e esses influenciados pouco podem fazer, sendo manipulados pelos dominadores e incitados de acordo com o interesse deles. Usualmente há divergência entre os soberanos e as suas camarilhas, o que resulta em agremiações disputando o controle societal. Os detentores do poder sempre se agremiam a um grupo com o qual os interesses coincidem. Na democracia, o interesse das lideranças age conforme colocou, em seu livro *Ciência Política*, Paulo Bonavides: *Esses interesses, parcialmente coletivos e em busca de representação, servem-se na democracia pluralista do Ocidente de dois canais para chegarem até ao Estado*³: os partidos políticos e os grupos de pressão.

3 Refere-se ao controle do Estado.

Através desses canais é que as decisões surgem. Ambos exercem o poder quando a política acontece, isso é, quando o governo homologa sobre como se deve abordar um problema público em qualquer nível. Tais homologações podem ser encontradas em diversos tipos de regulamentos, como constituições, leis, portarias, jurisprudências etc., ou mesmo no estímulo de alteração de comportamento de servidores públicos, independentemente de suas funções ou níveis hierárquicos. Como não é admissível na sociedade contemporânea uma vida fora do Estado, todos os cidadãos são obrigatoriamente vinculados à vida política e, assim, aos interesses dos governos, aos partidos políticos, aos grupos de pressão e a todos aqueles que dirigem esses grupos.

É inevitável reconhecer a carência de biólogos, ecologistas ou conservacionistas atuando ou influenciando nas mais altas hierarquias de poder. Sem isso, os estudos científicos conservacionistas se assemelham mais aos registros históricos das espécies e dos ecossistemas do que às ferramentas de conservação desses, como se espera. Este livro busca mudar isso.

O que as próximas páginas te mostrarão

Este livro identifica as forças, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou quaisquer outras que atuem e afetem na conservação do Parque Natural Municipal de Jacarenema e nas áreas circunvizinhas. Além disso, organiza eventos, pessoas e decisões para a compreensão do jogo político relacionado à disputa pela área da unidade de conservação e sua zona de amortecimento. A compreensão da situação demonstrará a importância da unidade de conservação para mitigar, diminuir e impedir os alagamentos e inundações na cidade de Vila Velha, extremamente vulnerável às chuvas, e permitirá a identificação dos reais problemas, aperfeiçoando a defesa de Jacarenema e, claro, dos vila-velhenses, maiores vítimas desse covarde e despercebido conflito.

Os principais atores envolvidos são mencionados. No decorrer do livro, você, leitor ou leitora, verá os elementos fundamentais pertencentes aos processos sociais e políticos que envolvem o Parque, sejam aqueles à vista ou ocultos, dos convergentes aos divergentes e, ao final, encontrará um “mapa” da atual condição de conservação de Jacarenema. Nele, há uma descrição das tendências que levaram à atual condição e as projeções decorrentes caso o atual status seja mantido e, também, alternativas para garantir a conservação da Unidade de Conservação e seu entorno, sendo que o “entorno” é uma cidade que afunda, no sentido de sua qualidade, ou submerge, no sentido literal, a cada período de chuvas.

O estudo sobre conflitos de interesse pela área do Parque é importante, também, para a conservação de outras áreas protegidas no Brasil, uma vez que a área da reserva sofre diversas pressões

características daquelas sofridas por outras unidades de conservação brasileiras próximas à malha urbana. Ou, pior, que irão acontecer, uma vez que as cidades avançam, um avançar que, infelizmente, significa perda de qualidade em nossa nação.

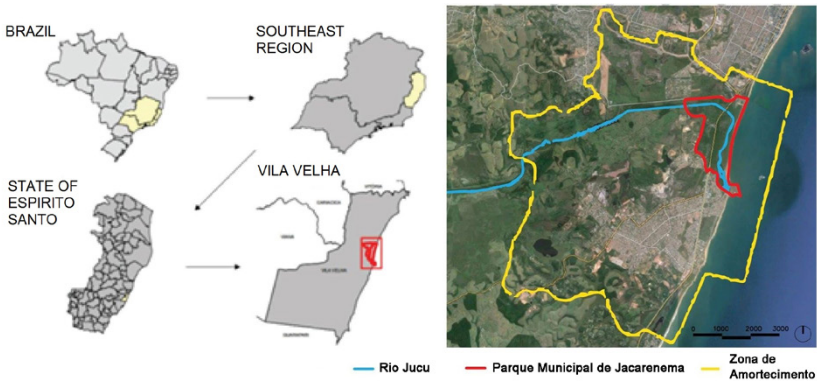
Por se tratar de uma desgraça civilizatória, as próximas páginas mexem com uma situação “delicada” e não saíram da cabeça deste escritor. Tudo é baseado em fatos passíveis de aprofundamento, cujos caminhos para eles são facilmente identificáveis nas notas de rodapé. Vasculhem! Foram reunidas cinquenta páginas de referências para quem quiser conferir tudo que eu digo, aqui selecionadas as primordiais. E, adianto, Vila Velha foi um erro, que só piora ano a ano.

Marcelo Sathler

Caracterização da área e atuais problemas

O Parque Natural Municipal de Jacarenema, chamado de Reserva Ecológica de Jacarenema na sua criação, é uma unidade de conservação à beira-mar, localizada no município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo (Figura 1).

Figura 1: Enquadramento político-administrativo de Jacarenema



Fonte: Acervo do autor

A unidade de conservação foi criada pela Lei Estadual no 5.427, de 28 de julho de 1997⁴ – iniciativa do ex-deputado estadual e ex-líder da Frente Parlamentar Ambientalista do estado Claudio Vereza – e sancionada pelo governador à época, Vitor Buaiz. O município protegeu a área através do Decreto Municipal n. 033, de 09 de fevereiro de 2003, assinado por Max Filho, reeditado posteriormente por esse prefeito, no Decreto Municipal n. 26, de

⁴ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em vigência, foi criado no ano de 2000. A categoria “Reserva Ecológica” não existe atualmente.

7 de fevereiro de 2008, que inseriu os detalhamentos da unidade de conservação.

A vegetação predominante da área é a restinga. No Parque, há diferentes comunidades de plantas, resultantes das características do local, influenciado pelo mar, pelo Rio Jucu e pelo vento; composto por mangues, cordões arenosos, planícies alagadas e áreas arenosas. A vegetação sofre maior influência do solo – dotado de diferentes profundidades de lençol freático – do que do clima⁵.

O solo é grosseiro em textura, o que resulta em baixa capacidade de retenção de partículas e alta permeabilidade. Consequentemente, trata-se de um solo sensível à erosão e à contaminação do lençol freático⁶. Tais dados apontam, portanto, para uma amplificação dos efeitos negativos da aproximação da malha urbana, que influencia os limites físicos da reserva.

A unidade de conservação é dividida pela rodovia ES-060, conhecida como Rodovia do Sol. Trata-se de uma rodovia radial estadual que liga as cidades de Vila Velha e Guarapari e tem 31 km de extensão. Uma parte é limitada entre o mar e a rodovia, dotada de maior vegetação, limítrofe ao norte com os bairros Jockey de Itaparica e Darly Santos, onde se encontra o Trevo da Barra do Jucu. Essa parte litorânea da reserva é, ao sul, limitada pelo bairro Barra do Jucu, onde se localiza a foz do Rio Jucu (Figuras 2 e 3).

5 Para aprofundamento, trata-se de uma comunidade edáfica. A restinga é uma formação vegetal que cobre planícies quaternárias arenosas litorâneas, formando um conjunto de fatores bióticos e abióticos peculiares. Ver, nas referências, Suguio e Tessler (1984), Silva (1990), Musso e Lima (2002c), Araújo e Henriques (1984) e Araújo (1987).

6 O solo, predominante, é o Neossolo Quartzarênico, composto de, no mínimo, 95% de quartzo, calcedônia e opala, com minerais primários, sujeitos ao intemperismo, pouco presentes ou até mesmo ausentes. Ver Embrapa (2006) e Musso e Lima (2002c).

Figura 2: Parque Natural Municipal de Jacarenema

À esquerda, no canto inferior, parte sul da Reserva e a foz do Rio Jucu, entre o final da praia e o Morro da Concha. À direita, margeando a orla e a rodovia, onde é possível visualizar o trevo da barra do jucu, limite norte da reserva. A área descampada justaposta ao trevo faz parte da reserva.

O Rio Jucu entra na reserva por debaixo da ES-060 e divide sua porção oriental”



Fonte: Google Earth

Figura 3: Limite norte do PNMJ

O trevo une a ES-060 com a rodovia Darly Santos. A maior edificação na imagem é o Shopping Boulevard Vila Velha (a imagem antecede em meses sua inauguração). O solo marrom exposto nos terrenos adjacentes ao shopping denuncia atividades de urbanização e edificação. A área descampada próxima ao trevo foi resultado de um incêndio (Zanotti, 2013)



Fonte: Google Earth

Do outro lado da pista, a unidade é limítrofe ao norte com os bairros Darly Santos e Pontal das Garças e, ao Sul, com os bairros Santa Paula I e II. Essa área da reserva é frequentemente alagada, sendo poucos os locais que não ficam submersos periodicamente, e é fronteira, ao oeste, com dois loteamentos de imóveis, o bairro Itapuera da Barra e com uma área rural (Figura 4).

A área protegida alcança um pouco mais de três quilômetros de comprimento em determinados locais e possui largura variável, totalizando 346,27 hectares⁷. Conforme as imagens mostram, a unidade de conservação é dividida pelo Rio Jucu, local de desembocadura da sua foz. Na área, há ocorrência de 22 espécies de anfíbios, 121 espécies de aves, 18 espécies de mamíferos, 16 espécies de peixes e 32 espécies de répteis. A região é refúgio de aves migratórias que encontram, na unidade, um local para repouso e alimentação, como o saí-andorinha (*Tersina viridis*). O gavião-pombo-pequeno (*Leucopternis lacernulatus*), ave em estado vulnerável de extinção, de acordo com a IUCN, já foi registrado na reserva⁸.

A reserva destaca-se ainda pela presença de lontras (*Lontra longicaudis*), espécie cujo estado de conservação é desconhecido⁹ (IUCN, acesso em 07 maio 2013), e do guaiamun (*Cardisoma guanhumi*), espécie na lista nacional de invertebrados aquáticos ameaçados de sobre-exploração (BRASIL, 2003). Segundo pesquisadores da Universidade Vila Velha, os animais são importantes por prestarem papel de indicador ecológico da saúde da reserva e do Rio Jucu, responsável pelo abastecimento de quase toda a Grande Vitória, proporcionando água para mais de um milhão de habitantes¹⁰.

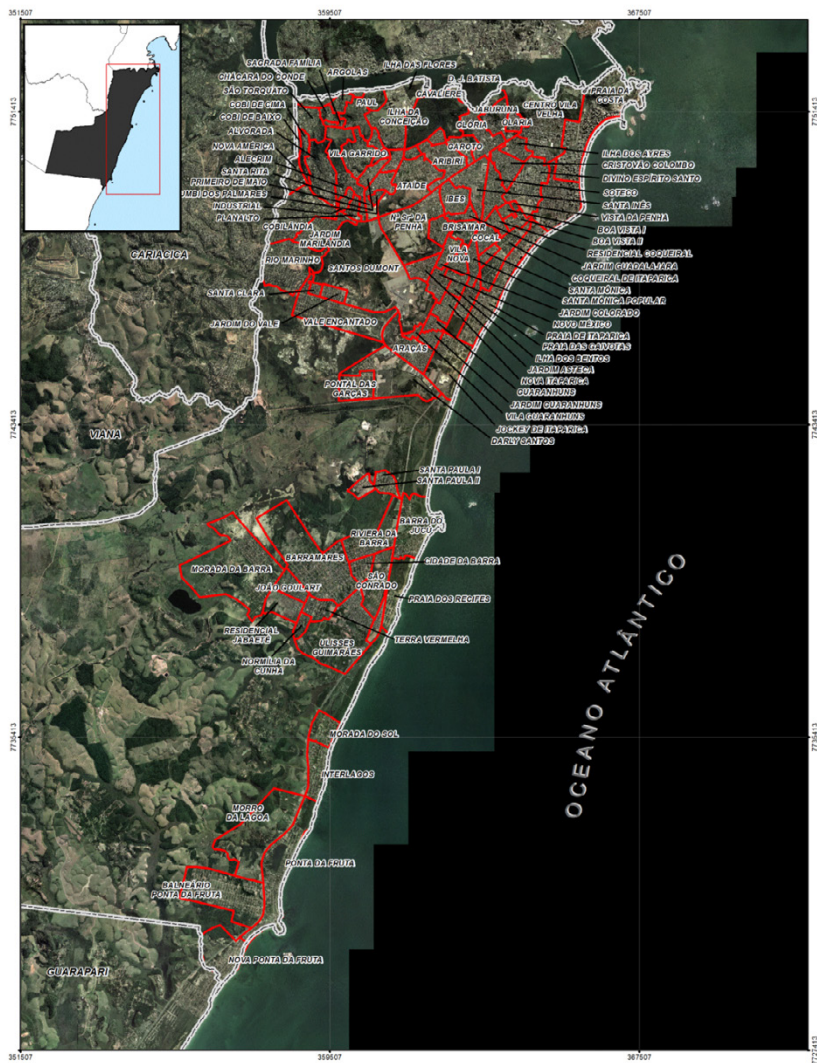
7 Ver Vila Velha (2003).

8 Ver Musso e Lima (2002a, b, c, d, e e f) e IUCN (consultada em 06 de maio de 2013).

9 IUCN, acesso em 07 maio 2013.

10 ANA (2010).

Figura 4 - Atuais bairros do município de Vila Velha/ES
Ao norte da reserva localiza-se a divisa com os bairros Jockey de Itaparica
e Darly Santos e ao sul com Barra do Jucu



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2013)

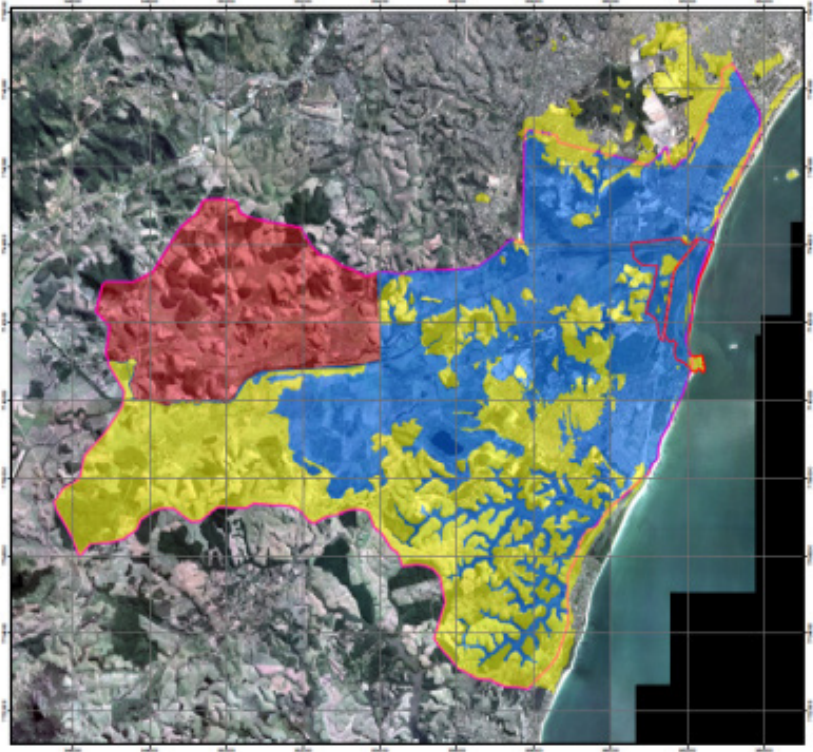
Figura 5: Parque Natural Municipal de Jacarenema e Morro da Concha

A formação rochosa banhada pelo mar, ligada ao continente, é o Morro da Concha. A maior urbanização à direita da Rodovia do Sol são os bairros da Grande Terra Vermelha. A primeira área urbanizada à direita da Rodovia é o bairro Santa Paula I e parte do Bairro Santa Paula II, visível também na figura 8. Ambos os bairros são fronteiros com o Parque



Fonte: Acervo do autor

Figura 6: PNMJ (delimitado em vermelho) e cota altimétrica em relação ao mar (comparar com a figura 1) À esquerda, no canto inferior, parte sul da Reserva e a foz do Rio Jucu, entre o final da praia e o Morro da Concha. À direita, margeando a orla e a rodovia, onde é possível visualizar o trevo da barra do jucu, limite norte da reserva. A área descampada justaposta ao trevo faz parte da reserva. O Rio Jucu entra na reserva por debaixo da ES-060 e a divide (comparar com a figura 1)



Fonte: Environlink, 2010 (adaptado)

Conforme as figuras 5 e 6, o Rio possui grande influência na área de conservação. Segue à montante da reserva, formando uma bacia hidrográfica de aproximadamente 2.200km² de área de drenagem com intensa atividade agrícola, granjas de médio porte, suinocultura, pecuária, ausência de mata ciliar, plantação de eucalipto, atividade

industrial, como a fábrica de refrigerantes Guaraná Coroa, entre outros fatores impactantes¹¹.

O Rio Jucu é formado por dois eixos principais: o chamado braço norte, com 123km de extensão, e o braço sul, com 80 km de extensão. O curso principal do rio se desenvolve por, aproximadamente, 166km até desaguar na foz. Esses 43 km de diferença do maior braço correspondem ao trecho após a união dos braços norte e sul.

O principal problema encontrado na qualidade da água do Rio Jucu é a chamada poluição difusa, causada pelo despejo in natura de esgoto e escoamento superficial de agrotóxicos nas áreas cultivadas na região médio-alta da bacia. O Rio, ao adentrar no perímetro urbano, recebe canais de drenagem do município de Vila Velha, onde não há separação da rede pluvial e da rede de esgoto. Antes do Rio entrar na unidade de conservação, por debaixo da Rodovia do Sol (ES-060), desemboca o Canal de Guaranhuns, um canal de águas negras que carrega todo o esgoto de Araçás e vizinhança (Figura 7).

Na parte oeste da reserva, à esquerda do Rio, na área de amortecimento do Parque e em terrenos fronteiriços ao mesmo, constroem-se condomínios para o público classe A. Nesse lado da unidade de conservação ocorre extração legalizada de areia (Figura 8) e extração clandestina de argila (Figura 9), o que, devido ao raso lençol freático, ao sol e ao vento, pode causar danos ecológicos irreversíveis¹². Próxima à outra margem está a Estrada do Dique, não asfaltada e sobre o dique que protege a cidade de inundação no período de cheia do Rio Jucu.

A estrada, com cerca de cinco quilômetros de extensão, conecta o trevo da Barra do Jucu aos bairros de baixa renda do município de

11 Para a fonte: Terra *et al.* (2008) e Deina (2013).

12 Ver Pereira (2003), Magnano (2007) e Bastos (1995).

Cariacica. Esses subúrbios expandem-se, numa região antes voltada à agropecuária, em direção ao litoral. A via de acesso facilita a ocupação do local e a borda da estrada é pouco habitada em quase toda a sua extensão, situação que começou a mudar com a implantação do bairro Pontal das Garças, situado entre a Estrada do Dique e o bairro Darly Santos, que tem como um dos limites a Rodovia Darly Santos (demonstrado nas figuras 4 e 11).

A rodovia Darly Santos tem uma das extremidades no trevo da Barra do Jucu (Figura 3). Ela liga a Rodovia do Sol à avenida Carlos Lindenberg, um dos principais eixos de movimentação da cidade e uma das vias de acesso à capital, Vitória. A Darly Santos tem poucas edificações em suas laterais, todavia, na legislação municipal de 2009-2012, foram feitos aterros nas suas laterais e aumentou o pequeno número de indústrias instaladas às margens, inclusive próximas ao trevo da Barra do Jucu.

Algumas indústrias localizadas na Darly Santos despejam resíduos no canal de Guaranhuns, que são direcionados, juntamente com o esgoto de Araçás e de outros bairros, para as estações de tratamento de esgoto que, por sua vez, são incapazes de efetuar tratamento adequado. Os resíduos chegam praticamente in natura ao Rio Jucu, contaminando a reserva. Entrevistas feitas com pesquisadores da Universidade de Vila Velha informaram que necrópsias de lontras encontradas mortas denunciaram alterações morfológicas de fígado, um indicativo de que esses animais sofreram alguma intoxicação.

Figura 7: Canal de Guaranhuns despejando esgoto no Rio Jucu
Foto tirada na 25ª Descida Ecológica do Rio Jucu, ocorrida em 25 de março de 2014



Fonte: Acervo de Zanete Dadalto

Figura 8: Extração legal de areia na área de amortecimento de Jacarenema



Fonte: Acervo do autor

Figura 9: Extração ilegal de argila em morro na zona de amortecimento de Jacarenema



Fonte: Acervo do autor

Figura 10: Rio Formate e invasões em suas margens.

Encontra-se no vizinho município de Cariacica, está ligado ao Rio Marinho e se conecta ao Rio Jucu. É um indicativo de problemas futuros no Rio Jucu, caso políticas não sejam direcionadas para impedir a criação de aglomerados subnormais



Fonte: Acquatool Consultoria (2009)

A região administrativa 5 está limitada entre o município de Viana (ao oeste) e o litoral (ao leste), o Rio Jucu (ao norte) e o município de Guarapari (ao sul), e é conhecida como Jucu (ou Grande Jucu) (Figura 12). É composta por 21 bairros – Barra do Jucu, Balneário Ponta da Fruta, Barramares, Cidade da Barra, Interlagos, Jabaeté, João Goulart, Morada da Barra, Morada do Sol, Morro da Lagoa, Normília da Cunha, Nova Ponta da Fruta, Ponta da Fruta, Praia dos Recifes, Riviera da Barra, Santa Paula I, Santa Paula II, São Conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães e 23 de Maio, contém muitas propriedades rurais e também muita pobreza. Devido aos loteamentos irregulares, existem muitos locais carentes de saneamento básico¹³.

Muitos desses bairros não aparecem na Figura 5 (elaborada, em 2013, pelo Instituto Jones dos Santos Neves, um órgão do governo estadual), embora fossem existentes no ano de manufatura do mapa, indicativo da presença (leia-se ausência) ou do tipo de cuidado que a administração pública possuía com eles.

O problema do zoneamento do solo de Vila Velha, que será tratado neste livro no capítulo II, no item *Plano Diretor Municipal: O início do conflito*, é um dos responsáveis pela má identificação dos bairros da cidade e do caos hídrico no período chuvoso.

A concentração da pobreza encontra-se na chamada Grande Terra Vermelha, formada por 11 bairros - Cidade da Barra, Morada da Barra, Normília da Cunha, Barramares, João Goulart, Residencial Jabaeté, Riviera da Barra, São Conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães e 23 de Maio. Observa-se que aproximadamente 45% da população residente neles vivem nos bairros Ulisses Guimarães e Barramares. Este abriga 28,5% dos

13 Ver SNIS (2011).

habitantes da Grande Terra Vermelha e é considerado o maior aglomerado subnormal¹⁴ do estado¹⁵.

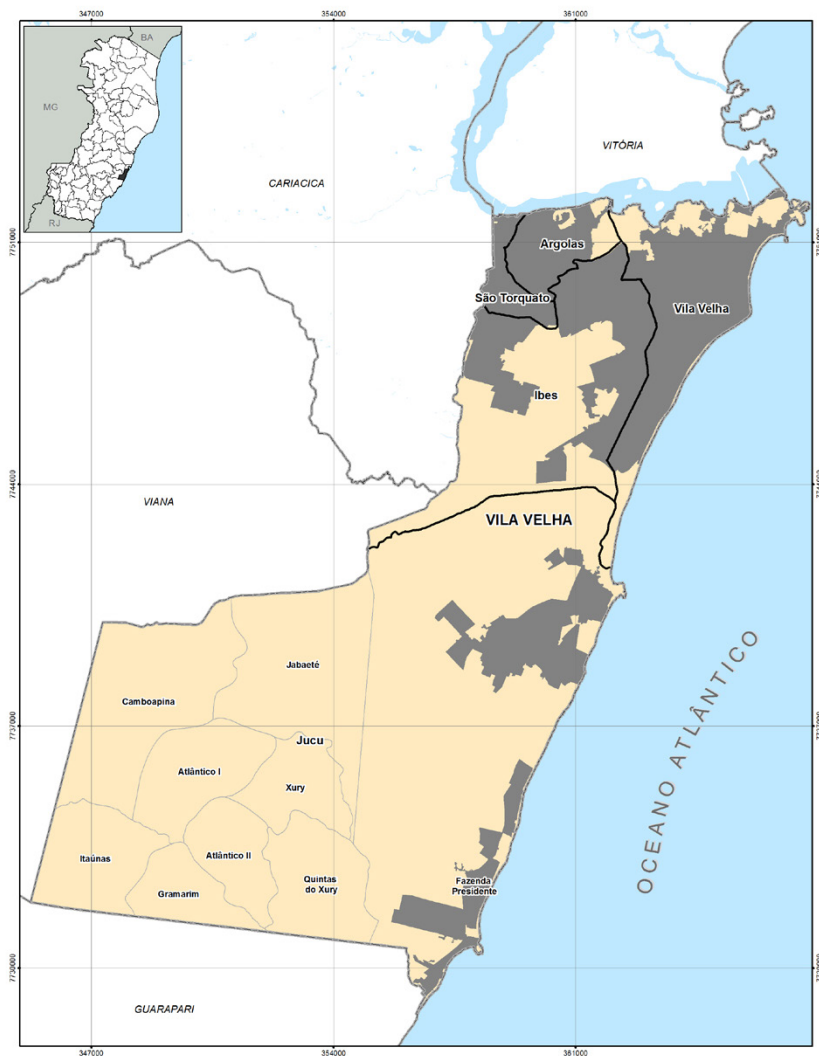
A Grande Terra Vermelha é a região mais violenta de Vila Velha em meio a dados alarmantes. Se fosse uma cidade, a Região Metropolitana da Grande Vitória seria considerada a 16ª mais violenta do mundo, de acordo com a ONG Mexicana Seguridad, Justicia y Paz. Segundo o Instituto Sangari, foi a região metropolitana do Brasil com maior índice de violência homicida em 200. O Espírito Santo foi o segundo estado e Vitória, a terceira capital dentro desse índice de violência¹⁶.

14 Aglomerado subnormal: áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. É um aglomerado de casas carentes, mínimo de 51 unidades, distribuídas de forma densa e irregular, ocupando ou tendo ocupado terrenos de propriedade alheia (pública ou particular).

15 Ver SNIS (2011), Espírito Santo (2011a) e IBGE (2011).

16 Aprofundamento, Hantequeste *et al.* (2008), Seguridad, Justicia y Paz (2014) e Waiselfisz (2010).

Figura 11- Regiões administrativas de Vila Velha, ano de 2014
A região mais ao sul do município é chamada de Jucu



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Assim, como se pode imaginar, a taxa de mortes por causas externas¹⁷ da população de Vila Velha é alta. Em 2000, representou 16,7% das mortes e, em 2009, 15,9%. Os homicídios foram responsáveis pela morte de 59,6% dos jovens em 2000 e 69,7% em 2009¹⁸.

No Brasil, a terceira causa de morte são as chamadas causas externas e o mesmo ocorre em Vila Velha, onde predominam os casos de morte de pessoas que têm até 39 anos nas duas abordagens: mortes decorrentes de violência e de acidente. As vítimas majoritárias de homicídios apresentam cores de cútis “parda”/“mestiça”, seguidas pelas pretas (em 2007 foram 68% e 13% das vítimas, respectivamente), segundo dados divulgados pela Polícia Militar do Estado do Espírito Santo em 2008¹⁹.

Os pardos são predominantes na Grande Terra Vermelha. A ocupação de Terra Vermelha foi feita principalmente por baianos originários do sul da Bahia, que trouxeram consigo o hábito da caça. A Bahia é o estado com maior número de emigrantes dentre todas as unidades da federação²⁰ e a proximidade do ES favorece a migração.

Os primeiros habitantes de Terra Vermelha se instalaram próximos às áreas verdes e a localização favoreceu a manutenção do hábito de caça e de pesca, problemas que acometem a unidade de conservação ainda hoje. Algumas das lontras necropsiadas na Universidade de Vila Velha foram encontradas também com estilhaços de chumbos. Esses animais tendem a quebrar as armadilhas dos pescadores em busca dos peixes capturados e, por isso, são atacadas. O hábito de caçar naquela

17 As causas externas de morbidade e mortalidade consideram as decorrentes de violências - agressões/homicídios, suicídios, tentativas de suicídio, abusos físicos, sexuais e psicológicos - e de acidentes - relacionados ao trânsito, afogamento, envenenamento, quedas ou queimaduras -, segundo Mascarenhas *et al* (2011).

18 Para aprofundamento, Espírito Santo (2010c).

19 Mascarenhas *et al* (2011) e IJSN (2010a, 2010b e 2010c).

20 Ver Azevedo (2000) e Oliveira (2004).

região, além de causar impacto na fauna, muito provavelmente gera também um grande problema de saúde para a população.

Pesquisadores afirmam que Vila Velha é um município hiperendêmico para hanseníase²¹, com o maior número de contaminações do estado²². Pesquisas relacionam a doença à caça. Em Cariacica, município vizinho cuja população também é acometida pela doença, percebeu-se o consumo de tatu (*Dasytus novemcinctus*), animal muito caçado pelo moradores de Terra Vermelha, antecedendo o diagnóstico de hanseníase em 90,4% dos casos do município e a relação entre o contato com o tatu e a infecção de hanseníase foi confirmada em estudo controlado²³.

Outro fator de preocupação é que a hanseníase é transmitida pela água²⁴. Alguns bairros da Grande Terra Vermelha foram construídos sem preparação e em áreas naturais de inundação do Rio Jucu²⁵, o que, além de limitar a construção de edificações por razões de instabilidade do solo, favorece na manutenção da endemia. Além da imagem abaixo (Figura 15), feita após as intensas chuvas de dezembro de 2013, a comparação entre as Figuras 4 e 6 permite melhor dimensionamento do problema.

O conjunto das questões acima citadas tornam a Grande Terra Vermelha não só num local com as características usuais dos bolsões de pobreza – tráfico de drogas, falta de saneamento básico, violência etc., mas também com particulares problemas de saúde e de inundações, tornando-a uma área de difícil aplicação de políticas públicas.

21 Sampaio *et al.* (2012).

22 Casos da doença no ES: 34,9% em Vila Velha; 26,3% em Vitória; 23% em Serra; 14,5% em Cariacica e 1,3% nos demais municípios, de acordo com Montenegro *et al.* (2011).

23 Ver Deps *et al.* (2003 e 2008).

24 Hruska e Kaeyska (2012).

25 Environlink (2010).

Mesmo fora da região da Grande Terra Vermelha, os problemas com a água são comuns. Vila Velha, certamente, está entre as 10 cidades com maior deficiência de macrodrenagem do país, de tal forma que, em 2013, a Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) se viu obrigada a decretar estado de emergência duas vezes por razão de chuva. Trata-se do segundo município mais populoso do Espírito Santo, perdendo em quantidade de habitantes apenas para o município de Serra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Figura 12: Inundação da região administrativa 5 de Vila Velha
no final de dezembro de 2013

A fotografia aérea mostra parte da área da bacia de inundação do Rio Jucu (exibida na Figura 07) e, através da cor da água no mar, é perceptível a vazão do Rio Jucu (o Morro da Concha, junto à foz, auxilia na localização. O Morro está melhor visível na Figura 06). É possível ver a proximidade entre os prédios na orla e o Parque Municipal de Jacarenema. No canto superior esquerdo da imagem, o efeito do dique na contenção das águas do Jucu: o rio estava com a cor amarronzada no período da foto. O dique impediu a inundação nas áreas mais urbanizadas da cidade (urbanização exposta na Figura 05). Do outro lado da barreira, as águas apresentaram outra cor, por serem alagamentos oriundos da água caída do céu. Toda área urbanizada da imagem sofreu inundação ou alagamento. A área urbanizada mais próxima do centro da imagem é o bairro Morada da Barra



Fonte: Acervo do autor

Vila Velha compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória – formada por Cariacica, Fundão, Guarapari, Viana, Vila Velha e Vitória – e encontra-se ao sul da capital, dessa separada pela Baía de Vitória. Apesar de muita pobreza, o município de Vila Velha possui o litoral mais demandado do estado²⁶.

O metro quadrado (m²) dos apartamentos localizados em frente ao mar e próximos ao Parque, na Praia de Itaparica, podem ultrapassar R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), conforme dados divulgados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo²⁷. São edificações de alto padrão, dotadas de imóveis, muitas vezes, com mais de 300m², construídas principalmente pelas empresas Galwan e Lorenge. A maior especulação imobiliária do estado se encontra em Vila Velha e as edificações com muitos pavimentos aumentam a descarga nos canais fluviais, cuja capacidade de vazão encontra-se sobrecarregada, agravando os alagamentos²⁸.

Alterações urbanísticas contínuas, promovidas pelas políticas do município, principalmente na orla, fomentam a criação dessas edificações, muitas vezes adquiridas por administradores públicos e legisladores. Um exemplo disso é o fato de, no ano de 2015, o prefeito e o prefeito anterior do município, assim como o vice-prefeito e um ex-presidente da câmara de vereadores, serem proprietários de apartamentos num mesmo condomínio, inaugurado há cinco anos, e localizado na Praia de Itaparica (segundo a declaração dos mesmos no site do Superior Tribunal Eleitoral), distante poucos quilômetros da reserva.

Outras torres foram inauguradas em 2013 e ainda mais próximas do Parque Natural Municipal de Jacarenema (Figura 15). Uma vez a orla já se encontra repleta de prédios ao norte, nos bairros Praia da

26 Para aprofundamento, ver Neto (2012).

27 SINDUSCON (2013a)

28 Deina (2013).

Costa, Itapuã e Praia de Itaparica (localização na Figura 4), e o interior da cidade está ocupado por edificações menores, a construção de prédios tem seguido em direção ao sul, onde ainda existem terrenos livres e próximos da praia. O retorno financeiro da construção de prédios residenciais no litoral supera qualquer construção em outra área do município, sendo o litoral de Vila Velha a melhor opção para a indústria da construção civil no Espírito Santo.

A construção de edifícios de alto padrão segue ao encontro da área norte da unidade de conservação e à sua área de amortecimento. Não obstante, e apesar da presença de grande pobreza e fragilidade ambiental, a região administrativa 5 de Vila Velha foi chamada de “o novo El Dorado” pelo ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, demonstrando a alta especulação da região e o desejo de urbanizá-la por parte da administração municipal da legislatura 2008-2012²⁹. Por ser à beira-mar, a área da reserva possui um valor de mensuração bilionária para o mercado imobiliário.

Além da especulação imobiliária e da urbanização descontrolada na região administrativa 5, há uma outra possível ameaça no sul da reserva. O Espírito Santo possui parte considerável da sua economia apoiada no sistema portuário, atualmente obsoleto, salvo os portos privados. O Governo do Estado do Espírito Santo estuda a construção de um porto público, com extremidade distante da costa e em águas profundas, associado às indústrias metal-mecânicas e ao projeto de um aeroporto de cargas, em Ponta da Fruta³⁰.

A área fica a menos de cinco quilômetros da Grande Terra Vermelha e a cerca de oito quilômetros e meio da reserva, distâncias ligadas pela Rodovia do Sol e passíveis de rápido deslocamento.

29 Ver Thompson (2011).

30 Para maiores informações sobre esse projeto, ver, nas referências, Dertes (2009) e Asevila (2010).

Esse porto, chamado de superporto, porto-indústria ou porto de águas profundas, é tratado como prioridade política para estado. Ele também é parte das políticas federais. Quatro grandes empresas (ArcelorMittal, Vale, Usiminas e Gerdau) impediram, através de pressão política, a construção do mesmo próximo aos seus portos, que estão fixados, de acordo com um estudo elaborado por consultoria contratada pelo governo estadual, ao lado do melhor local de instalação. Restou, assim, a segunda melhor opção apresentada pelo estudo técnico: a Ponta da Fruta, em Vila Velha. O porto será o maior porto público do estado e promoverá impactos consideráveis no local instalado e nas regiões vizinhas³¹.

Essas pressões – aglomerados subnormais, especulação imobiliária, superporto, atividades extrativistas – somadas a outras motivaram a alteração ilegal da lei de uso e ocupação do solo do município. Em uma dessas alterações, o Parque Natural Municipal de Jacarenema foi descaracterizado e permitiu-se, obscuramente, a construção de prédios residenciais em sua área, através de uma lei exdrúxula que violou toda a legalidade necessária para a sua construção³².

Protestos da sociedade civil organizada conseguiram reestabelecer a proteção legal da área. Ambientalistas tentaram proteger a reserva e denunciaram queimadas no Parque, muitos deles, inclusive, acreditando serem tais ações orquestradas por pessoas interessadas na especulação imobiliária da área. Enquanto isso, indivíduos que atuaram na descaracterização do Parque e que advogaram (e ainda advogam) pelo progresso urbanístico e econômico na região, afirmaram que certos grupos são contrários ao desenvolvimento de Vila Velha.

31 Ver Tomazelli (2012) e DTA Engenharia (2012).

32 Ver Lei Municipal no 5.155/2011 e TJES (2012).

Nesse cenário, a sociedade civil e o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) se posicionam contrários ao que consideram abusivo, insustentável e ilegal, mas, por outro lado, muitos pressionaram para que as regulações do Plano Diretor Municipal (PDM) se tornem mais amplas, abrangentes e vagas possíveis, conforme discorremos a seguir, havendo o risco de extinção do Parque Natural Municipal de Jacarenema e aumento da fragilidade da cidade de Vila Velha às chuvas.

Processo Social

Neste capítulo são analisados os principais atores e as empresas cujas ações afetam diretamente o Parque Natural Municipal de Jacarenema e como se relacionaram no conflito. As intromissões no Parque, contudo, não se limitam à ação de indivíduos no nível local ou municipal. A tentativa, feita pelo ex-Governador Renato Casagrande, de revogar a lei estadual que criou a unidade de conservação logo após sanção da Lei nº 5.155/2011 por Neucimar Fraga (lei que ameaçava a unidade de conservação por permitir a construção de edificações na área do Parque), é um exemplo da complexidade e da extensão das relações que afetam Jacarenema. A coerência entre os empresários e os políticos aqui exposta resulta uma urbanização acelerada e um movimento progressista que ameaçam os ecossistemas do Espírito Santo.

Devido à enorme dificuldade de se conseguir informações fidedignas ao se mexer num “vespeiro” desse tamanho, o foco escolhido foi os principais atores municipais e os empreendimentos na área de amortecimento do Parque apresentados ao respectivo conselho gestor.

Primeiramente, mostra-se o início da ameaça à Jacarenema e esclarece-se a arena política que a envolve. Depois, de forma descritiva, elencamos os atores que mais influenciaram no conflito, aqueles que ocuparam a chefia da prefeitura, seguidos dos vereadores em exercício. Em seguida, citamos os empreendimentos previstos ou em andamento. Por último, o Processo Social é concluído de forma analítica, através de um resumo em formato de tabela.

Plano Diretor Municipal: O início do conflito

O conflito teve início a partir de tentativas irregulares de alteração do Plano Diretor Municipal (PDM). Segundo o Estatuto de Cidade, o PDM pode ser definido como um conjunto de princípios e regras feitos para orientar a ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. A política de desenvolvimento urbano o utiliza como instrumento para o planejamento municipal, conforme estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas³³.

A Constituição Federal, no Capítulo II, da Política Urbana, esclarece que o PDM é indispensável para cidades com mais de 20 mil habitantes. O referido capítulo e os seus artigos (182 e 183) são disciplinados pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal no 10.257/2001), definidor, de modo geral, das diretrizes para as políticas urbanas que devem ser aplicadas nos municípios brasileiros.

Em seu primeiro artigo, o Estatuto destaca o que a lei estabelece:

Art. 1º Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O segundo artigo detalha o objetivo do instrumento legal e, no inciso IV, reforça a questão ambiental:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

33 Para conhecer os documentos, ver, nas referências, ABNT (1990) e Brasil (2001).

O Estatuto não deixa dúvidas quanto aos cuidados necessários com a proteção ambiental e a responsabilidade do administrador público, sendo passível de sofrer improbidade administrativa caso desrespeite a norma. O responsável pela criação do PDM é o executivo municipal e a aprovação passa pela Câmara Municipal de Vereadores. Para tanto, o executivo deve articular os órgãos e os setores técnicos envolvidos e, segundo as correntes modernas da administração pública, adotar uma abordagem conhecida como *bottom-up*, que é a consulta dos funcionários públicos e dos populares antes da criação das políticas³⁴.

A participação dos funcionários públicos presentes nos órgãos e nos setores técnicos na formulação das políticas ocasiona melhor embasamento para a construção das ações e dos regulamentos públicos, aumentando a eficiência, a eficácia e a efetividade em comparação às políticas criadas somente a partir da leitura de relatórios. Além disso, entende-se que, assim, a qualidade da implementação das políticas aumenta, já que são esses mesmos funcionários que a executarão, e que também saberão, naquilo que lhes compete, o que é viável ou não.

O envolvimento aumenta a aceitação da nova política. Toda exigência de alteração de comportamento pode gerar complicações na gestão pública por resistência dos funcionários públicos e, principalmente, por parte dos cidadãos afetados. Estudiosos também afirmam haver aumento qualitativo da política quando os cidadãos são consultados. Nesse mesmo sentido, endossa o Comitê de Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas. Os legisladores foram cautelosos e detalharam essa importância no Estatuto da Cidade:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e

34 Há o apoio do Comitê de Especialistas das Nações Unidas nisso. Ver Committee of Experts on Public Administration (2005).

municipal;

II – debates audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Da mesma forma, reconhecendo a importância da legislação não conflitar com a percepção da população, a Lei Orgânica do Município de Vila Velha (no 01/1990), no art. 148, também inclui a importância ambiental:

Art. 148. O plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento, devendo expressar os interesses da população local e as exigências de ordenação do território, através de normas e diretrizes de ordem econômica, social, físico-territorial, ambiental e administrativa do Município, nos seguintes termos:

I - proteção de mananciais de áreas de preservações ecológicas, do patrimônio paisagístico, histórico e cultural;

II - desenvolvimento econômico do Município, observando os seguintes aspectos:

a) estímulo ao associativismo a ao cooperativismo;

b) privilégio à geração de empregos;

c) incentivos às atividades que utilizem tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra;

d) incentivo à pequena produção artesanal ou mercantil, e as micro, pequenas e médias empresas locais;

e) racionalização do uso dos recursos naturais.

Em 2013, mais um documento técnico reforçando a importância do PDM, foi assinado pelo Governo do Espírito Santo: o Atlas de Vulnerabilidade às Inundações no Estado do Espírito Santo, um dos documentos norteadores da Defesa Civil do ES, criado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)

– órgão estadual vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEAMA) – uma entidade autárquica cuja finalidade é a gestão da política estadual. Logo no início, o documento destaca a importância de se considerar as áreas inundáveis no PDM³⁵.

Há, portanto, a indicação de que o mapeamento das áreas de risco à inundação é um instrumento importante para orientar a ocupação do espaço urbano e a preparação dos Planos Diretores Municipais, definidos no Estatuto das Cidades como instrumento básico para se pensar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município, além de medida preventiva para minimizar os impactos desse e de outros desastres naturais.

É importante ressaltar que, anterior ao Estatuto da Cidade, a promulgação da Constituição Federal e de todos os documentos técnicos criados na era democrática brasileira, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispunha sobre o parcelamento do solo e esclarecia sobre a proibição de parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos à inundação sem prévias garantias de escoamento da água. Não há omissão na legislação brasileira quanto à relação entre as inundações e a ocupação do solo, algo que a maioria dos legisladores de Vila Velha não leva em consideração.

O conflito com a lei de ocupação e uso do solo de Vila Velha iniciou-se na gestão do ex-prefeito Max Filho. Considerando estudos técnicos, respeitando a legislação e efetuando consultas populares, Max Filho, enquanto prefeito, apresentou proposta para alteração da legislação reguladora do desenvolvimento do município.

Max Filho assumiu a prefeitura em 1º de janeiro de 2000 e iniciou o processo de mudança na legislação de ocupação e uso do solo dois anos depois. Eram mudanças necessárias, pois a economia da cidade

35 Este documento pode ser identificado nas referências como IEMA (2013).

e sua população pressionavam por planejamento de crescimento. A cidade de Vila Velha vinha se desenvolvendo com pouca participação do poder público e com muitas invasões de terrenos³⁶.

Entre 2005 e 2006, foi elaborado um Projeto de Lei (PL) para um novo PDM de acordo com o ordenamento jurídico e todas as exigências formais e técnicas. A preparação demorou 11 meses e foram realizados aproximadamente 80 encontros com a população, compreendendo fóruns, seminários temáticos e reuniões com os segmentos produtivos, separados por polos regionais e por grupos de acompanhamento comunitário. Embora o PL tenha sido elaborado consoante à formalidade esperada, o trâmite legislativo foi considerado ilegal e o PDM tornou-se um imbróglio.

Os prefeitos seguintes, Neucimar Fraga e Rodney Miranda, propuseram alterações no PDM, aceitas pela Câmara Municipal de Vereadores de Vila Velha e sua respectiva composição política dos períodos. Contudo, tais modificações também foram consideradas irregulares e o litígio se prolongou, criando um “vácuo” legislativo para as construções, conseqüentemente, um caos para todos os envolvidos, agravando a sensação de ameaça aos ecossistemas do município e à qualidade de vida dos moradores.

Para compreender os atuais problemas da ocupação do solo da cidade e as ameaças ao Parque Natural Municipal de Jacarenema, é preciso entender o histórico da cidade e as recentes alterações na regulamentação da ocupação do solo. O histórico do município está no capítulo 3, na parte intitulada Descrição das Tendências, segunda parte da Orientação dos Problemas. Nele estará o histórico da cidade, do início do século passado até a eleição de Max Filho.

36 Sobre a preparação do PDM, ver Fornazier. Sobre a história crescimento de Vila Velha, buscar Celante *et al.* (2015) e Sathler *et al.* (2016).

Detalhamos abaixo as alterações do PDM de Vila Velha, com os principais atores e os eventos de destaque do conflito. Para cada evento exposto, haverá um respectivo comentário para melhor compreensão. Os eventos serão agrupados por intervalos de tempo variáveis, influenciados pelas legislaturas e pelos pensamentos políticos dominantes, e acompanhados ao final de elucidações, que são textos explicativos e de contextualização do período em destaque.

A linha do tempo inicia-se em 2000, na eleição do ex-prefeito Max Filho (ex-PTB, atual PSDB), passando pelas alterações ocorridas no período Neucimar Fraga (ex-PR, atual PV), prefeito de Vila Velha de 2009 a 2012, até as ações tomadas pelo ex-prefeito, Rodney Miranda (DEM), terminando em janeiro de 2014. As imagens facilitam a familiarização com os atores, os grupos e os acontecimentos.

PERÍODO 2000-2005

Ano 2000: Max Filho torna-se prefeito de Vila Velha

1º de Janeiro de 2000

Mandato: 1º de janeiro de 2000 até 31 de dezembro de 2004. Max Filho (PTB) é eleito com 67,604% dos votos. Jorge Anders (PSDB) fica em segundo lugar, com 21,564% dos votos, e Genario Jose da Mata em terceiro, com 16.019% (TSE, 2013). Jorge Anders antecedeu Max Filho.

Figura 13: Max Filho



Fonte: Chico Guedes / GZ

Anos 2002 – 2005: Paulo Hartung no poder

1º de janeiro de 2002

Paulo Hartung se torna governador do Espírito Santo em momento de instabilidade institucional. O Estado quase sofreu intervenção federal devido aos muitos problemas durante a gestão do governador anterior, José Ignácio. O ES estava falido e começava a ser reestruturado.

Figura 14: Governador Paulo Hartung (membro do PSB em 2002)



Fonte: Portal 27

Construção da agenda 21 de Vila Velha

Julho de 2002 a julho de 2004

Max Filho constrói a agenda 21 do município para o período de 2004 a 2015. Ela foi base para a revisão do Plano Diretor Municipal.

A ONG Espírito Santo em Ação

2003

Surge a Organização Não Governamental (ONG) Espírito Santo em Ação, formada por empresários de diversos setores (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2009). Mais tarde, o grupo CEPEMAR torna-se um dos mantenedores da organização.

Figuras 15 e 16: Símbolos da ONG Espírito Santo em Ação
e do grupo CEPEMAR



Max Filho é reeleito

1º de janeiro de 2005

Mandato: 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2008. Max Filho (PDT) vence com 65,078% dos votos. Vasco Alves (PTB) fica em segundo lugar, com 39,907%, e Diogo Filadelfo (PPS) em terceiro, com 9,002% dos votos (TSE, 2013).

Elucidação 2000 - 2005

Max Filho é filho de Max Mauro, ex-governador do Espírito Santo (1986-1990). Quando assumiu a prefeitura de Vila Velha, o Espírito Santo passava por uma crise político-institucional e era governado por José Ignácio Ferreira (PSDB)³⁷, eleito em 1998, e com quem Max tinha uma relação amistosa. Em 2002, Paulo Hartung, adversário de Ignácio e da família Mauro, assume o governo, e Vila Velha perde o apoio do estado. Mesmo sendo o município mais populoso do ES à época, Vila Velha possuía baixa arrecadação tributária e era dependente do repasse de verba estatal³⁸. A transição de poder no governo foi turbulenta. Hartung assumiu o governo enquanto vários políticos influentes, como o ex-presidente da ALES, José Carlos Gratz, e o próprio José Ignácio, sofriam acusações de estarem associados ao crime organizado. O presidente da ALES e alguns deputados foram afastados e o novo governador assumiu o executivo estadual sob risco de morte, sendo inserido no Programa Nacional de Segurança Pública do Governo Federal. Em 2002, o estado era um dos mais violentos – essa situação perdura – e desestruturados da nação; os gastos públicos eram maiores do que a arrecadação; o salário do funcionalismo público estava atrasado. Havia um caos político³⁹. Hartung demonstrou saber manejar o poder adquirido, de maneira a reparti-lo adequadamente entre os diversos atores e evitar o conflito com eles e entre eles. Como resultado, os agentes políticos começaram a apoiar as propostas do governador e o estado, em crise institucional, começou a restaurar as contas públicas. As

37 Reforçado no documento do Instituto Jones dos Santos Neves (2010).

38 Mais em Vila Velha (2011b).

39 Ver mais em Instituto Jones dos Santos Neves (2010) e Waiselfisz (2010).

políticas para o desenvolvimento, antes falhas, começaram a ser efetivas. Visualizando a estabilidade e não querendo retrocesso na gestão pública, empresários se reuniram e formaram um novo grupo de pressão. A CEPEMAR, dita, à época por alguns, ser a maior empresa de consultoria ambiental do Brasil, assumiu a maioria dos estudos e dos relatórios de impacto ambiental dos novos grandes empreendimentos no Espírito Santo⁴⁰. Hartung nomeou Maria da Glória Brito Abaurre, funcionária da CEPEMAR, como Secretária de Estado de Meio Ambiente, pasta posteriormente assumida por Paulo Ruy Carnelli, hoje na Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN). Nesse período, o novo governador reestruturava o estado e produzia um planejamento estratégico estadual, enquanto Max Filho preparava a lei que regularizaria a ocupação do solo de Vila Velha, o que, conforme a legislação e os trabalhos científicos que tratavam da questão, supostamente deveria dar segurança à Jacarenema.

Ano 2006

Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 é apresentado

Junho de 2006

Concretizou-se o planejamento estratégico estadual. O ES 2025 é uma iniciativa conjunta do Governo do Estado do Espírito Santo, da ONG Espírito Santo em Ação e da Petrobras. O estudo demonstra a situação do estado, as possíveis aptidões para o crescimento e as ações necessárias para o desenvolvimento da economia. O plano foi apresentado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Economia (Figura 17).

40 Alguns exemplos e comentário: Cepemar (2009), Cepemar (2010), Cepemar (2011), Fundação Promar (2005) e Bernardes (2008).

Figura 17: Símbolo do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025
(considerado um símbolo do governo Paulo Hartung)



Max Filho entrega o Projeto de Lei nº 034/2006 à Câmara dos Vereadores

30 de agosto 2006

O projeto tinha, como objeto, um novo PDM e foi entregue ao presidente da Câmara, Jonimar dos Santos. Foram realizadas audiências públicas para discuti-lo, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal e em outras normas regulamentadoras. O trabalho foi iniciado em julho de 2005 e estruturado a partir de 31 seminários regionais, cinco fóruns regionais, cinco reuniões do Conselho Comunitário e encontros com membros da sociedade civil organizada. A Câmara teve até a primeira quinzena de outubro (2006) para aprovar o projeto. Esse PDM inovava pela instituição do IPTU progressivo para o combate da especulação imobiliária e a outorga onerosa do direito de construir, incluindo tempo máximo para conclusão das obras⁴¹.

41 Ver Fornazier.

Figuras 18 e 19: Max Filho (PTB) e Jonimar dos Santos (PTB)
A tentativa de reeleição de Jonimar foi indeferida



Fontes: Folha Vitória e Capixabão

Elucidação 2006

A harmonia política capitaneada por Hartung resultou na produção do ES 2025, um plano para o desenvolvimento do Espírito Santo que não levou em consideração a iniciativa de organização do município de Vila Velha feita por Max Filho. O estado fez o planejamento estadual sem dialogar com um dos seus municípios mais importantes. O ES 2025 norteou as políticas públicas estaduais e foi uma realização do executivo estadual e do grupo de pressão ES em Ação. Desde a eleição de Hartung, o executivo se sobrepôs ao legislativo no processo decisório, resultando em grande influência do ES em Ação⁴². O símbolo do ES 2025 era exibido em diversos sítios eletrônicos institucionais, como a página do IJSN, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento com o propósito de gerar conhecimento e embasar políticas públicas, e o Portal do

⁴² Para aprofundamento, buscar o documento, nas referências, Rainha (2012).

Governo do Estado do Espírito Santo. O site do Espírito Santo em Ação exibia, assim como fez o ES 2025, o símbolo do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030, um ajustamento do ES 2025 feito pelo sucessor e candidato de Hartung nas eleições para governo após sua saída, Renato Casagrande.

Ano 2007

Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha (CMVV) participa de audiência na AMPC

18 de junho de 2007

Quase um ano depois de ter sido entregue à Câmara Municipal de Vereadores de Vila Velha (CMVV), o PDM continua sem votação. A Associação de Moradores da Praia da Costa (AMPC) questionou a demora dos trâmites. O presidente da CMVV em exercício, vereador José de Oliveira Camilo, disse que a demora se devia às 115 emendas adicionadas (83 propostas pela CMVV e 32 por entidades comunitárias). Afirmou que a CMVV enviou um termo de ajuste ao MPES solicitando maior tempo de análise do PDM.

Figura 20: Ex-vereador José de Oliveira Camilo (PSDB)
presidente da CMVV de 01/01/2007 a 31/12/2008
Camilo foi condenado, posteriormente, por desvio de recursos públicos



Fonte: CMVV

CMVV devolve PDM ao Executivo acrescentando 253 artigos

Julho de 2007

PL modificado agora se torna Autógrafo de Lei e é devolvido ao prefeito. Eduardo Merhi, ex-diretor da AMPC, relata ao *Jornal Praia da Costa* que o “resultado disso foi que um Projeto de Lei substitutivo retornou ao poder executivo com 459 artigos, ou seja, mais do que o dobro”.

Cristina Puppim, do Movimento Vida Nova Vila Velha (MOVIVE), asseverou:

O resultado disso foi que um Projeto de Lei substitutivo retornou ao poder executivo com 459 artigos, ou seja, mais do que o dobro. A Câmara não possui competência para elaborar um projeto substitutivo do PDM, cabendo à função apenas ao executivo municipal.

Figura 21: Cristina Puppim (MOVIVE)



Fonte: Facebook

Figura 22: Eduardo Merhi (AMPC)



Fonte: Acervo do Doutor Hércules Silveira

Poder Executivo analisa o Projeto de Lei substitutivo e o devolve à Câmara

20 de agosto de 2007

O Executivo deu 117 vetos. Ele vetou os artigos que os vereadores mudaram em relação ao projeto original. A CMVV votaria o documento (PL nº 034/2006) no dia 25 de setembro. Contudo, devido às emendas, o MPES pediu adiamento para a interação da sociedade. A Câmara acatou o pedido.

ASEVILA é formalizada

21 de novembro de 2007

Empresários de Vila Velha criaram a ASEVILA – Associação de Empresários de Vila Velha. É um grupo de pressão voltado para o desenvolvimento econômico do município, similar ao ES em Ação.

Figura 23: Logo da ASEVILA



CMVV vota os vetos ao PDM realizado pelo Executivo

04 de dezembro de 2007

Os artigos vetados foram analisados pelas Comissões de Justiça e Redação e de Política Urbana Rural e Habitação. Dos 117 artigos vetados, o legislativo derrubou 114 vetos propostos pelo executivo, referentes às questões de parcelamento do solo (96 vetos), tamanho do Parque Natural Municipal de Jacarenema e construções no Morro do

Moreno. O Prefeito Max Filho teve 48 horas para se manifestar, não o fez, e a Câmara de Vila Velha promulgou o PDM em 3 de janeiro de 2008. A altura máxima estabelecida para edifícios ficou em 52,60 metros para edifícios entre as praias de Itapuã e de Itaparica. Cada prédio pode chegar a 18 andares, contando com o térreo, o mezanino, a garagem e a cobertura. O projeto inicial previa 32 metros de altura máxima, independentemente do número de pavimentos e, na Praia da Costa e no Parque das Castanheiras, a altura máxima poderia ser 37,40 metros e 14 andares, sendo 10 pavimentos de apartamentos e quatro de garagem. O PL nº 032/2006, após os procedimentos descritos acima, tornou-se a Lei nº 4.575/2007.

Novo Plano Diretor Municipal é sancionado em Vila Velha.

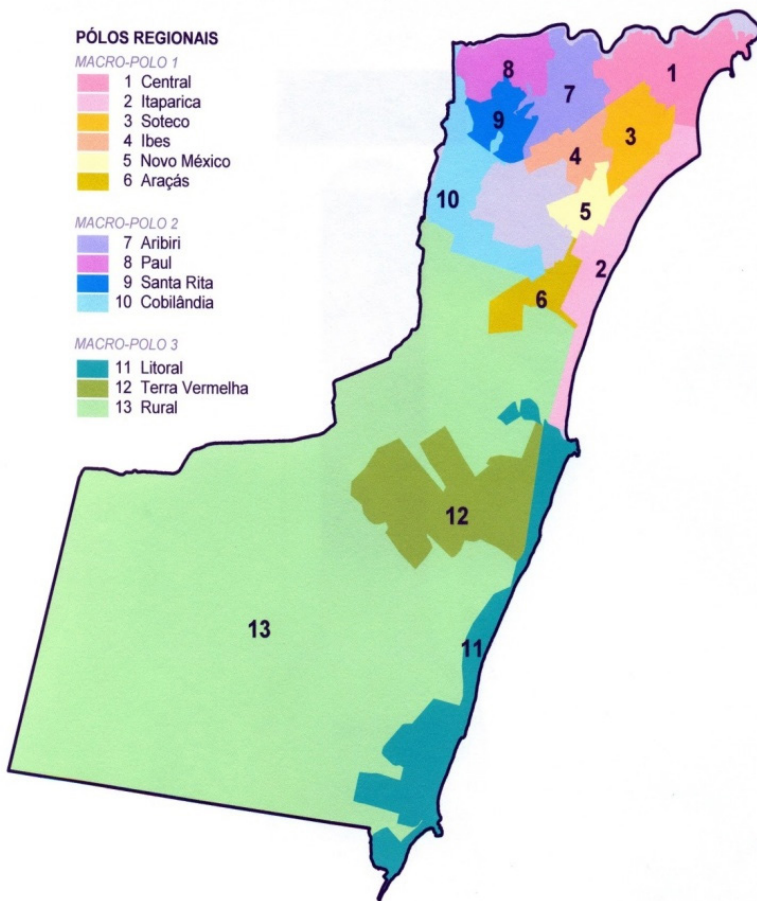
20 de dezembro de 2007

A Lei nº 4.575/2007 foi publicada no Diário Oficial. A imagem seguinte mostra como ficou a divisão do território vila-velhense (Figura 26).

Figura 24: Divisão do Município de Vila Velha

de acordo com a Lei no 4.575/2007

A lei dividiu o município em 13 polos regionais (ou áreas). Aproximadamente 60% é zona rural, onde se encontra a maioria das Zonas Especiais de Interesse Ambiental



Fonte: Espírito Santo (2011b)

Elucidação 2007

Max Filho não conseguiu o apoio dos vereadores para o PL nº 034/2006 e o MPES acusou desrespeito ao processo legislativo na formação da nova lei. O capital político de Max foi se enfraquecendo: a eleição de Hartung, a reeleição do prefeito e a reeleição à frente do Governo do Estado marcaram seis anos sem repasse estadual de verbas para Vila Velha. Comentou Max sobre o período em que era prefeito e Hartung era governador, respondendo à pergunta em entrevista para o jornal A Gazeta sobre a escassez de recursos desse período “Fui treinado no deserto, sem ajuda do Estado, e dei conta do recado”⁴³.

Com o bloqueio de Paulo Hartung, as políticas promovidas por Max Filho no desenvolvimento da cidade não obtiveram resultados expressivos. No quesito ambiental, ele regulou o Parque Natural Municipal de Jacarenema e outras áreas, assim como a ocupação e o uso do solo do município, apesar da intervenção excessiva dos vereadores no processo legislativo do PL nº 034/2006. Durante esse período, não havia muita pressão para um zoneamento do município visando o progresso econômico. O ambiente não era atraente para negócios e investimentos. Pelo contrário, a ausência de políticas públicas estaduais não despertava o interesse de investidores.

Ano 2008

Novo Plano Diretor Municipal é instaurado

1º de janeiro de 2008

Entrou em vigor como Lei nº 4.575/2007

43 Ver Fachetti (2012) para o título e data da matéria.

Ministério Público ajuíza Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 4.575/2007

27 de Março de 2008

ADI nº 1000800068346834. A Ação pede a inconstitucionalidade de 13 artigos do PDM, referentes aos índices construtivos. Max Filho havia vetado esses 13 artigos, inseridos pelos vereadores, mas o veto foi derrubado pelos legisladores.

Elucidação 2008

Um novo PDM foi instaurado no último ano do mandato de Max. O MPES ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei nº 4.575/2007, alegando invalidez processual, danos ao meio ambiente e perda de qualidade de vida dos moradores. De acordo com o MPES, os índices construtivos da lei permitiram edificações sem afastamento e de proporções superiores à capacidade de suporte de Vila Velha. O município é essencial para o crescimento do Espírito Santo. Na legislatura municipal seguinte Max Filho sai do poder. O ambiente político muda e surgem novas forças, muito mais intensas, pressionando pelo crescimento da cidade.

PERÍODO 2009 - 2010

Ano 2009

Neucimar Fraga assume prefeitura de Vila Velha

1º de janeiro de 2009

Mandato: 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2012.

Figura 25: Neucimar Fraga (PR) indo votar na eleição
para prefeito de Vila Velha, em 2008.

À direita dele, Senador Magno Malta (PR). À esquerda, sua ex-esposa, Sandra Fraga.
Atrás dela, o vereador Marcos Rodrigues



Fonte: Fábio Vicentini / A Gazeta / ES / AE

Loteamento Green Village é aprovado

4 de fevereiro de 2009

Anunciado em 2002, o Decreto Municipal nº 012/09 aprovou o loteamento. Uma área de inundação do Rio Jucu, de 500 mil metros quadrados, tornou-se passível de aterro e, caso isso acontecesse, a delicada hidrodinâmica municipal ficaria ainda mais impactada⁴⁴.

Convocação de Debate Público sobre Alterações no PDM

30 de junho de 2009

Nesse dia foi exibida a convocação no DIO, a ser realizada no dia 02 de julho de 2009. O edital destacou que seriam tratadas alterações sobre os empreendimentos sujeitos à apresentação de

⁴⁴ Detalhes da aprovação em Espírito Santo (2009).

estudo de impacto de vizinhança, as atividades e os estabelecimentos considerados pelos geradores de tráfego, o cálculo de coeficiente de aproveitamento para as edificações de uso residencial, as alterações a respeito do afastamento das edificações e sobre os processos administrativos de aprovação de projetos de arquitetura⁴⁵.

Ano 2010

Lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha

18 de março de 2010

A PMVV e a ASEVILA apresentaram estudos sobre políticas para o desenvolvimento de Vila Velha. O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha recomenda a extinção de quase toda zona rural do município e a construção de distritos industriais. Além disso, advoga pela instalação de um porto público de águas profundas próximo ao Parque Municipal de Jacarenema e pela instalação de empresas em áreas pouco urbanizadas perto da unidade de conservação – outras medidas desenvolvimentistas. A ASEVILA contratou um consórcio para a elaboração do Plano, composto pela IVISTA, atuando na consultoria imobiliária, pela CEPEMAR, responsável por questões ambientais, pela Futura, que fez o levantamento de dados socioeconômicos, e pela Prosul, que elaborou o projeto viário⁴⁶.

45 Dados: Vila Velha (2009).

46 ASEVILA (2010) e IVISTA.

Figura 26: Folder do lançamento do
Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha

CONVITE

A Prefeitura de Vila Velha, em parceria com a ASEVILA – Associação dos Empresários de Vila Velha, convida para a solenidade de **lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha.**

Contamos com a presença de todos.

Data: 18 de março de 2010.
Horário: 9h
Local: Auditório da Prefeitura de Vila Velha - Av. Santa Leopoldina, nº 840, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha/ES.

 **PREFEITURA DE VILA VELHA**
Tempo de construir

 **ASEVILA**
Associação dos Empresários de Vila Velha

Alterada a regulamentação de área adjacente à reserva de Jacarenema

29 de julho de 2010

O Decreto 178/2010 é publicado no Diário Oficial e altera a legislação sobre a área adjacente ao Parque de Jacarenema, tornando-a de uma categoria cujo coeficiente de aproveitamento permite maior exploração de infraestrutura. Neucimar Fraga altera o espaço urbano para o desenvolvimento da cidade às margens do Parque Natural Municipal de Jacarenema. Percebe-se que Neucimar Fraga começa a atender às propostas do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha.

Figura 27: Área adjacente ao Parque Natural Municipal de Jacarenema (PNMJ) alterada pelo decreto 178/2010

A área verde nomeada de Matinha de Jacunem é a parte leste da unidade de conservação



Fonte: Diário Oficial, 29/7/2010

Eleições estaduais: Renato Casagrande é o novo governador do estado

3 de outubro de 2010

Renato Casagrande (PSB) vence a eleição para governador. Obteve uma vitória acachapante contra o segundo colocado, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB). Casagrande recebeu 83,30% dos votos válidos (1.502.070 votos) e seu adversário acumulou 15,5% dos votos (282.910 votos). Há tempos na política, Casagrande havia sido vice-governador (1995-1999) e era o candidato apoiado por Paulo Hartung nessa eleição.

Figura 28: Renato Casagrande votando no dia 3 de outubro de 2010



Fonte: Bianca Pimenta / Futura Press

Código Municipal de Meio Ambiente é instituído

20 de outubro de 2010

A Lei no 4.999/2010 passou a ser o novo Código Municipal de Meio Ambiente. Essa lei concedeu à PMVV o direito de atuar na concessão de licenciamentos ambientais, prerrogativa antes exclusiva do estado do Espírito Santo⁴⁷, através do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA).

Projeto para alteração do PDM é apresentado à Câmara

23 de dezembro de 2010

O PL nº 052/2010 é apresentado à CMVV. Discorria sobre alterações na Lei nº 4.575, de 26 de novembro de 2007, sobre o PDM e dava outras providências (VILA VELHA, 2010b).

⁴⁷ Buscar, nas referências, Vila Velha (2010a).

Elucidação 2009 - 2010

Com apenas seis meses de mandato, Neucimar Fraga manifestou intenção de alterar o PDM do município. Depois, em menos de um ano, apresentou o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha, uma “simbiose” entre o interesse empresarial e as políticas públicas e, logo após a apresentação, começou a segui-lo. O Decreto 178/2010 é uma comprovação, pois o Plano priorizou o desenvolvimento daquela região e de todo entorno da Rodovia Darly Santos. Os eventos seguintes demonstraram como o Plano embasava as políticas de Neucimar, inclusive tendo sido utilizado como norteador para a elaboração do PDM apresentado no PL nº 052/2010. A eleição de Renato Casagrande, candidato de Paulo Hartung, indicou continuidade do grupo político dominante. Ambos se elegeram governadores pelo PSB. O presente governador, Renato Casagrande (PSB), foi eleito através da coligação Juntos Pelo Espírito Santo (PT - PSB - PMDB), apoiado por Hartung (agora no PMDB) e pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB), políticos com envergadura para se candidatarem ao governo do estado em 2014 (Ferraço foi eleito Senador, em 2010, com 1.557.409 votos e Casagrande foi eleito governador com 1.502.070 votos) (Figura 32). Apesar de presente na coligação, o PT é um partido de menor influência no Espírito Santo, diferente do restante do país, e é rechaçado pelo poder instalado para não conseguir mais espaço. A última eleição para presidência (2010) foi reveladora quanto à influência petista no estado: Marina Silva venceu no primeiro turno, José Serra, no segundo. O eleitorado do PT é pequeno no Espírito Santo. A eleição de Casagrande garantiu a continuidade da unanimidade política surgida no estado durante a gestão de Paulo Hartung. Além do apoio de Hartung e de Ferraço,

o Senador Magno Malta também apoiou Casagrande. Em todo o intervalo, tanto a ASEVILA e o ES em Ação, as organizações empresariais de maior influência do estado, seguiram unidas e promovendo lobby.

Figura 29: Ricardo Ferraço (PMDB), Renato Casagrande (PSB) e Paulo Hartung (PMDB)



Fonte: Acervo de Leandro Moreira

Ano 2011

Primeira audiência pública sobre o PL nº 052/2010

24 de maio de 2011

Nessa data foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores a primeira audiência pública sobre o PL nº 052/2010. A Lei nº 4.575/2007 estabelecia que um novo PDM apenas poderia ser

adotado ao final de cinco anos da sanção do primeiro, que seria em dezembro de 2012.

Segunda audiência pública sobre a alteração do PDM (PL nº 052/2010)

14 de junho de 2011

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha apresentou o projeto do polo industrial em audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Vereadores. O objetivo da audiência foi discutir a alteração na Lei nº 4.575/2007, para permitir a mudança do zoneamento e possibilitar a implantação de indústrias, empresas de logística, aeroporto de cargas, zona de processamento de exportação e um superporto.

Terceira audiência pública sobre a alteração do PDM (PL nº 052/2010)

4 de julho de 2011

Ocorreu um debate sobre as propostas apresentadas na segunda audiência pública e uma discussão das emendas inseridas. O MPES expôs uma Notificação Recomendatória pedindo arquivamento do projeto de lei em questão. A reação da Câmara de Vereadores de Vila Velha foi negativa, conforme exposto na Ata da Audiência Pública⁴⁸:

O Presidente Ivan Carlini informou que dará continuidade à Audiência Pública, pois já havia sido agendada e divulgada, que a Notificação seria avaliada pela Procuradoria da Câmara e que a votação do referido projeto será efetuada em outra ocasião.

48 Extraído da Ata da Audiência Pública da Câmara dos Vereadores realizada em 04 de julho de 2011 - 3ª audiência pública da comissão especial do PDM.

Reunião entre os representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Vila Velha e os técnicos das secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

4 de Julho de 2011

O propósito da reunião foi esclarecer sobre as alterações no Plano Diretor Municipal. O Secretário de Meio Ambiente, João Nardoto, afirmou para assessoria de comunicação da prefeitura⁴⁹:

A alteração das áreas não implicará em perdas ambientais para o município, já que todo o processo de implantação de indústrias será previamente analisado, levando em consideração os impactos ambientais. Estamos equilibrando o desenvolvimento da cidade e a proteção ambiental.

Figura 30: João Nardoto



Fonte: Facebook

49 Ver Iana (2011 e 2012?).

Conselho de Meio Ambiente cria comissão para alterar PDM

6 de Julho de 2011

A prefeitura, através da sua assessoria de comunicação, diz que sete por cento da área rural do município será transformada em áreas de interesse industrial.

PL 052/2010 é aprovado na Câmara Municipal de Vila Velha

14 de Julho de 2011

Os vereadores de Vila Velha aprovam as mudanças do PDM pouco mais de um mês após a segunda audiência pública sobre a alteração do PDM. O município perde 13% de área rural, 5% a mais do que fora anunciado, que seria transformada em área urbana de interesse industrial. O PL retorna para Neucimar Fraga sancioná-lo⁵⁰.

Figura 31: Vereadores de Vila Velha que votaram pelo PL 052/2010.

Da esquerda para direita, de cima para baixo: Ternório Merlo (PT do B), Ivan Carlini (PR), Almir Neres (PRP), Valdir do Restaurante (PT do B), Jonimar (PDT), Wanderson Pires (PT), Heliosandro Matos (PMN), João Artem (PSB), Duda da Barra (PMDB), Rogério Cardoso (PSDB), Belarmino (PRB), Robson Batista (PSDC), Valter Rocon (PDT), Tareba (PPS) e Antonio Marcos (PPS). Foram reeleitos Ivan Carlini, Almir Neres, Valdir do Restaurante, João Artem, Duda da Barra, Rogério Cardoso, Belarmino e Valter Rocon. Fracassaram na reeleição Ternório Merlo, Wanderlei Pires, Heliosandro, Robson Batista, Tareba, Antonio Marcos e Sargento Ozias. Jonimar teve a candidatura indeferida e Babá candidatou-se à prefeitura, mas perdeu.

50 Ata da Quadragésima terceira sessão (extraordinária) da terceira sessão legislativa da décima sexta legislatura, realizada em 14 de julho de 2011, pela Câmara Municipal de Vereadores.



Fonte: CMVV

Figura 32: Sargento Ozias Zizi (PRB) e João Batista Babá (PT), os únicos vereadores a votarem contra o PL 052/2010. Sargento Ozias não foi reeleito e Babá candidatou-se e perdeu a eleição para a Prefeitura de Vila Velha



Fonte: Facebook

Asevila se reúne com secretários do eixo de desenvolvimento de Vila Velha

25 de julho de 2011

O Conselho Operacional da Asevila se reuniu com secretários municipais de Vila Velha para atualizar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município. Secretários presentes: Henrique Casamata, secretário de Desenvolvimento Urbano; Jésus Silva Gonçalves, de Planejamento, Orçamento e Gestão; Harlen Silva, de Desenvolvimento Econômico; João Nardoto, de Meio Ambiente; e José Antônio Caliman, secretário adjunto de Cultura e Turismo. Em acordo, entenderam que a cidade precisava de políticas voltadas para a criação de empreendimentos comerciais⁵¹.

51 Matéria extraída do site da ASEVILA com o título de “Atualização do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha”.

Sociedade Civil Organizada promove a carreata “Caravana por Vila Velha”

6 de agosto de 2011

Como forma de protesto contra a aprovação do PL nº 052/2010, entidades da sociedade civil saem em carreata. Os participantes saíram do centro de Vila Velha e seguiram até a região do Xuri, área rural do município que sofreria urbanização, passando pelo Parque Natural Municipal de Jacarenema, reforçando o simbolismo dos locais para a proteção da natureza. Ao término do deslocamento, no Xuri, os participantes fizeram um abraço simbólico na Lagoa Jabaeté. Adjacente a ela, seria criado o Distrito Industrial 01, caso o PL 052/2010 fosse sancionado por Neucimar Fraga. O Fórum Popular em Defesa de Vila Velha foi o responsável pela mobilização, encabeçado pelas Associações de Moradores dos bairros Praia da Costa e Praia das Gaivotas, o MOVIVE e a Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo (FAMOPES).

Figura 33: Sebastião Ângelo de Moura, Coordenador geral da FAMOPES



Fonte: Facebook

Lei nº 5.155/2011 é publicada no Diário Oficial dos Poderes do ES
9 de agosto de 2011

O PL nº 052/2010 é sancionado e transformado na Lei nº 5.155/2011, substituindo a Lei nº 4.575/2007. A lei é vaga quando trata da unidade de conservação e muda a categoria de uso do solo da área do Parque Natural Municipal de Jacarenema, tornando possível a construção de prédios para moradia no local.

ASEVILA faz vídeo infantil sobre conservação e ignora Jacarenema
10 de agosto de 2011

O Conselho de Turismo da Asevila entrega certificados para alunos que participaram do programa “Introdução ao Mundo dos Negócios com o complemento do Turismo”. No evento, foi apresentado o primeiro desenho animado, feito em Vitória, sobre a proteção de recursos naturais de Vila Velha. Os personagens da animação protegem o Morro do Moreno e a Pedra do Sapo. A distância entre esses locais e Jacarenema é de aproximadamente 8,5km, segundo o Google Earth. O Parque Municipal do Morro da Manteigueira, uma unidade de conservação na Baía de Vitória, cerca de 3 km do Morro do Moreno (Google Earth), também não foi mostrado. No Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha foi exposta a intenção de alteração dos limites do Parque do Morro da Manteigueira para investimento em instalações portuárias.

Gov. Casagrande envia a mensagem nº 160, encaminhando o PL nº 286/2011

25 de agosto de 2011

O PL 286/2011 pede anulação da Lei Estadual nº 5.427/1997, a criadora da “Reserva Ecológica” de Jacarenema. Após 15 dias de

alteração do novo PDM (Lei n^o 5.155/2011), Renato Casagrande aparentemente mostra-se alinhado às políticas de Neucimar Fraga e da Asevila.

Sociedade Civil Organizada cria seminário para debater as alterações do PDM

27 de agosto de 2011

Figura 34: Cartaz do seminário “Vila Velha: Rumos do Crescimento”



O Cenário Atual do Plano Diretor Municipal 'PDM' Como foi Construído e as Mudanças

Irene Léia Bossois - Mestre em Planejamento Urbano Regional UFRJ, Economista UFES,
Especialista em Políticas Públicas de Gestão UVV

Madalena Nepomuceno - Mestre em Desenvolvimento Agrícola UFRRJ;
Especializada em Inovação Tecnológica UFES; Economista UFES.

Impactos das Mudanças aprovadas no PDM para o Município

Impacto Ambiental - **Frederico Jacob Eutropio** - Mestre em Ecologia de Ecossistemas UVV,
Doutorando em Impacto Ambiental UVV

Impacto Econômico - **Otniel Barcelos de Aquino** - Economista especializado em Políticas Públicas
Assessor do Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico de Trabalhadores de Baixa Renda 'IDESBRE

Impacto Urbano - **Thalimar Gonçalves** - Mestre em Geografia UFES.

Membro da Diretoria da Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Vitória

Alteração do PDM e sua Legalidade

Ilma de Camargo Pereira Barcellos - Advogada e Secretária Adjunta da Comissão de Meio Ambiente da OAB/ES

Local: CEET Vasco Coutinho - Vila Velha - Centro



Gov. Renato Casagrande recua e envia mensagem no 166/2011 para a ALES

29 de setembro de 2011

A mensagem 166/2011 solicitou que o Projeto de Lei nº 286/2011, que pedia a revogação da lei de criação de Jacarenema e de autoria do Governador, fosse retirado da pauta de votações. A pressão do terceiro setor surtiu efeito.

MPES propõem Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 5.155/2011

14 de setembro de 2011

Nícia Regina Sampaio, promotora de Justiça dirigente do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, pede anulação da lei. Ivan Carlini, Presidente da CMVV, afirma que “Há pessoas cujo interesse político é impedir o desenvolvimento de Vila Velha. Querem-na apenas como uma cidade-dormitório”.

Fernando Zardini, Procurador-Geral do Ministério Público que protocolou a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 5.155/2011, afirma que “o Ministério Público quer que Vila Velha se desenvolva de forma sustentável, obedecendo aos princípios legais”.

Figura 35: Promotora Nícia Regina Sampaio



Fonte: Século Diário

Figura 36: Vereador Ivan Carlini
à época PV, hoje DEM e ainda presidente da Casa



Fonte: Jornal A Tribuna

Figura 37: Promotor Fernando Zardini



Fonte: Site Capixabão

Neucimar Fraga extingue a APA da Lagoa Grande e favorece imóveis irregulares

8 de novembro de 2011

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Grande confluiu com local de interesse para a construção de infraestrutura na retroárea do porto de águas profundas. São feitas regularizações de imóveis da região em desconformidade com os parâmetros da legislação urbanística e/ou edilícia municipal. O Decreto Municipal no 046/2006, na gestão de Max Filho, criou a APA, e a lei 5.019/2010 confirmou a proteção, derrubada pela Lei 5.196/2011 (antes PL no 052/2011). O Fórum Popular em Defesa de Vila Velha (FPDVV) apresentou um manifesto por escrito onde afirmou que na região da APA há um grande condomínio horizontal sendo implantado, nomeado Jardins de Veneza, pela FGR Urbanismo.

Nova lei libera empreendimentos de estudos ambientais

24 de novembro de 2011

Foi sancionada a Lei nº 5.205/2011, que dispõe sobre a implantação de loteamentos empresariais com perímetro fechado e dá outras providências. A lei utilizou a mesma definição de loteamentos empresariais da Lei nº 4.575/2007, exposta no seu artigo 165, inciso III:

Art. 165. Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

III - loteamentos para uso industrial e empresarial - São aqueles em que o parcelamento do solo se destina predominantemente à implantação de atividades industriais e de atividades complementares ou compatíveis com essa.

A Lei nº 5.205/2011 livra os loteamentos empresariais de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto

Ambiental quando possuem menos de 100 hectares, conforme exposto no artigo 10, §2:

Art. 10. Os loteamentos empresariais deverão utilizar o Modelo de Parcelamento Empresarial (MPE) que corresponde à área mínima de 800,00m² (oitocentos metros quadrados) e testada mínima de 20,00m (vinte metros). [...]

§ 2º Para os loteamentos definidos por esta Lei, somente será exigida a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) /Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos com área total igual ou maior que 100 ha (cem hectares).

Audiência pública do Plano Diretor de Drenagem Urbana ao público

22 de dezembro de 2011

O Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável (PDDUS), finalizado em março, diagnosticou as bacias hidrográficas do município e teve como finalidade nortear as ações de macrodrenagem. A Vale S.A. financiou o PDDUS. Contudo, o próprio Neucimar Fraga assumiu que a prefeitura não possuía verba para execução e o custo estimado, em março de 2011, seria de R\$ 550 milhões⁵². A prefeitura apenas conseguiu captar 10 milhões através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), conforme fora divulgado pelos jornais Gazeta Online e Folha Vitória⁵³. Políticas de macrodrenagem foram cobradas pelo empresariado no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha feito pela ASEVILA.

Elucidação 2011

As mudanças legislativas favoráveis à exploração econômica marcaram o ano de 2011. No final desse ano, o município estava

52 Ver Gonçalves (2011a).

53 Gazeta Online (2011) e Folha Vitória (2011).

legalmente preparado para um rápido crescimento: as normas ambientais foram afrouxadas e novas áreas foram liberadas para urbanização e industrialização. Um novo PDM foi aprovado com celeridade e sem participação da sociedade civil organizada, afrontando a legislação específica sobre o tema. Um plano de macrodrenagem foi criado, porém sem possibilidade de execução. Conforme os eventos esclarecem, a administração pública municipal não promoveu políticas públicas sem antes consultar os interesses do setor empresarial. Por essa razão, não é de se estranhar que o vídeo ambiental criado pela Asevila tenha desconsiderado duas das maiores unidades de conservação de Vila Velha: o Parque Natural Municipal de Jacarenema e Parque Municipal do Morro da Mantegueira. Ambas são alvo de interesses imobiliários e a segunda sofre pressão para atender demanda de ampliação portuária, exposta no documento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha. Por outro lado, o vídeo destacou outros locais como a Pedra do Sapo e o Morro do Moreno, por exemplo. É importante ressaltar que a Pedra do Sapo é uma ilha rochosa de pequena dimensão e sem vegetação, de relevância ecológica questionável para ser priorizada mediante as demais áreas verdes do município; o Morro do Moreno possui dimensões restritas para suportar muitas populações das espécies presentes em longo prazo, encontrando-se muito antropizado.

Figura 38: Pedra do Sapo

Como a imagem mostra, o nome da ilha deve-se a uma formação rochosa em sua superfície. Localizada no litoral de Vila Velha



Fonte: Acervo de Walter de Aguiar Filho

Figura 39: Pedra do Sapo

Pedra do Sapo. Segundo o Google Earth, a ilha tem 120m de comprimento e está 475m da praia. Não há vegetação e ambas as distância e características da ilha restringem as visitas. Existe uma formação rochosa ligada ao continente próximo dela. Essa formação rochosa é parte da residência oficial do Governador do Estado, cujo acesso é proibido



Fonte: Google Earth

O governador Renato Casagrande compactuou com o novo PDM, a Lei nº 5.155/2011, e requisitou à Assembleia Legislativa (Ales) o fim da proteção legal estadual do Parque Natural Municipal de Jacarenema, atitude rechaçada pela sociedade civil organizada em proporção que o fez retroceder. O MPES ajuizou a ADI contra a Lei nº 5.155/2011: não houve participação popular, tampouco respeito ao período de vigência da Lei nº 4.575/2007. Em 2011, completaram quatro anos do PDM proposto por Max Filho e sua alteração só poderia ocorrer em 2012.

Ano 2012

Ordem de serviço para construção de Centro de Operação

14 de fevereiro de 2012

Vila Velha teria um centro de inteligência com objetivo de aperfeiçoar a gestão da cidade e, segundo a PMVV, seria a segunda unidade desse tipo instalada no Brasil. As secretarias de Administração, Defesa Social, Governo, Planejamento, Serviços Urbanos seriam coligadas e, a ouvidoria da cidade, transferida para o mesmo local. O centro seria construído na Rodovia Darly Santos, seguindo a tendência existente de descentralização da cidade e de crescimento em direção de Jacarenema⁵⁴.

Tribunal de Justiça do Espírito Santo: a Lei nº 5.155/2011 é inconstitucional

8 de março de 2012

Foi decretada a suspensão imediata dos efeitos da Lei Municipal nº 5.155/2011. O acórdão é resultante da ADI protocolada pelo

54 Ver Gonçalves (2012).

promotor Fernando Zardini (ESPÍRITO SANTO, 2011). De acordo com o relator do processo (nº 100110030515), Desembargador Carlos Simões Fonseca, não houve participação popular. A transformação do Parque Natural Municipal de Jacarenema em zona de interesse turístico foi desfeita e os dez distritos industriais foram descartados. O zoneamento e uso do solo do município voltam a obedecer a Lei 4.575/2007⁵⁵.

Figura 40: Desembargador Carlos Simões Fonseca



Fonte: Gavinha / Gazeta do Norte

Anunciada a criação de Plano Diretor Municipal para o Subsolo *3 de abril de 2012*

Foi firmado um convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Petrobrás Distribuidora, concessionária de distribuição de gás natural no Espírito Santo. O convênio auxiliará o Centro de Operações da cidade e fornecerá à Vila Velha uma fonte energética mais barata, o gás natural, que é abundante na costa do estado. O projeto visou identificar e mapear toda a estrutura existente no subsolo da cidade.

55 Dados Do Processo: TJES (2012).

Figura 41: José Lima de Andrade Neto, presidente da Petrobras Distribuidora, Governador Renato Casagrande e Prefeito Neucimar Fraga (da direita para esquerda)



Fonte: Acervo pessoal de Elizeu Dias

Secretário de Desenvolvimento Urbano encontra-se com a Asevila
13 de abril de 2012

O Secretário de Desenvolvimento Urbano, Henrique Casamata, encontra-se com a ASEVILA. Na reunião, o secretário anunciou os benefícios da alteração do PDM e novas possibilidades de negócios.

Figura 42: Henrique Casamata, secretário de Desenvolvimento Urbano entre 2009-2012, ex-vice-presidente do diretório vila-velhense do PSD



Fonte: Acervo pessoal de Sérgio Cardoso

Fim do FUNDAP anunciado

24 de abril de 2012

Senado aprova unificação da alíquota do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrados sobre produtos importados em operações interestaduais. O objetivo era eliminar a arbitrariedade da tributação entre os estados da federação sobre os produtos importados, popularmente conhecida como a “Guerra dos Portos”. O Espírito Santo tem, como um dos fatores que impulsionaram a economia o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), um financiamento destinado às empresas sediadas no estado que realizassem operações de comércio exterior e recolhessem os tributos através do ICMS. Em janeiro de 2013, o financiamento

acabou e muitas prefeituras tiveram dificuldades para manter o orçamento, pois muitas empresas deixaram de comercializar produtos no ES assim que a vantagem foi extinta.

Neucimar Fraga é acusado de improbidade administrativa

5 de setembro de 2013

A acusação refere-se ao uso da lei para fins não cabíveis e à desproteção legal da APA Lagoa Grande, em Ponta da Fruta. Fraga encaminhou o PL no 052/2011, que alterou o art. 1º, §1º, I da Lei Municipal no 4.992, de 7 de outubro de 2010, que expunha:

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de ampliar o prazo que os munícipes beneficiários pelo Programa de Regularização de Edificações (PRE) iniciem a regularização de seus imóveis que porventura foram construídos irregularmente, haja vista que o prazo estabelecido pela Lei nº. 4.992, de 7 de outubro de 2010 não foi suficiente para atingirmos a finalidade de programa que é de regularizar todas as edificações irregulares do Município.

Além de beneficiar contraventores, o PL nº 052/2011 ainda traz no sexto artigo: “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei ° 5019/2010, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2011”. A revogada Lei nº 5.019/2010 era a responsável pela criação da APA da Lagoa e o respectivo conselho gestor. Após essa alteração, iniciou-se o loteamento do condomínio Jardim de Veneza na área, conforme alegações do Ministério Público⁵⁶ e membros da comunidade civil organizada.

Fernando Zardini arquiva processo administrativo contra Neucimar Fraga

25 de setembro de 2012

⁵⁶ Tais alegações estão na petição da inicial de Ação por Ato de Improbidade Administrativa, ver Espírito Santo (2013) e foram ditas nas entrevistas realizadas.

O processo arquivado é sobre um suposto crime ambiental (Processo MP nº 16951/2012). Fernando Zardini, Procurador, alegou inexistência de pressupostos fáticos e jurídicos que justificassem a deflagração da investigação contra o denunciado, com a possibilidade de instauração de novo procedimento, caso surgissem fatos novos, esclarecendo que as providências a cargo do órgão ministerial de primeiro grau já foram adotadas, com ajuizamento da Ação Penal nº 035.04.009576-8, motivo pelo qual deixo de remeter os autos à Promotoria de Justiça de origem, bem como por já ter se operado a prescrição de eventual ação penal em face do ex-prefeito Senhor Américo Bernardes da Silveira⁵⁷.

Desrespeitando o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a Procuradoria Geral da Prefeitura de Vila Velha libera licenças para atividades imobiliárias

Outubro de 2012

A liberação de licenças para as atividades imobiliárias estava proibida desde maio desse mesmo ano pelo TJES. De forma unilateral, sem consentimento do MPES, a Procuradoria Geral da Prefeitura de Vila Velha emitiu o acórdão nº 19/12 e as licenças começaram a ser liberadas⁵⁸.

ArcelorMittal, Gerdau, Vale e Usiminas pedem ao presidente da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) para que o porto de águas profundas, pleiteado pelo Espírito Santo, não seja sediado em Praia Mole

9 de outubro de 2012

57 Ver Ministério Público do Espírito Santo (2012).

58 Informações dadas pelo sítio eletrônico da prefeitura, ver Semcom (2013).

Uma carta enviada por tais empresas e protocolada na CODESA requisita a retirada do Porto de Praia Mole como uma das opções para a construção do superporto. O Porto de Praia Mole é um Terminal de Produtos Siderúrgicos, gerido em modelo de condomínio pelas empresas. Nele, as empresas escoam seus produtos e temem que a instalação do superporto limite os planos de expansão da capacidade de escoamento.

Figura 43: ArcelorMittal, Gerdau, Vale e Usiminas

Empresas que, supostamente, impediram a criação do Porto de águas profundas em Praia Mole



Eleições municipais: Rodney Miranda é eleito prefeito de Vila Velha

28 de outubro de 2012

Rodney Miranda (DEM) vence a eleição municipal para prefeitura de Vila Velha, com ajuda de Paulo Hartung.

Figura 44: Paulo Hartung (PMDB) e Rodney Miranda (DEM)



Fonte: Camila Vargas

Seminário “Porto indústria: Ponte para o desenvolvimento”

6 de dezembro de 2012

O prefeito Neucimar Fraga advoga pela construção de um superporto em Vila Velha. A geração de renda para o município e para os moradores é uma das bandeiras do político. Contudo, sabe-se que após o período de construção, poucos postos de trabalho restariam para os moradores do entorno. A alteração irregular do PDM preparou uma região em Ponta da Fruta para a instalação do porto de águas profundas, das plantas industriais coligadas e do aeroporto de cargas na retroárea, uma das possíveis razões da extinção da APA da Lagoa Grande.

Figura 45: Neucimar Fraga promovendo o evento Porto Indústria



Fonte: Eduardo Ribeiro

Elucidação 2012

O ano de 2012 foi iniciado com ações para o avanço na gestão pública e consolidou o fim do período de inércia econômica, ou mesmo retrocesso, ocorrido na gestão de Max Filho, fruto do conflito deste com o ex-governador Paulo Hartung. Quando concluído, o Centro de Operação funcionará como um núcleo de inteligência da prefeitura e acelerará todos os processos administrativos. O Centro será criado na Rodovia Darly Santos e ajudará na urbanização das margens da rodovia, conforme os empresários requisitaram ao poder público. Grandes empresas se instalaram nas margens da rodovia após o início do mandato de Neucimar Fraga e iniciou-se um projeto de canalizar gás natural, extraído das plataformas do pré-sal no norte do Espírito Santo, até Vila Velha, o que, caso concluído, dará às empresas e às indústrias uma fonte de energia mais competitiva. Contudo, retardando as medidas desenvolvimentistas, a ação ajuizada contra

a Lei nº 5.155/2011 pelo MPES, no ano anterior, levou o PDM de Vila Velha ao litígio. Dentre as funções constitucionais do Ministério Público, descritas no art. 129 da Constituição Federal, destaca-se a de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo medidas necessárias à sua garantia”. A ação civil pública, a ação de improbidade administrativa e o inquérito civil são os instrumentos jurídicos utilizados para assegurar que a atuação administrativa ocorra conforme as normas e respeite os direitos dos administrados. Era esperado o conflito. A Lei nº 5.155/2011, criada por Neucimar Fraga e aprovada pelos vereadores Ternório Merlo, Ivan Carlini, Almir Neres, Valdir do Restaurante, Jonimar, Wanderson Pires, Heliosandro Matos, João Artem, Duda da Barra, Rogério Cardoso, Belarmino, Robson Batista, Valter Rocon, Tareba e Antonio Marcos (todos expostos na página XX), foi considerada intempestiva e anulada pelo TJES após a ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo promotor Fernando Zardini, forçando o retorno da Lei nº 4.575/2007 que, por sua vez, na sequência, teve artigos referentes aos índices construtivos considerados inconstitucionais. Nessa ocasião, os parâmetros legais para a construção civil tornaram-se ausentes. Embora existisse sinergia para o desenvolvimento do município, esse se tornou inviável com essa decisão do Tribunal de Justiça. Ao final da legislatura, as atividades imobiliárias do município encontravam-se sem lançamentos devido à inconstitucionalidade do PDM e iniciou-se a perda de milhares de postos de trabalho na indústria da construção civil. A Procuradoria Geral da Prefeitura de Vila Velha, então, ignorou a posição do judiciário e voltou a liberar licenças para as atividades imobiliárias. Muitos projetos foram aprovados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012.

Opositores de Neucimar entrevistados afirmaram que o prefeito tentou fazer um ajuste de forças para conseguir a reeleição. Neucimar Fraga (PR), apoiado por Magno Malta (PR) (Figura 23), fracassou na sua tentativa de reeleição, derrotado por Rodney Miranda (DEM), que teve apoio do ex-governador Paulo Hartung (PMDB). Observando o site e os discursos de Magno Malta, aparentemente não há muita proximidade entre Magno Malta e Paulo Hartung, embora não exista conflito público. Não existem embates entre grupos políticos de força equivalente no Espírito Santo. Magno Malta foi reeleito senador, em 2010, com 1.285.177 votos, sem apoio declarado de Hartung, que apoiou a candidatura de Ferraço, colega de partido. Em 2012, as reuniões entre a prefeitura e a ASEVILA para o desenvolvimento da cidade prosseguiram, mostrando a reciprocidade entre o poder público e o empresariado. As políticas desenvolvimentistas resultantes dessa relação, expressas na Lei nº 5.155/2011, colocaram em risco a mobilidade urbana e os ecossistemas, pois promoveriam quase total urbanização do solo do município. Isso acarretaria em desmatamento da vegetação restante e em alagamentos e inundações ainda mais frequentes e intensos na malha urbana, tornando a locomoção ainda mais dificultosa. Os danos causados pelas chuvas elevar-se-iam a níveis inimagináveis, visto que as catastróficas chuvas viriam em dezembro de 2013 e colapsariam a cidade sem que essas políticas desenvolvimentistas ocorressem – para sorte dos habitantes, caso contrário a destruição seria ainda muito mais severa e cruel. Caso essas políticas fossem colocadas em prática, a qualidade de vida em Vila Velha diminuiria, algo que somente não ocorreu por bloqueio do Tribunal de Justiça. O município se desenvolveu sobre bacias hidrográficas e era repleto de áreas alagadas, brejos e mangues, o que afetou, e ainda afeta, a configuração da cidade e o bem-estar dos

cidadãos (um breve histórico da cidade está descrito no capítulo 4, em Tendências e Orientação do Problema). A urbanização e a expansão da cidade apenas foram possíveis com o uso de aterros. Por isso, os alagamentos são frequentes no município, salvo poucos lugares. Quanto mais o município for urbanizado e o solo impermeabilizado, mais graves serão os alagamentos e inundações. Alguns argumentam que muito da urbanização da cidade deveria não existir. Imagens corroboram, como estas:

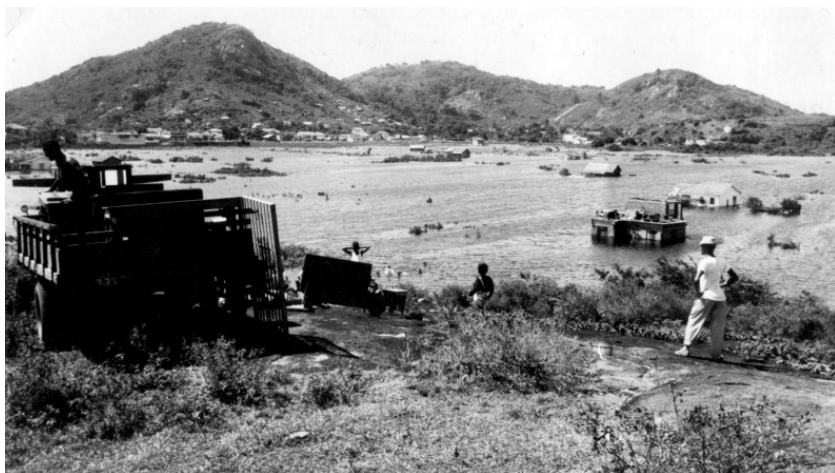
Figura 46: Praia da Costa

Na foto, percebe-se o Rio da Costa retificado e seus antigos meandros



Figura 47: Grande enchente na década de 60

Na imagem, talvez, o Centro de Vila Velha e os bairros Olaria e Jaburuna

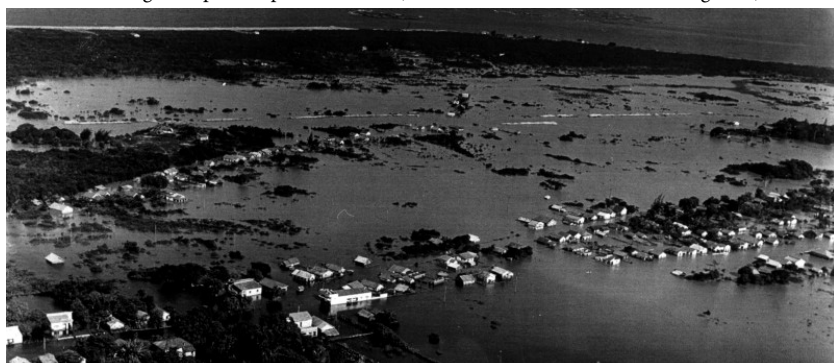


Fonte: Site Morro do Moreno

Figura 48: Bairro Itapuã durante a grande enchente da década de 60

Ele é localizado no litoral entre Praia da Costa e Praia de Itaparica

Na imagem, a parte superior é o mar (os citados bairros são visíveis na Figura 5)



Fonte: Site Morro do Moreno

Figura 49: Vila Velha inundada em 1960 após rompimento do dique
Na fotografia, destacam-se os bairros Praia da Costa, Centro, Itapuã e Itaparica



Fonte: Desconhecida

As inundações normalmente ocorrem entre dezembro e março. O período de baixa do Rio Jucu vai de julho a setembro. O pico da cheia do Rio Jucu é em dezembro e o mês de menor vazão é setembro, Grande parte da região nomeada de novo “El Dorado” pelo ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano, Henrique Casamata, é a planície de inundação do Rio Jucu, cuja urbanização ocasiona diminuição da absorção de águas da chuva e, com isso, os problemas se agravam ano após ano.

Ano 2013

Rodney Miranda assume a prefeitura de Vila Velha

1º de janeiro de 2013

Rodney Miranda assume a prefeitura, com mandato até 31 de dezembro de 2016.

Figura 50: Rodney Miranda no momento da sua diplomação como prefeito.
Ao lado, Rafael Favatto, vice-prefeito



Fonte: Folha Vitória

Fim do FUNDAP

1º de janeiro de 2013

O fundo incentivador das atividades portuárias no Espírito Santo (FUNDAP) é extinto. A competitividade dos portos do estado cai bruscamente e a diminuição na arrecadação tributária força muitas prefeituras a fazerem cortes no orçamento. A pressão por solução no gargalo logístico aumenta e os prefeitos ficam mais dependentes de repasse estadual de verbas.

Licenças para a construção civil voltam a serem proibidas em Vila Velha

2 de janeiro de 2013

O acórdão nº 19/12 da Procuradoria Geral da prefeitura não teve anuência da nova administração e do MPES.

MPES inicia diálogo com a PMVV e com a sociedade civil organizada

26 de fevereiro de 2013

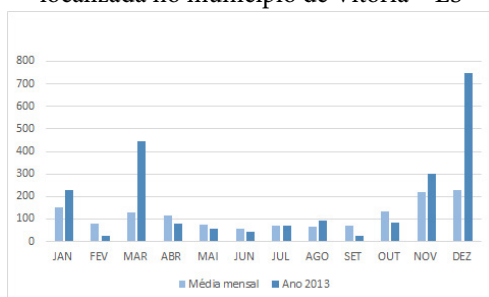
No primeiro dia de reunião, o MPES questionou os licenciamentos concedidos antes e depois do julgamento das ADIs e pediu a revisão dos atos de aprovação dos empreendimentos, cujas fundações não foram concluídas. Foram impostas medidas compensatórias e mitigadoras das obras mais avançadas .

Chuvas inundam Vila Velha

19 de março de 2013

Uma forte chuva inundou o município e foi decretado estado de emergência. Em menos de 24h, das 13h do dia anterior até às 8h do dia seguinte, caíram 176,8mm de chuva, superando a média histórica mensal de 130,9mm para este mês do município vizinho, Vitória. Como não havia estação meteorológica para mensuração da precipitação na cidade de Vila Velha, os dados da estação de Vitória colaboraram para compreender a intensidade das chuvas (Figura 51).

Figura 51: Série histórica da estação meteorológica localizada no município de Vitória – ES



Fonte: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

MPES se reúne novamente com o Município de VV e a sociedade civil organizada

2 de abril de 2013

Rafael Tardin, procurador-geral do município de Vila Velha, sugeriu como solução, devido à acelerada e problemática tramitação do PDM, que o texto do PL nº 034/2006, criado por Max Filho, fosse utilizado para a criação da nova lei do PDM, uma vez que foi construído de acordo com as exigências jurídicas e apreciado pela sociedade.

Figura 52: Rafael Tardin



Fonte: Acervo de Zanete Dadalto

MPES faz audiência pública para recebimento de propostas trazidas pelos representantes do Município de Vila Velha

4 de abril de 2013

A audiência pública ocorreu no auditório da Promotoria de Justiça de Vila Velha, ficando a PMVV encarregada de fazer os contatos com as associações. O promotor Luis Felipe Scalco Simão destacou a existência do “vácuo legislativo” causado pela inconstitucionalidade dos 13 artigos do PDM, tornando o município sem parâmetro para licenciamento de obras. Reforçou a utilização do texto da PL 034/2006, posição compartilhada pela promotora Dra. Isabela de Deus Cordeiro e pelo Procurador Rafael Tardin. A Secretária de Desenvolvimento Urbano, Ana Márcia Erler, fez a exposição técnica do projeto.

Figuras 53 e 54: Ana Marcia Erler e Promotora Isabela de Deus Cordeiro



Fonte: Facebook e Acervo de Titina Cardoso

MPES promove novas rodadas de audiências

22 de abril e 7 de junho de 2013

MPES segue os trabalhos, promovendo outros dois encontros. As audiências contaram com a participação de representantes do

Ministério Público, da Prefeitura, da Câmara Municipal de Vila Velha, da sociedade civil organizada e do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Espírito Santo (SINDUSCON).

Rodney Miranda assina pré-projeto de Lei para restauração da APA da Lagoa Grande

6 de junho de 2013

Rodney Miranda cria projeto de Lei para restauração da APA da Lagoa Grande, extinta anteriormente por Neucimar Fraga. No entanto, Rodney Miranda não questionou o condomínio Jardins de Veneza e, devido a isso e à forma como o ato foi realizado, alguns ambientalistas consideraram a atitude “midiática” e com pouco efeito.

TJES nega pedido de embargo pela CMVV à ADIN, que suspendeu 13 artigos do PDM

6 de junho de 2013

O relator do processo, desembargador Dair José Bregunce, disse que o pedido foi feito fora do prazo e não se ateu ao mérito da questão. O relator teve apoio unânime do Pleno⁵⁹. O voto atendeu à defesa feita pela procuradora Nícia Regina Sampaio, do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOA). A procuradora denunciou que, mesmo após a decisão da ADI, suspendendo artigos institucionais, o município de Vila Velha aprovou 300 empreendimentos em 60 dias e afirmou que o número aprovado é equivalente ao aprovado nos últimos três anos pela administração. A mesma alega possível má-fé e promiscuidade dos agentes licenciadores e afirma que a descaracterização do PDM pela Câmara teve o único objetivo de atender a interesses privados.

⁵⁹ Todos os desembargadores votaram contra o pedido de embargo da CMVV.

O promotor Gustavo Sena afirmou que o pedido de embargo pela Procuradoria Geral da Câmara de Vila Velha foi uma tentativa de legitimar esses empreendimentos e disse que a procuradoria não poderá recorrer da decisão⁶⁰.

Figura 55: Desembargador Dair José Bregunce



Fonte: Acervo de Antonio Cosme/TJES

Nova audiência pública entre os membros da sociedade

7 de junho de 2013

Acontece uma audiência sobre propostas para o novo projeto de lei sobre o PDM que está para ser enviado para o legislativo municipal. O objetivo da reunião foi a criação de um novo projeto de lei adequado à realidade de Vila Velha e dentro dos parâmetros legais. Novamente, representantes do MPES, da PMVV, da CMVV, da sociedade civil organizada e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (SINDUSCON) se reuniram.

60 Ver matéria do Jornal Século Diário, Bernardes (2013c).

Protesto contra impasse do PDM

11 de junho de 2013

Trabalhadores da construção civil protestaram. Manifestantes declararam a perda de mil postos de trabalho devido ao imbróglio do PDM. Estimou-se o risco de que outros três mil postos poderão ter o mesmo destino. Vereadores alegaram demora para se fazer um PDM nos moldes exigidos pela lei e tentaram tomar uma medida remediadora. O vereador Zé Nilton, único a não concordar com essa medida remediadora, fez uma declaração pela TV dizendo acreditar numa solução sem a participação da CMVV e decidida entre o executivo e o judiciário⁶¹.

Figura 56: Vereador José Nilton (PT) dando declaração à Rede Vitória



Manifestações populares tomam as ruas de Vitória

Final de Junho de 2013

Protestos ocorrem em várias capitais do Brasil. Segundo dados apresentados pela mídia, no dia 17 de junho, 20 mil pessoas

61 Dados da matéria: Redação Folha Vitória (Acesso em: 11 jun. 2013) e Gazeta Online (2014).

marcharam até a casa do governador (Figura 57). No dia 20, 100 mil pessoas, moradores da capital e da Região Metropolitana da Grande Vitória, protestaram em Vitória/ES. A capital possui apenas 371.000 habitantes, segundo IBGE, e 100 mil pessoas protestaram no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, demonstrando a proporção do protesto capixaba. Vários protestos ocorreram no final de junho e no início do mês seguinte. A ALES foi invadida e ocupada durante dias por manifestantes. A Rede Sustentabilidade, representada por Gustavo de Biasi, e o PSOL foram os grupos políticos da oposição que mais atacaram o governo e capitalizaram com as manifestações – tanto que o índice de aprovação do governador Renato Casagrande começou a cair e a unanimidade política do Espírito Santo começou a sofrer desgaste de imagem pela primeira vez após consolidada⁶².

Figura 57: Protesto em Vitória

Manifestantes subindo a ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça (3ª ponte) em direção à residência oficial do governador, em Vila Velha. Foto do dia 17 de outubro de 2012, quando o número de manifestantes foi cinco vezes menor do que o número de presentes no dia 20



Fonte: Acervo de Maycon Wesley

62 G1 (2013c).

Tentativa de solução transitória ao impasse dos 13 artigos inconstitucionais

28 de junho de 2013

Vários projetos da construção civil, ainda não iniciados, foram aprovados pela prefeitura baseados nos índices construtivos da Lei nº 4.575/2007. Nessas condições, as atividades da construção civil foram interrompidas em curto período, o que resultou em perda de arrecadação para PMVV e aumento significativo do desemprego na cidade. Para que isso não ocorresse, a Lei Municipal nº. 5.430/2013 foi criada, um “quebra-galho”, especificamente para a apreciação de processos relativos a projetos arquitetônicos apresentados até a data de 28/05/2012, visto que o TJES considerou esses índices inconstitucionais no dia 28/05/2012. Por isso, os projetos aprovados que os utilizavam perderam a validade e, após a inconstitucionalidade, tornou-se impossível a aprovação de novos projetos.

ASEVILA entrega para a PMVV o Plano Estratégico 2013-2016

9 de agosto de 2013

O lançamento foi realizado num evento em conjunto com a Prefeitura Municipal de Vila Velha⁶³.

Chefe do Executivo encaminha para CMVV PL nº 035/2013

5 de setembro de 2013

Enviado em regime de urgência, o PL foi criado para a aprovação de um novo PDM e indicava novos índices construtivos. Um PL dessa natureza apenas poderia ser produzido em conjunto com a sociedade. Percebendo o erro, o Fórum Popular em Defesa de Vila Velha avisou ao MPES sobre a manobra.

⁶³ Na data, foi entregue o Plano Estratégico 2013-2016. Ver ASEVILA (2013).

Figura 58: Irene Leia Bossois
Representante do Fórum Popular em Defesa de VV



Fonte: Acervo de Anselmo Assis

MPES envia Notificação Recomendatória nº. 003/2013 à CMVV
5 de setembro de 2013

Em resposta ao envio do PL 035/2013 à CMVV, a 7^a e a 14^a Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha enviaram nota endereçada ao presidente da CMVV, Ivan Carlini. A notificação trazia ao presidente:

Observar o devido processo legislativo, abstendo-se de encaminhar a votação o Projeto de Lei n.º 035/2013, arquivando-o ou devolvendo-o ao Executivo para ampliação do debate com a sociedade civil (...), devendo ainda, na qualidade de presidente, comunicar aos demais vereadores o teor da presente notificação.

Rede Sustentabilidade, opositora do Governo, torna-se aliada de Casagrande

5 de setembro de 2013

Marina Silva, líder da Rede Sustentabilidade, filiou-se ao PSB, partido do Governador Casagrande. Em consequência disso, Gustavo

de Biase (Figuras 59 e 60), representante da Rede Sustentabilidade no ES e um dos maiores críticos do governador Renato Casagrande (PSB), possivelmente a principal voz das manifestações de junho e julho, mudou o discurso e tornou-se aliado do governador. Com isso, foi enfraquecida a oposição no estado.

Figuras 59 e 60: Gustavo de Biase com Marina Silva /

Gustavo de Biase com Renato Casagrande e Eduardo Campos



Fontes: Facebook e Acervo de Edson Chagas

Projeto de Lei nº 035/2013 transforma-se na Lei nº 5.441/2013 6 de setembro de 2013

Índices construtivos dados como inconstitucionais após a ADI nº 100110030515 foram reinseridos na Lei nº 5.441/2013, de forma a serem utilizados para a apreciação de processos relativos a projetos arquitetônicos protocolizados na Administração Municipal até 28 de maio 2013, de sorte que as licenças e as aprovações pudessem ser novamente liberadas ou renovadas. Foram apenas quatro dias entre a criação e aprovação do projeto. O único vereador contrário a lei foi Zé Nilton (PT). O PDM estava imbróglgio desde 28 de maio de 2012.

MPES instaura inquérito civil contra Ivan Carlini

11 de setembro de 2013

Para o Ministério Público, o presidente agiu dolosamente e desconsiderou a recomendação MPES no 003/2013, os princípios constitucionais e a legislação em vigor. De acordo com o MPES, Ivan Carlini desrespeitou o Art. 22, I, f, da Resolução no 459, de 23 de março de 1995, do Regimento Interno da CMVV: “incluir em pauta os processos assim que estiverem em condição de serem apreciados em Plenário”. O inquérito⁶⁵ exigiu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, num prazo de 10 dias, a relação dos empreendimentos imobiliários irregulares que a Lei nº 5.441, do dia 6 de setembro, poderia beneficiar⁶⁴. O presidente da CMVV teve prazo de 10 dias para prestar esclarecimentos por escrito.

Figura 61: Vereadores que votaram a favor do PL nº 035/2013

De cima para baixo, da esquerda para direita, em ordem decrescente do número de votos na última eleição: Marcos Rodrigues (PP), Ivan Carlini (DEM), Almir Neres (PSD), Joel Rangel (PSB), João Artem (PSB), Rogério Cardoso (PSDB), Andinho (PMDB), Ricardo Chiabai (PPS), Valdir Neitzel (PTdoB), Valter Rocon (PDT), Osvaldo Maturano (PROS), Duda da Barra (PP), Arnaldinho Borgo (SDD), Belo (SDD), Anadelso (PTN) e Wedson (PTN). O único vereador contrário foi Zé Nilton (PT). Fontes: As fotos foram retiradas da página da CMVV, exceto a de Osvaldo Maturano (Twitter), as de Rogério Cardoso, Ricardo Chiabai e Valdir Neitzel (imagens adaptadas do Facebook) e a de Duda da Barra (Lino Resende)

64 Ver Bernardes (2013b).



Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Vila Velha

MPES propõem Ação Civil Pública contra a Lei nº 5.441/2013 *2 de outubro de 2013*

MPES afirmou que essa lei representa riscos ao meio ambiente natural e urbano⁶⁵, asseverando que a administração pública utilizou a lei para atender aos interesses privados e destacou o depoimento da Secretária de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha⁶⁵ como prova, esta que afirmou:

a lei 5.441/2013 só contempla um número determinado de processos, os que estavam paralisados até o julgamento final da ADI; A lei 5.441/2013 autoriza que o Município, a pedido do interessado, que os projetos sejam avaliados por meio dos índices da lei referida (Lei 5.441/2013). Que em face de ADI, alguns projetos não tinham como ter andamento. Questionada se a lei repristina regras declaradas inconstitucionais, esclareceu que para os projetos que estavam paralisadas até 28/05/2013, ela permite aos que fizerem requerimento sejam analisados pela norma da Lei 5.441/2013, que é uma norma de transição. Que a Lei 5441/2013 repete índices declarados inconstitucionais em alguns casos, que só valem para os processos paralisados com protocolo até 28/05/2012. Cita que a SEMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano se deparou com casa a exemplo de projeto modificativo de obras em andamento, já na sexta laje, que não se encaixam na lei 5.430/2013. Eram processos tramitados ou com certa dúvida, que necessitavam de resposta e a SEMDU precisava de respaldo jurídico para reaprovação do projeto modificativo. Que o PL 035/2013 não foi submetido a audiência pública. Que o debate foi só interno [...] Questionada quanto ao número de projetos que podem se valer da Lei 5.441/2013, informou que levantamento da SEMDU informado ao Ministério Público (Of. 130/2012 em 08/05/2013) eram 359 projetos de maior porte aprovados até 28/05/2012, podendo estar licenciados ou não, ou com obra já consolidada (com fundação concluída). [...] Que dentre esse número, os analistas da SEMDU estão com aproximadamente 150 processo, sendo que nem todos são atingidos pela ADIn, que muitos deles foram apresentados e se adequam a Lei 5.430/2013, e, para os que não se encaixam, a SEMDU poderá usar a Lei 5.441/2013, que foi necessária para obra que já estavam em adiantado estado de construção. Que esse número de 150, é o número de projetos que foram impulsionados por parte dos interessados para se encaixar em alguma das duas leis, pois estavam paralisados em virtude de ausência legal em razão das ADIn's, prejudicando o interesse público municipal. [...] Questionado quanto a razão para a edição dessa Lei 5.441/2013, cita exemplo de determinado empreendimento, [...], que foi aprovado e licenciado em 2011, teve a obra paralisada e conseguiu financiamento com número de vendas, obra esta que foi atingida pela ADIn, que teriam que retirar 3 ou 4 lajes

65 Ver Ministério Público do Estado do Espírito Santo Online (2013?).

pela Lei 5.430/2013 e com a nova Lei 5.441/2013 está convalidada, a exemplo de outros empreendimentos que estão sendo avaliados pela SEMDU.

MPES ajuíza ADI contra a Lei nº 5.441/2013

23 de outubro de 2013

O MPES considera inconstitucional a reinserção dos índices previamente julgados e condenados.

Previsão de chuvas fortes e queda de granizo no ES

11 de dezembro de 2013

O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), órgão público cujas atribuições incluem a previsão do tempo, emitiu alerta de chuvas fortes e possível queda de granizo, informe propagado pela mídia.

Rodney Miranda tira férias

18 de dezembro de 2013

Chuvas fortes assolam o Espírito Santo e o Prefeito viaja à Nova Iorque, sem efetuar a formalidade de afastamento do cargo de chefe do Executivo Municipal.

Mídia não noticia o drama das chuvas e artistas se manifestam

22 de dezembro de 2013

Quase todo estado encontrava-se em situação crítica. À época, chuvas fortes promoviam o caos. Até o dia 22 de dezembro de 2013, a mídia estadual pouco abordou o problema e nenhum jornal nacional cobriu a situação. A repercussão nacional aconteceu quando Ivete Sangalo postou a imagem abaixo no Instagram e outros artistas a repercutiram, como Mr Catra.

Figura 62: Mr Catra replicando mensagem de pedido de ajuda lançada por Ivete Sangalo



Fonte: Instagram

Decretada situação de emergência em Vila Velha e outros municípios do ES

23 de dezembro de 2013

Chuva bate recorde histórico no ES, principalmente no final do mês, quando supera os 700 mm. A média histórica de precipitação para dezembro não alcança 230mm. Os índices pluviométricos apresentados na estação meteorológica de Vitória, nesse período, não foram precisos, tamanha a quantidade de água trazida pelas chuvas. Rodney voltou, às pressas, à cidade e novamente decretou situação de emergência em 2013. Casagrande fez o mesmo para diversos municípios do estado, inclusive Vila Velha e Vitória. A portaria nº 151, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, reconheceu no mesmo dia a situação de emergência da cidade de Vila Velha. Poucas

áreas da cidade não estavam alagadas e epidemias surgiriam caso a água demorasse a ser escoada. As chuvas forçaram mais de 40 mil capixabas a abandonarem seus lares e 24 óbitos foram registrados⁶⁶. Os bombeiros afirmaram ser o maior desastre ocorrido no estado, afetando 3.452.872 pessoas, quase 90% da população, e 55 municípios dos 78 existentes⁶⁷.

Figura 63: Alagamentos presentes em quase todo município de Vila Velha. A grande área desprovida de edificação e inundada é parte do bairro Praia das Gaivotas, identificável na Figura 02. No fundo da imagem, encontram-se elevações rochosas que margeiam a baía de Vitória (da direita para esquerda: Morro do Moreno, Convento da Penha e Morro de Jaburuna)



Fonte: Acervo de Jorge Sagrilo

66 Segundo Boletim de Chuvas da Defesa Civil do Estado do Espírito Santo de dezembro de 2013.

67 Dados do Relatório Operacional das Chuvas do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, de 5 de fevereiro de 2014.

Rodney Miranda autoriza rasgo na praia da Jacarenema

26 de dezembro de 2013

Sem estudos ou consulta popular, protegido legalmente pelo estado de emergência, Rodney Miranda autorizou abertura de uma vala na praia de Jacarenema, na tentativa de aumentar a vazão e diminuir a enchente do Rio Jucu (Figuras 65, 66, 67 e 68). Contudo, a água do mar invadiu o Rio Jucu e a abertura foi fechada às pressas. Previamente exposto na introdução deste trabalho, o Parque Natural Municipal de Jacarenema é protegido por lei estadual e, por isso, a intervenção municipal na unidade de conservação deveria ter aprovação do executivo estadual, algo que não ocorreu. Alguns envolvidos na política capixaba afirmaram, então, que a autorização desse rasgo foi uma atitude para afrontar o governador do estado, Renato Casagrande, que compete com o padrinho político de Rodney, Paulo Hartung, na disputa pelo governo estadual. Em entrevista sobre essa situação, exibida pela TV Gazeta⁶⁸, Jader Mutzig Bruna, Secretário de Meio Ambiente de Vila Velha à época, afirmou, mesmo mediante o fracasso: “A obra vai continuar, mesmo sem ter certeza de que vai funcionar. Se der errado, a gente assume o ônus. O que não pode é a gente ficar dentro de um gabinete, no ar condicionado, esperando a solução vir”.

O ambientalista Petrus Lopes, do INJAPA, acreditando na ineficácia da medida, interveio e desligou os cinco tratores que trabalhavam na abertura do canal. Acompanhado da Polícia Militar, Jader Mutzig Bruna compareceu ao local e questionou a interrupção. Ocorreu uma discussão acalorada entre os dois, televisionada pela TV Gazeta (Figuras 69 e 70).

68 Ver G1 (2013b).

São suspensas as licenças para construções em áreas alagáveis de Vila Velha

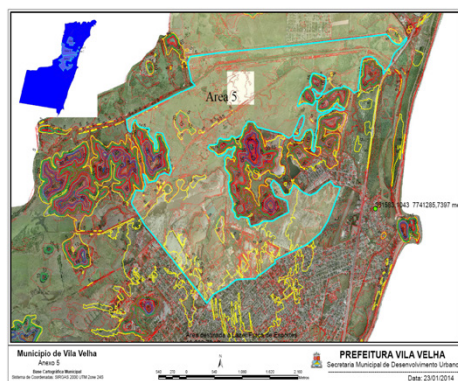
28 de janeiro de 2014

Os alagamentos perduraram quase por todo o mês de janeiro. Rodney Miranda, então, lança o Decreto Municipal nº 019/2014, cujo *caput* apresenta:

Suspende as análises, aprovações e emissões de licenças e autorizações em processos relativos a projetos de regularização e licenciamento de obras e de licenciamento ambiental, bem como as licenças e autorizações emitidas, pelo prazo de 90 dias, para realização do estudo de capacidade de adensamento, impermeabilidade e ocupação do solo urbano nas áreas sujeitas a alagamento e em áreas de risco.

Cinco áreas estavam sujeitas ao Decreto, inclusive parte da área de amortecimento de Jacarenema⁶⁹. Os empreendimentos das empresas Bauen, Teixeira Holzmann e Galwan – expostos no Processo Social – não estão dentro da área de suspensão de licenças.

Figura 64: Área 5 Decreto 019/2014



Fonte: Espírito Santo (2014)

69 O decreto no 019/2014 foi publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado em 28 de janeiro de 2014, pág. 18.

Figuras 65, 66, 67 e 68: Destruição da praia de Jacarenema em tentativa
infrutífera de diminuir o caos hídrico em Vila Velha

A última imagem da sequência mostra o canal fechado para impedir a entrada do mar no rio, o que
poderia agravar ainda mais a situação fora de controle



Fontes: 65: Desconhecida; 66: Acervo de Leonardo Lg;
67 e 68: Gazeta On-line (2013b)

Figuras 69 e 70: Jader Mutzig Bruna (de terno), Secretário de Meio Ambiente, e Petrus Lopes, Instituto Jacarenema de Pesquisas Ambientais



Fontes: site da PMVV e TV Gazeta

Moradores de Vila Velha reclamam da postura da prefeitura

27 de fevereiro de 2014

O pescador Valmir Antônio das Neves declarou em entrevista que⁷⁰:

Quando chove, a maré ou o rio enchem, a água fica represada, não desce. Essa intervenção só serviu para gastar o nosso dinheiro. Essa praia dava muito turista, mas as pessoas nem passam mais lá para o outro lado, onde tem o encontro do rio com o mar, porque ficou um monte muito alto de areia. Os moradores não levam mais as crianças, porque deixou o local mais fundo, e corre o risco das crianças de afogarem.

MPES notifica prefeito e secretários de Meio Ambiente e Obras

6 de março de 2014

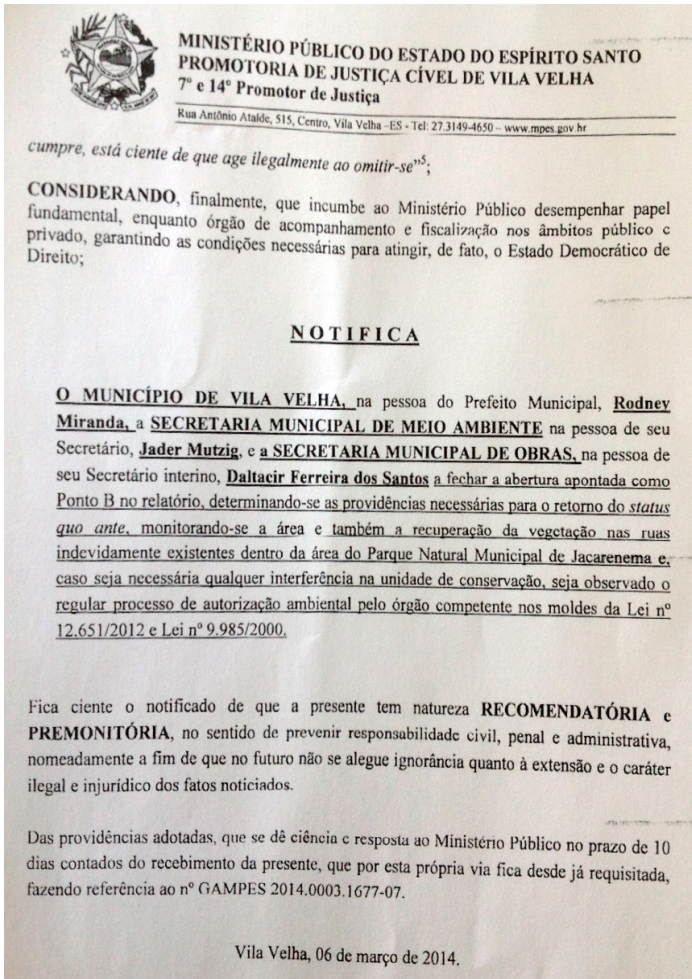
Rodney Miranda (prefeito), Jader Mutzig Bruna (secretário de Meio Ambiente) e Daltacir Ferreira dos Santos (secretário de Obras) são notificados para que recuperem os danos causados no Parque Municipal de Jacarenema (Figura 71).

70 Dados da matéria: G1 (2014).

Elucidação 2013

Rodney Miranda assumiu a prefeitura. O fim do FUNDAP resultou em queda expressiva das atividades portuárias e aumentou a pressão para a instalação do porto de águas profundas em Vila Velha. A nova administração municipal e o MPES não reconheceram o acórdão realizado pela Procuradoria Geral da Prefeitura para a liberação de licenças para construção. Por isso, a proibição retornou. O MPES utilizou fortes palavras contra os agentes licenciadores da prefeitura, acusando-os de serem abusivos na liberação de licenças durante os três meses anteriores ao fim do mandato de Neucimar Fraga. Essa proibição reacendeu a discussão sobre o Plano Diretor Municipal. O Ministério Público começou uma nova rodada de reuniões com os segmentos da sociedade. Após a iniciativa do MPES, em menos de um mês, mais uma vez as delicadas características geográficas e climáticas impedem as atividades da sociedade: fortes chuvas caem e Rodney foi forçado a decretar estado de emergência em Vila Velha. As discussões sobre o novo PDM consideram o PL nº 052/2010, criado por Neucimar Fraga, inaproveitável por ausência de participação popular na sua formulação. Portanto, optou-se pelo PL nº 034/2006, criado por Max Filho, como base para a criação da nova lei sobre o uso e a ocupação do solo do município. O MPES continua a reunir-se com a prefeitura, a sociedade civil organizada, a CMVV e o SINDUSCON.

Figura 71 - Notificação do MPES sobre a recuperação dos danos causados pela abertura de vala na praia do Parque Natural Municipal de Jacarenema



Fonte: MPES

Entre esses encontros, em uma atitude considerada contestável por muitos ambientalistas, porém corrigindo um passivo ambiental criado na legislação passada, Rodney restaurou a APA da Lagoa Grande, que Neucimar havia extinguindo. Mesmo participando do diálogo para por fim ao impasse do PDM, a CMVV tenta, em vão, derrubar os efeitos da ADI que tornou inconstitucional a Lei nº 5.155/2011. A demora na resolução desse impasse resultou na perda massiva de postos de trabalho na indústria da construção civil e a pressão pela resolução do imbróglio foi feita por trabalhadores, que foram às ruas, em protesto. Na metade do ano, a série de protestos ocorridos no Brasil reflete no Espírito Santo, e os grupos políticos da oposição os utilizam para atacar o governo. As manifestações no estado foram tão intensas que, pela primeira vez após o primeiro mandato de Hartung no governo, a hegemonia política começou a ser ameaçada. Durante o período de maior intensidade dos protestos, foi sancionada a Lei Municipal nº. 5.430/2013 para os projetos da construção civil protocolados até 28/05/2012. Essa Lei retirou a inconstitucionalidade declarada pelo TJES dos 13 índices construtivos da Lei nº 4.757/2007, dando uma solução para esses projetos. A discussão a respeito de um PDM definitivo continuou. A Asevila e a PMVV fizeram uma cerimônia de apresentação de um novo Plano Estratégico para o período de 2013-2016, demonstrando os interesses comuns entre a prefeitura e o grupo empresarial ou, possivelmente, submissão de um perante o outro. Ignorando a iniciativa do MPES de elaboração de um PDM socialmente participativo, Rodney Miranda apresentou, repentinamente, um novo projeto de lei sobre o uso e a ocupação do solo do município de Vila Velha à CMVV. Colocado em votação em regime de urgência, foi aprovado após quatro dias de criado. Índices construtivos declarados

inconstitucionais foram reinseridos nessa Lei (nº 5.441/2013). O MPES acompanhou esse rápido trâmite e notificou o presidente da CMVV, Ivan Carlini, para que não colocasse o projeto de Lei dessa norma em votação. Carlini ignorou a notificação. Desse modo, o MPES abriu um inquérito civil e uma ação civil pública contra Carlini e uma ação direta de inconstitucionalidade contra o novo PDM (Lei nº 5.441/2013). As manifestações de 2013 distraíram a sociedade e facilitaram para que esse trâmite legislativo ocorresse sem muita publicidade. Os protestos foram intensos, a oposição capitalizou incitando a população e, principalmente, os estudantes, mas não foram suficientes para abalar a unanimidade política do estado. Ao final dos protestos, a oposição perdeu força com a união entre o PSB e a Rede Sustentabilidade. Em dezembro, fortes chuvas caíram e denunciaram que o prefeito viajou de férias sem realizar o processo de afastamento formal do cargo à CMVV, o que pode sugerir uma proximidade excessiva entre o executivo e o legislativo municipal. O índice pluviométrico superou três vezes a média histórica para o mês de dezembro e poucas áreas do município não ficaram submersas. As chuvas causaram diversos danos ao patrimônio dos moradores, ao ponto de haver engarrafamentos de guinchos retirando carros danificados (Figura 72).

Figura 72: Engarrafamento de guinchos retirando carros danificados pela chuva no bairro Praia das Gaiotas



Fonte: Acervo de Jeff Laiber

A excessiva quantidade de água expõe o calamitoso controle de ocupação do solo e a precária macrodrenagem urbana da cidade. O prefeito, por decreto, suspendeu as obras nas regiões mais suscetíveis a alagamento, o que incluiu quase toda a área de amortecimento do Parque Natural Municipal de Jacarenema. Rodney assumiu que o novo “El Dorado” de Vila Velha (a região administrativa cinco do município) não merecia essa denominação por ser uma área ambientalmente sensível e passível de prejudicar todo o município, caso ocorresse urbanização desordenada.

ATORES

A seguir, os atores e os respectivos posicionamentos em relação ao conflito até janeiro de 2014. Mesmo quando não mencionadas, as atas das sessões legislativas expostas no Diário Oficial do Poder Legislativo do Município de Vila Velha serviram como base de informações ao respeito do posicionamento dos vereadores. Suas repetidas palavras foram a matéria-prima das colocações abaixo, além da extensa investigação dos demais registros possíveis e a realização de diversas entrevistas e acompanhamento de reuniões públicas. O mesmo valeu para os demais: todas as observações foram edificadas a partir daquilo proferido por suas línguas e seus próprios atos, encontrados nos mais diversos meios possíveis. Tudo isso se somou aos dois anos de acompanhamento diário das manifestações públicas relacionadas ao conflito, expostas na mídia e, não menos importantes, nas redes sociais.

MAX FILHO

Max Filho é uma liderança de Vila Velha. Mesmo tendo fracassado nas tentativas de eleição para deputado federal em 2010, pelo PTB, e para prefeito em 2012, pelo PSDB, e ainda sofrido isolamento político quando prefeito de Vila Velha pelo governador à época, Paulo Hartung, o que desgastou sua imagem, ainda possui capital político no município. Foi prefeito de Vila Velha entre 2000 e 2008 e, durante este conflito, fez parte da pequena oposição política do estado.

Possui experiência na política e conhece bem o cenário de Vila Velha. Elegeu-se pela primeira vez no município como vereador, em 1988. Em 1994 assumiu mandato na Assembleia Legislativa e foi reeleito, quando abandonou o cargo para se tornar prefeito pela primeira vez.

Membro do PSDB, é presidente da sigla em Vila Velha. O partido não possui muita influência no Espírito Santo: possui uma das 10 cadeiras do estado na Câmara dos Deputados e apenas uma das 29 cadeiras da Assembleia Legislativa Estadual, com César Colnago e Pr. Marcos Mansur, respectivamente. A sigla não possui senador no ES e apenas um vereador de Vila Velha a compõem, Rogério Cardoso. Colnago foi eleito, em 2010, na coligação Espírito Santo no Rumo Certo, formada pelo PSDB, PPS, DEM e PMN. Max Filho candidatou-se à prefeitura em 2012 pelo PSDB com o apoio desses partidos, além do PTB.

Em 2014, o PPS uniu-se à Rede Sustentabilidade e ao PSB para as eleições de 2014, o que diminuiu o apoio ao Max. Rodney Miranda, atual prefeito, é correligionário do DEM, o que prejudicou ainda mais as possibilidades de aliança de Max em 2014. No momento, Max almeja uma das vagas que serão ofertadas em breve no Congresso Federal. Alianças políticas estão sendo formadas, logo, atualmente é impossível fazer qualquer afirmação a respeito das coligações.

Max é visto como um competidor, não franco favorito. Seu pai, Max Mauro, ex-Governador do Estado, ainda “faz política” e favorece o filho onde consegue. Mauro também se candidatou, embora tenha fracassado em suas últimas tentativas. Além de Mauro e Rogério Cardoso, Max tinha proximidade e apoio de outro político em Vila Velha, o vereador Joel Rangel, de acordo com o exposto na descrição do vereador. Outro apoio que recebeu foi da Igreja Presbiteriana.

Max é intelectualmente preparado para os cargos aos quais se propõe. É formado em Direito e Administração, além de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Independentemente do cargo que venha assumir, sua eleição seria positiva para a conservação dos recursos naturais de Vila Velha por duas razões: porque foi o político

que melhor geriu o zoneamento urbano, o uso do solo do município e as áreas protegidas e porque uma vitória de Max representaria uma pequena ruptura na unanimidade política estadual.

Contudo, no momento, Max tomou uma atitude que pode ser maléfica para o Parque Natural Municipal de Jacarenema. O candidato ao cargo de deputado estadual fez campanha no bairro Pontal das Garças, localizado a poucas dezenas de metros do Rio Jucu, cujos moradores querem não só permanecer ali, mas também desejam a pavimentação das ruas e outras melhorias de infraestrutura, o que só agravariam o problema das inundações no local (figura 73, 74, 75, 76 e 77).

Figura 73: Inundação do Rio Jucu afetando Pontal das Garças



Fonte: Acervo de Rodrigo Wilton, em 28 de novembro de 2008

Figura 74: Max Filho fazendo campanha na Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças

 **Margarete-Blues Locadora** Público
23 de fevereiro

Encontro-Reunião União -Associativismo Mulheres d/ Pontal (33 fotos)
Particpei do encontro de união no bairro Pontal das Garças juntamente com a presença do líder Max Filho, Parabenizando todas as mulheres de Assmpg Pontal Das Garças nossa guerreira e amiga Elaine Da Silva Presidente das mulheres de Pontal.... Ver mais



 **Margarete-Blues Locadora** Público
23 de fevereiro próximo a Vila Velha

Particpei do encontro de união no bairro Pontal das Garças juntamente com a presença do líder **Max Filho**, Parabenizando todas as mulheres de **Assmpg Pontal Das Garças** nossa guerreira e amiga **Elaine Da Silva** Presidente das mulheres de Pontal. **Maria Da Penha Carmo** Vovó **Hilda** nossa poetiza mulher guerreira de quase 80 anos de uma vitalidade linda e amor ao bairro . Nos receberam carinhosamente. Presença vários lideres Comunitários **Adeilton**,**Penha de Darli Santos**. **Marilene Ramos de Souza** de Vitória .

Curtir · Comentar · Compartilhar  11  6

Fonte: Facebook

Figura 75: Perfil da Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças (ASSMPG), mostrando ao público o interesse em promover melhorias na infraestrutura do bairro

A ASSMPG é contrária à suspensão das licenças para construção em áreas alagáveis do município, pois, segundo aquela, esta impede a urbanização do bairro



Assmpg Pontal Das Garças compartilhou a foto de Prefeitura de Vila Velha. 29 de janeiro

Público

Essa medida, faz com que não haja crescimento no bairro ,com isso continuaremos na mesma...Não entendo Sr. Prefeito, como isso ajuda nosso bairro?...

SUSPENSAS as licenças para construções em áreas alagadas. A decisão tomada pelo Prefeito evita que novas residências e comércios sofram nos períodos de fortes chuvas. [COMPARTILHE]

SAIBA MAIS: <http://bit.ly/Mb5XY5>



Fonte: Facebook

Os dizeres da líder do bairro, na imagem acima, são: “Essa medida, faz com que ã [sic] haja crescimento no bairro, com isso continuaremos na mesma... Não entendo Sr. Prefeito, como isso ajuda nosso bairro?”

Todo político que tentar conter a urbanização da região administrativa 5 de Vila Velha enfrentará resistência dos moradores e, conseqüentemente, sofrerá perda de capital político. Cláudia Solares, socióloga e colaboradora do primeiro plano de manejo de Jacarenema, afirmou em apresentação para o Fórum Popular em Defesa de Vila Velha, em 6 de janeiro de 2014, que Pontal das Garças é um bairro condenado. O problema do bairro nunca será sanado. Portanto, devido ao bairro estar dentro da planície de inundação do Rio Jucu,

sua remoção – com adequação cuidadosa dos moradores – seria simbólica para a definição da ocupação e do uso do solo do município.

A permanência e a pavimentação alfástica do bairro Pontal das Garças significa enfraquecimento de bons parâmetros para as leis reguladoras da ocupação do solo, pois todas as demais áreas colonizadas indevidamente – em cota altimétrica suscetível a alagamento ou dentro da área natural de inundação do Jucu – estarão mais propensas à urbanização, podendo ainda incentivar a ocupação de outros locais dentro da bacia hidrográfica do Rio Jucu. Não só, isso acarretará perda do valor dos estudos acadêmicos, que indicam a desocupação de locais como Pontal das Garças, e confirmará aos políticos como áreas limítrofes ao Rio Jucu tem potencial para se tornarem currais eleitorais, possivelmente os incentivando a promover ocupações irregulares de terra, como as responsáveis pela criação de Pontal e outras áreas na Grande Terra Vermelha⁷¹.

NEUCIMAR FRAGA

Neucimar é uma liderança e tem o interesse de ascensão política por meio de Vila Velha. Segundo as entrevistas, almejava ser governador do ES. Para tanto, iniciou a criação de políticas em conjunto com a classe empresarial. Enquanto prefeito, alterou questionavelmente a legislação de forma a facilitar o desenvolvimento econômico de Vila Velha. Trata-se, portanto, de um desenvolvimentista⁷².

Em sua gestão tentou mudar radicalmente a região administrativa

5. Extinguiu a APA da Lagoa Grande⁷³, criou um PDM sem

71 A prática de incitação de pessoas para que ocupem brejos e pântanos é comum em Vila Velha. Depois de instalados, os moradores tornam-se reféns políticos. Muitos bairros da cidade surgiram desse jeito. Para mais informações buscar Sathler *et al.* (2016).

72 Aquele que prioriza o crescimento econômico sem considerar as questões sociais e ambientais.

73 Neucimar Fraga sancionou a Lei no 5.196/2011, revogadora da lei nº 5.019/2010,

participação da sociedade e advogou pela instalação do porto de águas profundas, com indústrias e aeroporto de cargas adjacentes. Em sua administração, de unidade de conservação, o Parque Natural Municipal de Jacarenema tornou-se uma área passível de exploração imobiliária. Considerando todas as suas ações, é o gestor público menos indicado para a conservação de Jacarenema e dos recursos naturais do município.

Pouco considerou as questões ambientais e, ainda assim, foi aceito como membro do Partido Verde. Esse, em teoria, é um partido cujos princípios incluem a democracia participativa, algo que não existiu no PL nº 052/2010, criado por Fraga. Outro princípio do Partido Verde, a luta pelo fortalecimento do movimento ecologista, não ocorreu na gestão de Neucimar, pelo contrário, a sociedade civil organizada o considerou o prefeito responsável pelos maiores retrocessos ambientais do município. Contudo, a aceitação de políticos com essa postura não parece ser uma exceção no Partido Verde do Espírito Santo, afinal Gildevan Fernandes, deputado estadual por esse partido, não compareceu à audiência pública sobre a qualidade do ar de Vitória, realizada em 11 de setembro de 2013, mesmo sendo presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa Estadual⁷⁴.

Como vantagem política, Neucimar possui carisma, muito superior aos prefeitos aqui citados. Por atender aos interesses desenvolvimentistas, tem apreço da classe empresarial e política. É uma liderança reconhecida e com um histórico incomum. Começou na política como líder comunitário em Boa Vista, bairro onde morou. Tornou-se vereador (2000), dois anos depois foi eleito deputado

esta que instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Grande.

74 Ver dados da matéria em Medeiros (2013).

federal, conseguiu reeleição (2006) e, em seguida, tornou-se prefeito da cidade pelo PR (2008).

Venceu no 2º turno o candidato Hércules Silveira (PMDB), apoiado publicamente por Hartung, conseguindo 52% dos votos contra 47% do seu adversário. Após a derrota na tentativa de reeleição para prefeito, aparentemente se separou do seu padrinho político, senador Magno Malta, considerado o principal responsável pela sua carreira política. Neucimar declarou em entrevista⁷⁵:

A legislação me permite mudar de partido agora, e eu vou disputar o pleito para deputado federal. Tenho que ficar em um partido que me dê condições para disputar. O PR estava sem um grande quadro. Além disso, a posição do Magno Malta de ser candidato leva o partido a um sacrifício muito grande, pois atrapalha um pouco as movimentações partidárias.

Em outra entrevista, quando decidiu sair do PR, disse⁷⁶: O PR está sob comando de Magno, que não dialoga, comunica. Ele delegou funções a pessoas que são mais seus auxiliares do que lideranças do partido.

Atualmente Fraga ambiciona a vaga que será ofertada no Senado Federal nas próximas eleições. Apresenta como principais bandeiras políticas a industrialização de Vila Velha e a instalação do porto de águas profundas. Neucimar é próximo ao setor portuário, pois em 2011 tornou-se membro do Conselho da Autoridade Portuária da CODESA.

75 Extraído da matéria: Neucimar Fraga sai do PR e lança candidatura a deputado federal. Site do G1. 25 abr. 2013.

76 Extraído da matéria: Neucimar Fraga deixa PR e disputa em 2014 pelo PSB. Site ES Hoje. 19 abr. 2013

Figura 76: Folder da campanha de reeleição de Neucimar Fraga para a prefeitura de Vila Velha. Ele foi apoiado pelo governador Casagrande (PSB) e Dilma (PT). O vice de Neucimar era Fabio D'Vila (PSB).



RODNEY MIRANDA

Rodney Miranda foi prefeito de Vila Velha na gestão 2013-2016. Ingressou na vida política capixaba ao tornar-se o primeiro Secretário de Estado e Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo do governo de Paulo Hartung, considerado seu padrinho político. Sua participação no governo e suas campanhas políticas mostram relação próxima com o governador Paulo Hartung. Ingressou na pasta em 2003 e foi exonerado em 2005, em meio à crise, quando revelado que o Governo do Estado do Espírito Santo grampeou ilegalmente a Rede Gazeta de Telecomunicações. Pouco tempo depois reassumiu o cargo, em 2007, permanecendo na função até o final do segundo mandato de Hartung (ano de 2010)⁷⁷.

Quando exonerado, Rodney mudou-se para Pernambuco e assumiu dois cargos no período em que esteve lá. Primeiro tornou-se Secretário Estadual de Defesa Social e, pouco depois,

⁷⁷ Para se entender mais a relação e o escândalo, ver as matérias: Fuzzato (2005), Oliveira e Reis (2005), Redação Folha Vitória (2007) e Sindicato dos Jornalistas (2009).

Secretário de Defesa Comunitária de Caruaru. Ao retornar ao ES para exercer a mesma função, convidou o pernambucano André de Albuquerque Garcia para acompanhá-lo e ser o subsecretário de Integração Institucional da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

Garcia aceitou o convite e continuou no governo após a saída de Rodney, prosperando na hierarquia institucional, vindo a ser o atual Secretário de Justiça do Estado. A permanência de Garcia fortaleceu as afirmações de aliança entre os projetos políticos de Paulo Hartung e de Casagrande e apoiou as afirmações de existência de um bloco político dominante no ES, muitas vezes chamado de *a unanimidade política*⁷⁸.

Como colocado, o escândalo do grampo não impediu o retorno de Rodney ao seu antigo cargo, mas não só: Hartung apoiou Rodney na sua primeira pretensão a um cargo elegível. Com essa ajuda, Rodney tornou-se o deputado estadual mais votado em 2010, para surpresa de muitos, inclusive levantando suspeitas⁷⁹. Rodney foi eleito pelo DEM na coligação *O Espírito Santo no Rumo Certo* (PPS/DEM/PMN/PSDB), com 3,46% dos votos (65.049 dos votos). Os segundo, terceiro, quarto e quinto candidatos receberam, respectivamente, 2,83%, 2,05%, 1,78%, e 1,66% dos votos.

Desde 2003, o início de sua carreira política, o prefeito de Vila Velha segue acompanhado de Hartung. Não é possível afirmar que Rodney seja uma liderança, afinal o seu sucesso eleitoral é atribuído por muitos como fruto das suas relações, não de suas competências e qualidades. Sobre essas, é formado em Direito e Administração e é

78 Para mais, ver Borgneth (2014), Medeiros (2014) e Valfré (2014b).

79 Ver matéria “Mistério nas urnas: votação maciça de Rodney em Vila Velha levanta suspeita” do Site da Associação dos Escrivães de Polícia Civil do Espírito Santo. De 8 de outubro de 2010.

delegado federal, pós-graduado em Carreiras Jurídicas e em Gestão em Segurança Pública, com experiência e renome no combate ao crime organizado e à violência.

Participou do Núcleo de Combate à Impunidade do Ministério da Justiça, criado em 2000, para aprofundar as investigações da CPI do narcotráfico. Na Superintendência Regional da Polícia Federal de Brasília, liderou a Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes e participou da Coordenação de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais. Essas posições garantiram a Rodney participações em grandes operações policiais no Brasil.

Um pouco antes de vir ao Espírito Santo, Rodney prendeu Jader Barbalho, influente político do PMDB, ex-senador e ex-governador do Pará. Participou das prisões do ex-deputado estadual maranhense José Gerardo de Abreu e ex-deputado federal Hildebrando Pascoal (o “político da motosserra”) e, em período eleitoral, comandou a operação que afetou a empresa da, à época, candidata a presidente Roseana Sarney. Aproveitando esse histórico, vendeu a imagem de sábio combatente da violência e da criminalidade em sua campanha como candidato a prefeito⁸⁰.

Outro ponto favorável ao prefeito são as informações que ele tem. Rodney pode ser considerado um “arquivo vivo”. Todas as operações em nível federal de que participou e os cargos assumidos permitiram a ele informações privilegiadas. O escândalo do grampo da Rede Gazeta, que resultou em sua exoneração como secretário do governo Hartung, forneceu acesso às informações restritas do maior núcleo jornalístico do estado, mesmo sendo alegada ausência de intenção e erro no grampo.

80 Para este e o parágrafo anterior, ver matéria do Estadão (2009).

Por outro lado, Rodney não possui carisma. Dificilmente sorri para fotos e expõe imagens de si pouco expressivas em sua página do Facebook (figuras 77 e 78). Esse comportamento chega a ser interpretado por muitos como uma indiferença à população. As pessoas que o acusam de tal postura apontam como exemplo a viagem à Nova Iorque, quando ignorou o alerta de fortes chuvas dado pelo INCAPER em dezembro de 2013, que resultou no desastre detalhado acima (em Plano Diretor Municipal: Entendendo o Conflito). Embora a acusação possa ser excessiva, nenhum prefeito de uma cidade ambientalmente sensível como Vila Velha deve viajar durante o período chuvoso, entre outubro e março, pois nesses meses são esperadas complicações e medidas emergenciais no município.

A maioria dos entrevistados para este livro afirmou que a administração pública é uma atividade incomum para Rodney ou, para alguns, até mesmo uma “aventura”, não um objetivo final, como é para Max Filho e Neucimar Fraga. Pior, há aqueles que asseguram que Rodney é uma peça do tabuleiro de xadrez de Hartung. Caso isso seja verdadeiro, deve-se observar o histórico de Hartung em relação à conservação dos recursos naturais para conjecturar quais serão as ações de Rodney em relação ao Parque Municipal de Jacarenema.

Figura 77: Carisma de Rodney Miranda

Com Simone Modolo, Secretária de Cultura e Turismo da PMVV



Figura 78: Rodney Miranda e a sua postura pouco carismática

O contraste fica evidente quando aparece ao lado de outros políticos, como na figura, estando ele entre o vereador Arnaldinho Borgo (à esquerda) e José Eliomar Brisolinha (à direita), Secretário de Serviços Urbanos da PMVV



Fonte: Página do Facebook de Rodney Miranda

Por mais que existam críticas contra o histórico e perfil político de Miranda, nenhum prefeito conseguiu tanto apoio do governo estadual. Obras essenciais de macrodrenagem planejadas há décadas apenas, no mandato de Rodney, foram iniciadas. Max Filho pouco pôde fazer nesse sentido, pois estava envolvido num conflito político com o poder executivo estadual e sujeito à baixa arrecadação tributária de Vila Velha. Neucimar Fraga recebeu muito mais apoio, realizou um planejamento técnico essencial para o direcionamento das ações de macrodrenagem, contudo conseguiu pouca verba para as ações de engenharia e, nos quesitos de zoneamento e de uso do solo, liberou a ocupação e o uso do solo de forma a inviabilizar todo planejamento de macrodrenagem realizado. Além disso, se não fosse

impedido pelo judiciário, possivelmente poderia ter condenado muitas áreas da cidade, tornando-as insolúveis nesse sentido.

Na contramão do PDDUS, Fraga sancionou um adensamento demográfico acima da capacidade de suporte do município. Também liberou a urbanização em áreas impróprias, inclusive em Jacarenema, o que possivelmente tornaria qualquer ação para a melhoria da macrodrenagem do município um ato nulo. A postura de Rodney quanto à macrodrenagem parece diferir.

Figura 79: Obras de dragagem e demolição de rochas do Canal da Costa



Foto: site da PMVV

No entanto, a elaboração e a aprovação repentina de um PDM fora das exigências legais no ano anterior, sem a participação da sociedade e reinserindo índices construtivos considerados inconstitucionais pelo TJES (Lei nº 5.441/13) mostraram que Rodney também não é um gestor confiável para a conservação de Jacarenema e a questão hídrica do município. O PDM é o instrumento legal com maior força para a proteção das áreas verdes e, no mandato do prefeito, a instabilidade jurídica do zoneamento e do uso do solo perduraram.

Embora o PDM criado por Miranda mantenha a proteção legal municipal da área de Jacarenema, ele é grave por não ter considerado

a participação democrática, e esse fato é um mal maior do que o passivo ambiental gerado na unidade de conservação para tentar diminuir a inundação da cidade, o rasgo na praia de Jacarenema. A justificativa da abertura da vala na praia pode ser suportada pela questão social e sabia-se, previamente, que a recuperação do dano era possível. Todavia, a PMVV abandonou a praia e não se manifestou mais sobre a recuperação da área.

Rodney decretou suspensão de licenças para construção civil em 5 áreas sujeitas aos alagamentos do município. Porém, após o comportamento em relação a Jacarenema, o decreto não pôde ser considerado uma ação positiva. Provavelmente qualquer outro prefeito seria forçado a uma atitude semelhante mediante a tragédia ocorrida.

Existem três considerações negativas a respeito desse ato. Primeiro: a suspensão possui restritos 90 dias de validade, passível de prorrogação pelo mesmo período, um curto tempo. Segundo: o anúncio de novos estudos para a identificação da capacidade de adensamento, impermeabilidade e ocupação do solo urbano nas áreas escolhidas deve ser considerado negativo, pois muitos desses estudos foram feitos nos planos de manejo de Jacarenema (primeiro em 2000, segundo em 2010) e no PDDUS. Não há necessidade de revisão de estudo, talvez somente apreciar pequenos detalhes referentes à malha urbana. O entendimento político parece estar se sobressaindo ao conhecimento técnico.

Caso as informações coletadas nas entrevistas sobre a alta corrupção no poder público sejam verdadeiras (não exclusiva da administração municipal vigente, mas em todas as esferas do estado, e há décadas), o decreto pode ser utilizado para criar mais um mecanismo de extorsão para os empresários interessados em empreender nas áreas destacadas. É importante a atenção do MPES,

contudo não existem evidências de que isso esteja ocorrendo e, ainda, de que há envolvimento ou intenção de Rodney.

A terceira consideração é em relação à área 5 do decreto. Ela compreende uma pequena parte da área de amortecimento da unidade de conservação, que é mínima se comparada à área total da região de amortecimento. Pouco da área abaixo da cota altimétrica de 5m em relação ao mar da região administrativa 5 do município está inclusa, então muitas planícies que inundam periodicamente continuam livres para serem urbanizadas. Pior, elas podem ser asfaltadas e, assim, impermeabilizadas, o que agravaria o problema de macrodrenagem municipal.

Positivamente, o decreto é um instrumento legal útil para retardar ou impedir a expansão dos bairros Barramares e Riviera da Barra. Porém, como colocado, em Barramares encontra-se a maior favela do estado, o que exige intervenção pública e presença de força, ou seja, não será apenas uma norma jurídica que irá coibir o avanço de aglomerados subnormais.

Com pouco tempo de mandato e sofrendo muitas pressões, a postura de Rodney em relação à preservação ambiental foi insatisfatória. O prefeito foi eleito no segundo turno, na coligação Inovar e Mudar Vila Velha (PRB-PDT-PMDB-DEM), com 55,63% dos votos (121.945 votos), contra 44,37% dos votos adquiridos por Neucimar Fraga (97.277 votos). Ele é Democrata, possui 49 anos (nascido em 15/09/1964), é natural de Brasília e casado.

VEREADORES DO PERÍODO

Através do garantido direito de voto, os indivíduos abaixo descritos são os responsáveis pela aprovação ou não do PDM enviado à CMVV - pelo Executivo Municipal, além de serem capazes de acrescentarem ou

retirarem artigos dele. Foi identificada, nas tentativas de aproximação e de realizar entrevistas, uma ética entre os vereadores que dificultou o acesso às informações, porém, ajudou a compreender a cooperação entre eles e a partilha do poder no município. Os parlamentares não se pronunciavam a respeito de “territórios alheios”. Um vereador eleito em determinada área ou bairro não emite opiniões sobre outros bairros, onde seus colegas de legislatura foram eleitos, e não interage com os respectivos moradores, salvo quando o vereador do bairro está de acordo.

MARCOS RODRIGUES

Marcos Antônio Rodrigues é um dos políticos mais bem-sucedidos e experientes de Vila Velha. Era vice-prefeito quando o PL nº 052/2010 foi votado e aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Presente no dia da votação do PL nº 035/2013, votou favorável ao mesmo e contribuiu para a criação da Lei nº 5.441/2013 (o PDM enviado à CMVV por Rodney Miranda).

Conhece bem a classe política e empresarial do município e sabe manejar seu capital político, crescente desde o início da sua vida pública, há mais de 20 anos. Com potencial de concorrer à prefeitura de Vila Velha, foi o vereador mais votado nas eleições de 2012, mesmo estando numa coligação pouco expressiva. Seis vereadores conseguiram mais de 3.000 votos, e Marcos Rodrigues recebeu mais de 4.000 votos, número que apenas Ivan Carlini (DEM) também superou.

Rodrigues iniciou-se na política como Secretário de Obras da Prefeitura no mandato de Vasco Alves (1983-86). Elegeu-se vereador em 1988, 1992, 1996, 2000, 2004 (neste ano, assumiu como suplente) e, em 2008, tornou-se vice-prefeito de Vila Velha. Mesmo estando

vice-prefeito, assumiu a Secretaria de Obras da Prefeitura em 2009. Ele desagrada o movimento ambiental por defender o porto de águas profundas em Vila Velha e alegar que o desassoreamento do Rio Jucu não ocorre devido aos ambientalistas, conforme já falou em sessão da CMVV:

Já se tentou, ao longo desses anos, desassorear o Rio Jucu. E sempre tem um problema com o meio ambiente, que é contra o desassoreamento. Existem firmas especializadas que retiram a areia, desassoreia, e ainda dá areia à Prefeitura. Mas nunca se conseguiu levar isso à frente porque tem uma turma do meio ambiente que atrapalha. E quem sofre com isso é o povo ribeirinho. E com isso vai ficando desse jeito, cada dia o Rio mais sujo e mais assoreado porque não existe concordância com três ou quatro pessoas que defendem o meio ambiente e que dizem que não pode mexer no Rio.

Foi o vice-líder do prefeito Rodney Miranda. Eleito por coeficiente partidário na coligação Avança Vila Velha (PP-PTC), com 2,11% dos votos (4.558 votos) em 2012. Suas capacidades técnicas sempre o aproximam do estratégico setor de obras do município: Marcos é formado em Engenharia Civil e Mecânica e há ausência de bons engenheiros civis no funcionalismo público de Vila Velha. Atualmente no PP, com 64 anos, é natural de Vitória/ES e seu estado civil é divorciado.

IVAN CARLINI

Ivan Carlini é o atual presidente da CMVV. Votou a favor do PL nº 052/2010, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Ignorou a notificação recomendatória do MPES, que requisitava o não envio do PL nº 035/2013 para votação, devido à ausência de debate com a sociedade civil, e este foi colocado em pauta no dia 5 de setembro de 2013 e aprovado como Lei nº 5.441/ 2013.

É o vereador mais influente de Vila Velha. Elegeu-se em todas as suas candidaturas para vereador e em 2014 se completaram 16 anos

ininterruptos no cargo. Respeitado e bem relacionado, os agentes políticos, assim como os econômicos, sabem da influência de Carlini em Vila Velha. Ele é uma verdadeira liderança municipal, testada urnas e nos desafios da carreira política.

Denunciado na mídia por gastos excessivos, nepotismo, desrespeito às leis e por afrontar o MPES, nada parece diminuir o capital político de Carlini. Ele é experiente e seguro de si ao ponto de se arriscar. O mesmo aparenta buscar atender ao interesse de todos aqueles que podem fornecer-lhe algo em troca.

Em 2013 chegou a ter familiares em diversas pastas da máquina pública: nas secretarias de Governo (Uérique, sobrinho), de Educação (Lorena, sobrinha), de Saúde (Leandro, sobrinho), de Administração (Luzenir Carlini), de Meio Ambiente (Thayrone Santos Carlini, filho) e na Procuradoria Geral (Bruno Carlini, sobrinho). O nepotismo foi exposto pela mídia, o que desgastou a imagem do prefeito e demonstrou a influência de Carlini. Ao invés de exonerar os parentes do vereador, atitude que se esperada de um prefeito, Rodney fez declarações públicas em defesa da presença da família de Ivan na PMVV. Thayrone e Uérique foram exonerados posteriormente, supostamente por pedido próprio⁸¹.

O número e a variedade de cargos ocupados por familiares de Carlini oferece a ele acesso privilegiado a informações da prefeitura. O vereador era aliado do ex-prefeito Neucimar Fraga e teve parte dos parentes exonerados quando Rodney Miranda assumiu a prefeitura. Todavia, logo foram readmitidos, junto a uma aproximação a Rodney: Carlini desfilou-se do PV e migrou para o mesmo partido do prefeito, o DEM. Hoje é o maior defensor do prefeito, pronunciando-se na mídia sempre que necessário para defendê-lo.

81 Ver as matérias Facheti (2013a e 2013b).

Publicamente a favor de um PDM mais permissivo possível, presidiu a votação das Leis nº 5.155/2011 e nº 5.441/2013, sendo um dos principais atores no imbróglio do PDM. Quando ocorreu a sanção da Lei nº 5.155/2011 e o MPES posicionou-se contrário, respondeu dizendo⁸²: Há pessoas cujo interesse político é impedir o desenvolvimento de Vila Velha. Querem-na apenas como uma cidade-dormitório.

Na votação do PL nº 035/2013, que resultou na Lei nº 5.441/2013, ignorou a notificação recomendatória do MPES (no 003/2013), que ressaltava a importância do respeito ao processo legislativo e pedia ao mesmo para não encaminhar o PL para votação pelo mesmo não ter sido apresentado à população.

Ivan Carlini atendeu aos interesses do setor da Construção Civil. Seu alinhamento com as pretensões da Asevila pode ser classificado como agressivo. Assim que o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Vila Velha foi apresentado ao público, e exibiu o interesse empresarial de adensamento das margens da Avenida Darly Santos, o vereador disse estar interessado em construir uma nova CMVV na Darly Santos⁸³.

Seu eleitorado se concentra na região administrativa 3, na Grande Cobilândia (formada pelos bairros Jardim Marilândia, Cobilândia, Vale Encantado e Rio Marinho). Em 2004, foi eleito pelo PSC, com 3.143 votos. Em 2008, elegeu-se pelo PR, alcançando 3.867 votos. Eleito, em 2012, por coeficiente partidário na coligação Avante Vila Velha (PRP-PR-PRTB), com 2,03% dos votos (4.399 votos). Foi o segundo vereador mais votado e, à época, encontrava-se no quinto mandato de vereador. Com 54 anos (nascido em 14/05/1962), é natural de São Roque/ES e seu estado civil é casado.

82 Ver Fernandes (2011).

83 Gonçalves (2013).

ALMIR NERES

Almir Neres, também chamado de Pastor Almir, votou a favor do PL nº 052/2010, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013. Almir apoiou a tentativa de reeleição de Neucimar Fraga (figura 80).

Figura 80: Almir Neres apoiando Neucimar Fraga durante campanha de Fraga para a reeleição



Fonte: página do Facebook de Neucimar Fraga, em 17 de outubro de 2012

Foi o terceiro vereador mais votado na eleição de 2012. Membro do PSD, concorreu pelo PRON (2004), ficando em suplente. Foi eleito em 2008 pelo PRP (o quarto mais votado - 3.392 votos). Antes de se tornar vereador, trabalhava como coordenador político. Participou das campanhas da ex-vereadora Lilita e do deputado Cláudio Thiago e coordenou a campanha do deputado Euclério Sampaio, atividades que lhe deram amplo contato com a classe política do estado. Apesar

de ter uma boa rede de contatos, Almir não mantém boa relação com seu antigo partido, o PRP⁸⁴.

Neres é morador do bairro Santa Rita, um dos bairros mais violentos de Vila Velha, onde aparentemente possui muitos eleitores⁸⁵. Por ser Pastor da Assembleia de Deus, absorve parte do eleitorado evangélico. Capitalizou-se politicamente criticando e proibindo festas rave, o que gerou muita polêmica, fornecendo-lhe mídia e agradando aos religiosos do seu eleitorado⁸⁶.

Almir coletou o maior número de assinaturas para a implantação do PSD no Espírito Santo, por isso candidatou-se à presidência do partido no estado, concorrendo com o vereador de Vitória, Max da Mata, e o Secretário de Desenvolvimento Urbano de Viana, Henrique Casamata. Max da Mata foi vitorioso. Também tentou ser candidato a prefeito de Vila Velha, lançando pré-candidatura no PSD, porém fracassou.

Foi afastado em 2013 do cargo de vereador por supostamente ter um funcionário fantasma, porém a justiça concedeu-lhe o retorno ao cargo até o julgamento do mérito da ação. Em 2008, quando eleito, declarou um patrimônio de R\$ 55 mil à Justiça Eleitoral. Terminou o mandato declarando R\$ 320mil, valor apresentado na eleição seguinte que representa um aumento de 482%, ou 121% anual. Em 2011, foi o vereador campeão de faltas da CMVV.

Neres tentou inserir um dos seus filhos na política, Douglas Pinheiro, o que pode ser indicativo das suas ideias. Douglas tentou ser vereador em Viana, município limítrofe com Vila Velha, Cariacica e Guarapari, mas não conseguiu nem um por cento dos votos (0,49%). As informações sobre Douglas são importantes por duas razões,

84 Gonçalves (2011b).

85 Neres (2009).

86 Nobres e Nossa (2012).

principalmente: primeira, uma publicação no jornal A Gazeta⁸⁷, segundo, as ligações partidárias de Douglas.

A Gazeta publicou uma matéria afirmando erroneamente que Douglas foi uma das lideranças dos protestos de junho de 2013. A matéria resultou em repúdio nas redes sociais, conforme mostram as imagens abaixo, porém, positivamente, indicou certa relação entre Douglas, ou Almir, e o jornal A Gazeta.

Figura 81: Repúdio ao Douglas Pinheiros por matéria no jornal A Gazeta, falsamente apresentado como uma liderança nos protestos



Fonte: Facebook

87 Gomes (2013).

Figuras 82 e 83: Douglas na Rede Sustentabilidade e Imagem do perfil do Facebook de Douglas, mostrando-o associado ao Partido Solidariedade



Fonte: Facebook

Douglas posicionou-se contra o governador Renato Casagrande ao participar dos protestos. Eles tinham Casagrande como alvo e todas as imagens publicamente expostas no Facebook de Douglas demonstram atitudes contrárias ao governador, membro do PSB. Quando ocorreu a junção entre a Rede Sustentabilidade e o PSB, Douglas incitou a juventude da Rede a não se filiar ao PSB. Hoje está no Solidariedade.

Figuras 84 e 85: Imagem do grupo Eleição Santa Rita, criado com o propósito de eleger o futuro presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita e Imagem sobre a eleição do presidente da Associação de moradores do bairro Santa Rita, que mostra a intenção de Douglas



Fonte: Facebook (6 de março de 2014)

Como a relação entre Douglas e seu pai é amigável, explícita nas redes sociais, é bem provável que suas atitudes e pensamentos não conflitem, logo, Almir Neres pode não possuir simpatia com o PSB ou o governador, talvez com a coligação dominante (PMDB-PSB-PT), podendo estar inserido em um projeto maior contrário ao atual status quo político presente.

Neres foi eleito por coeficiente partidário na coligação Abraça Vila Velha (PSL - PSC - PHS - PSD) com 1,82% dos votos (4.399 votos). Com 48 anos (nascido em 27/11/1968), é natural de Ibirapoã/BA e seu estado civil é casado.

JOEL RANGEL

Joel Rangel votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013. Ele não estava no parlamento municipal quando a PL nº 052/2010 foi votada.

Joel Rangel foi líder da prefeitura na CMVV. O parlamentar é muito próximo a Max Filho e seu pai (figura 93) e faz parte do partido do governador (PSB). Aparentemente, seja com Max Filho, Neucimar Fraga, Rodney Miranda, ou qualquer outro no poder, Rangel sempre fará parte do governo, seja pela proximidade com o prefeito, pelo partido no poder ou por cooptação, com intuito de evitar tê-lo na oposição.

Figura 86: Joel Rangel e a proximidade da Família Mauro



Fonte: Facebook

É o vereador mais próximo da Igreja Católica, repetidamente exibindo isso nas redes sociais e em seus discursos. Lidera a comissão de Administração, Obras, Transporte, Comunicação, Indústria, Comércio e Agricultura.

Em 2000 foi vereador pelo PHS (1.737 votos). Reelegeu-se em 2004, dessa vez no PDT (3.172 votos). Em 2006, candidatou-se a deputado estadual pelo PDT, partido de Max Filho à época, não sendo eleito. Porém, recebeu 8.475 votos em Vila Velha, quantidade relevante. Após a derrota, assumiu a Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Velha, de 10 de outubro de 2006 até 04 de abril de 2008 (ano final do segundo mandato como prefeito de Max Filho).

Em seguida tentou ser vice-prefeito de Vila Velha, com Dyonizio Ruy como prefeito, ambos fazendo parte do projeto político da família Mauro (Max e pai), na coligação Vila Velha Com Mãos Limpas (PDT / PHS / PT do B). Neucimar e Marcos Rodrigues venceram o pleito.

Max Filho participou de reuniões na Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças e parecia ter apelo com aquele crítico bairro. Da mesma forma, Joel Rangel aparentou angariar eleitores no local.

Figura 87: Associação de Mulheres do bairro Pontal das Garças mostrando apreço por Joel Rangel. Max Filho, assim como todos os demais políticos, faz campanha no bairro



Um bom feriado para todos! Descansem, brinquem, se cuidem ! Carnaval para muitos é festa e para outros, retiro e descanso com a família. Que seja tranquilo nas estradas, na praia e nos bairros ! Valeu ! Vou tirar esses dias para descansar também !

Curtir · Comentar · Compartilhar

[Assmpg Pontal Das Garças](#), Linda Moraes, Elizeu Iglesias Victor e outras 145 pessoas curtiram isso.

Fonte: Facebook

Figura 88: Joel Rangel (PSB) em passeata com Giuliano Nader,
ex-presidente do PSDB Vila Velha

Embora Joel e Giuliano sejam de partidos distintos e não coligados (PSB e PSDB, respectivamente), Giuliano apoiou a campanha de Rangel, provavelmente porque a sua eleição favorece o PSDB, por Joel apoiar Max Filho, candidato do PSDB. Margarete-Blues Locadora é cabo eleitoral de Max e foi marcada na imagem por Joel



Joel Rangel estava em uma passeata com Margarete-Blues Locadora e outras 3 pessoas.
10 de outubro de 2012



Fonte: Facebook

Rangel compõe a Frente Parlamentar Municipal do Cooperativismo (FRESCOOP) de Vila Velha. Além dessa bandeira e da cristã, outras três bandeiras que o vereador levanta se destacam: a causa animal (figuras 88 e 89), a defesa das mulheres (figura 90) e a doação de sangue (figura 91).

Figuras 89 e 90: Joel Rangel promovendo a discussão sobre proteção, defesa e bem-estar dos animais

AUDIÊNCIA PÚBLICA



O Vereador Joel Rangel tem a honra de convidar você e sua família para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que terá como tema:

“Política Municipal de Proteção e Defesa dos Animais”

Dia: 12/03 (quarta-feira)
Horário: 19h
Local: Plenário da Câmara Municipal de Vila Velha (Praça Frei Pedro Palácio s/n - Prainha)

Informações:
assessoriajoelrangel@gmail.com
telefone: 3349-3266 / 3033-6820



Joel Rangel
8 de abril

A causa animal é um assunto também de interesse público. Ao lado de todas as políticas públicas entendo que a defesa do bem estar animal e os serviços públicos de proteção aos animais devem integrar a agenda das administrações. Tenho parti... Ver mais — com Luiz Emanuel Zouain.



Fonte: Facebook

Figuras 91 e 92: Joel Rangel advogando pelas mulheres e doando sangue



Joel Rangel
17 de janeiro de 2013

O Centro de Referência Especializado no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica não será extinto. Ele passará a atender com assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais qualificados, cumprindo de fato a sua missão.

... Ver mais



Curtir · Comentar · Compartilhar

67 22 29



Joel Rangel
6 de dezembro de 2011

Desde 1999 sou doador voluntário de sangue. Vale a pena! O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Espírito Santo - HEMOES, fica na Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, Vitória-ES. (Ao lado do Hospital das Clínicas). <http://www.saude.es.gov.br/default.asp?pagina=17307>

Doe sangue e ajude a alguém viver com mais saúde — com Marie Severiana de Lala em HEMOES.



Curtir · Comentar · Compartilhar

61 33 11

Fonte: Facebook

Foi eleito, em 2012, por coeficiente partidário na coligação Vila Velha de Todos Nós (PPS-PSB) com 1,61% dos votos (3.494 votos). Com 40 anos (nascido em 14/06/1976), formado em Direito pela Universidade de Vila Velha, é católico e frequenta a paróquia Nossa Senhora do Rosário. Nasceu em Vila Velha/ES e seu estado civil é solteiro.

JOÃO ARTEM

João Artem votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013.

É um dos que já teve cadeira “cativa” na CMVV, com seis mandatos como vereador (1982-1988, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012). Em 2004, pelo PSB, conseguiu 2.360 votos. Em 2008, pelo PDT, recebeu 2.939 votos e em 2012, membro do PSB novamente, angariou 3.201 votos.

A longa permanência no cargo permitiu-o conhecer os agentes políticos do município como poucos. Era sempre responsável por um voto nos trâmites legislativos da CMVV, logo, tinha o respeito dos seus pares e de todos interessados nas políticas de Vila Velha. Também é respeitado na Grande Cobilândia, região que reside há mais de 30 anos, onde extrai a maioria dos seus votos.

Artem foi o relator da Comissão Especial do Plano Direto Municipal entre 2007-2008, logo, foi um dos principais responsáveis pela inconstitucionalidade dos 13 índices construtivos do PDM criado por Max Filho. Os vereadores do período provavelmente não aceitariam um líder contrário ao pensamento desenvolvimentista predominante na Câmara. Por outro lado, em discurso no dia 19 de novembro de 2013, foi contrário à instalação do superporto em Vila Velha.

Seu capital político foi aumentando com o passar dos anos. É correligionário do Governador Casagrande (membro do PSB), o que lhe dá certas vantagens. Não demonstrou interesse em se candidatar a prefeito e seu nome não aparece envolvido em escândalos ou atitudes comprometedoras de imagem, como Ivan Carlini e Almir Neres.

Atuou na comissão de finanças, orçamento e tomada de contas como presidente. Em 2012, ele foi eleito por coeficiente partidário na coligação Vila Velha de todos Nós (PPS - PSB) com 1,48% dos votos. Com 62 anos (nascido em 21/06/1954), natural de João Neiva/ES e solteiro, Artem tem formação em Letras.

ROGÉRIO CARDOSO

Rogério Cardoso, PSDB, votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013.

Sua página da CMVV não fornece a habitual descrição parlamentar, como exibida para os demais vereadores e seu perfil do Facebook diz pouco ao seu respeito, quando não apresenta informações confusas, conforme as figuras mostram:

Figura 93: Vereador Rogerio atribuindo a si, no Facebook, obras de macrodrenagem do Canal da Costa

Uma política municipal e fora do escopo de um único vereador. A macrodrenagem é um dos maiores problemas da cidade, com certeza o problema de maior destaque, apesar da intensa violência do município



Fonte: Facebook de Rogerio Cardoso

Figura 94: Álbum de projetos de lei do vereador Rogerio Cardoso
Vereador exhibe álbum com supostos projetos de lei de sua autoria, porém nenhum é possível de visualização, pois o tamanho das imagens é mínimo. Embora seja possível supor que o vereador não saiba manejar o Facebook, não restam dúvidas da sua capacidade de discernir de que todos os projetos são ilegíveis



Fonte: Facebook de Rogerio Cardoso

Figura 95: Vereador Rogério Cardoso afirmando possuir uma equipe que trabalha em obras de macrodrenagem no bairro Santa Inês

Vereadores não possuem equipes para trabalhos dessa dimensão. Não é possível afirmar o significado de sua colocação, talvez o Rogerio considere que os funcionários da prefeitura são membros da sua equipe ou ele possui uma empresa que presta serviços de engenharia na cidade



Fonte: Facebook de Rogério Cardoso

A maior certeza a respeito de Rogério, além da sua filiação partidária e ascensão na carreira política, é a sua proximidade com a Igreja Adventista e com o Deputado Estadual José Esmeraldo. Rogério se exhibe próximo à igreja nas redes sociais e em suas campanhas (figura 96 e 97). É o presidente da Comissão de Justiça e Redação. Cardoso possui simpatia de Esmael, morador do Bairro Santa Rita, que disputa a liderança da associação de moradores do bairro.

Cardoso, à época, estava no terceiro mandato e foi eleito pelos moradores do bairro Santa Mônica. Em 2008, pelo PSDB, elegeu-se com 3.217 votos. No ano de 2012 foi eleito por coeficiente partidário pelo PSDB, partido não coligado na eleição de 2012, com 1,46% dos votos (3.164 votos). É advogado. Nascido em Vila Velha, em 15/7/1972, é casado.

Figuras 96 e 97: Ligação religiosa de Rogerio Cardoso

É próximo do pastor Joel de Carvalho, da Igreja Adventista. A imagem da esquerda mostra Rogerio compartilhando uma foto do Pr Joel e, à direita, a segunda imagem exibe o mesmo pastor num panfleto utilizado em sua campanha



Fonte: Facebook

Figuras 98 e 99: Rogério Cardoso e Esmael (Maé)

Este também conhecido como Mestre Ismael, durante período de campanha eleitoral de 2012 e (99) Ismael fazendo propaganda para Rogério Cardoso no grupo Eleição Santa Rita. Atualmente, como exposto nas figuras 91 e 92, Ismael disputa a presidência da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita contra Douglas Pinheiro, filho de Almir Neres



Fontes: Facebook de Rogerio Cardoso e grupo do Facebook Eleições Santa Rita

ANDINHO

Andinho é a alcunha de Anderson de Oliveira Almeida. Ele colaborou com a criação da Lei 5.441/2013, votando a favor do PL nº 035/2013. Não apresenta descrição na página da CMVV, como os

vereadores Rogério Cardoso e Arnaldinho Borgo, mas sua biografia está disponível ao público no seu perfil do Facebook.

Iniciou a vida política tornando-se líder comunitário do bairro Jardim Colorado. É o vereador que mais interage com munícipes no Facebook, recebendo diversas solicitações de ajuda, as quais normalmente atende, inclusive pedindo mais informações sobre os problemas para melhor atendê-los; algumas vezes fornece, inclusive publicamente, números de celular para quem quiser contatá-lo. Ele é um político carismático e muito elogiado nas redes sociais.

Nenhuma crítica ao seu respeito foi encontrada nas redes sociais. Independente se elas sejam prontamente apagadas ou não, é certo que as críticas, caso elas existam, não são muitas, visto que a observação dos perfis dos vereadores foi diária e prolongada, durante quatro meses. Em 2010, por indicação do PMDB, foi Secretário de Ação Social e Cidadania de Vila Velha. É o 1º vice-presidente da CMVV e lidera a comissão de Assistência Social e Direitos Humanos. A assistência social é uma das suas bandeiras.

É presidente da comissão de assistência social, direitos humanos e defesa do consumidor. Seu eleitorado concentra-se, principalmente, nos bairros Jardim Colorado, Santos Dummont, Brisamar, Vila Nova, Ilhas das Flores e Ilha dos Bentos. Além disso, aparentemente, possui boa relação com os líderes comunitários desses bairros. Uma das bandeiras erguidas pelo parlamentar é a criação do Parque do Morro do Cruzeiro, formação rochosa localizada entre os bairros Jardim Colorado, Santos Dumont, Jardim Guadalajara e Brisamar.

Andinho é contrário à retirada dos quiosques da Praia de Itaparica, onde a faixa de areia na orla é estreita, o que desagrade muitas construtoras. Na opinião de muitos, os quiosques atrapalham o desenvolvimento local por atraírem parte da população de baixa

renda para a orla e por não permitirem a criação de um projeto arquitetônico e paisagístico mais moderno nela. Por fim, possivelmente o político almeja ser deputado estadual e a perda do apoio da indústria da construção civil pode ser maléfica para suas intenções.

Figura 100: Quiosques no bairro Praia de Itaparica

Seguindo o litoral, no horizonte, a formação rochosa é o Morro da Concha, onde se localiza a foz do Rio Jucu. A área sem prédios entre as últimas edificações e o Morro da Concha é o Parque Natural Municipal de Jacarenema



Por outro lado, muitos dos moradores dos bairros citados são frequentadores desses quiosques e, ainda, a postura de defesa dos quiosqueiros é considerada altruísta, pois muitas famílias tiram o sustento deles. Apoiando seu mandato e futura candidatura, Andinho é membro do PMDB e aparentemente próximo do prefeito, visto junto com ele em diversas inaugurações públicas. Por ser filiado ao PMDB, aproxima-se do ex-governador Paulo Hartung, o que muito o favorece. A figura 101 mostra, da esquerda para direita, o vereador Andinho, André Garcia, amigo de Rodney Miranda e Secretário de Estado de Justiça, e Paulo Hartung, juntos em homenagem aos servidores públicos.

Anderson tinha potencial para reeleição. Conseguirá progresso na sua carreira política, conquanto mantenha boas alianças. Foi eleito vereador nos anos de 1996 e 2000. Em seguida, assumiu a

Secretaria de Esportes e Lazer, ficando no cargo até 2004. Teve três mandatos seguidos e é correligionário do PMDB, eleito por coeficiente partidário na coligação Por uma Vila Velha Segura e com Mais Saúde (PRB - PMDB), com 2.236 (1,03%) votos. Ele é formado em Administração de Empresas, pós-graduado em Gestão Pública. Nascido em Vitória, em 28/1/1966, é casado.

Figura 101: Andinho, Andre Garcia, Rodney Miranda e Paulo Hartung
Andre Garcia é Secretário de Justiça do Governo e amigo de Rodney Miranda. O ex-governador muitas vezes aparece em eventos onde Rodney está presente, uma maneira de se manter visível



RICARDO CHIABAI

Ricardo Luiz Chiabai votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013. Era esperado o apoio de Chiabai, a pressão pela aprovação da lei quase gerou a unanimidade dos votos, tanto mais que Chiabai sempre atuou nas políticas de desenvolvimento urbanístico e habitacional da cidade, estas que nunca consideraram verdadeiramente as características geográficas e hídricas do município.

Ricardo é formado em arquitetura e urbanismo e é funcionário público de carreira. Ocupou cadeira de Secretário de Desenvolvimento Urbano da PMVV (2009-2012), mostrando-se próximo de Neucimar Fraga (então prefeito), e foi presidente dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano e de Habitação de Interesse Social. Embora seu histórico seja relacionado com a promoção do desenvolvimento da cidade, a aceitação da PL nº 035/2013 não deveria ser aguardada, ao contrário. Talvez seja o vereador mais dotado de capacidades técnicas e conhecimento sobre as dificuldades de urbanização do município, tornando seu apoio um agravante de conduta.

Quando fez parte do secretariado de Neucimar, ele não se pronunciou contrário às medidas progressistas. Entretanto, por mais que não tenha colaborado para a conservação ambiental do município, foi o vereador mais transparente de Vila Velha. A acessibilidade das informações muitas vezes está ligada à capacidade intelectual dos legisladores, sendo importante ressaltar a baixa escolaridade de alguns vereadores, característica diretamente relacionada à qualidade das informações fornecidas por eles. O despreparo intelectual não é o caso de Ricardo. Quando a CMVV foi questionada de ausência de transparência, Chiabai imediatamente apresentou informações sobre seu gabinete e equipe.

O vereador possui um site onde discrimina suas ações. Quanto ao meio ambiente, possui poucas ações e foca em terrenos baldios e na agenda marrom. Poucos imóveis do município estão ligados na rede coletora de esgoto, o que resulta em grande impacto nas galerias coletoras de água do município. A seguir, trecho do discurso do vereador em 19 de dezembro de 2013:

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, nesta semana um jornal de grande circulação de Vila Velha publicou uma notícia boa e outra ruim.

A notícia boa é que 50% da área urbana de Vila Velha hoje já está contemplada com rede coletora de esgoto. A notícia ruim é que destes 50 %, que estão contemplados, somente cerca de 20% dos moradores fizeram as ligações nessa rede. Isso nos preocupa muito. Estamos diante de uma calamidade com essas questões de alagamentos ocasionados pela chuva e essa questão do esgoto acaba contribuindo com isso. Fora a questão ambiental! Temos a questão que envolve o Canal da Costa, os outros canais da cidade e o esgoto contribui muito com a poluição desses canais. Então, gostaríamos de fazer um apelo, principalmente aos condomínios da Região 1, da orla e dos bairros Itaparica, Itapoã e Praia da Costa, bairros com adensamento populacional muito grande, no sentido de que os síndicos tenham sensibilidade de fazer a ligação na rede coletora de esgoto. Isso é fundamental para a qualidade de vida da nossa cidade!

Em 2010, participou de mutirão de limpeza no Parque Municipal de Jacarenema, sua maior relação com a unidade de conservação, tratando-se ser ato sem relevância para um parlamentar. Ele presidiu a Comissão de Segurança Pública, uma comissão importante perante a alta criminalidade do município.

Era membro das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, de Cultura, Esporte, Lazer e de Turismo, Assistência Social, Direitos Humanos e Defesa da Cidadania, importante para o vereador, já que tinha sido vice-presidente da APAE e continuava próximo da instituição, por ter sido o representante da CMVV no Conselho Municipal de Defesa dos Direito da Pessoa com Deficiência (COMUDEVIVE).

Chiabai também foi membro da Frente Parlamentar Municipal do Cooperativismo de Vila Velha (FRENCOOP). O auxílio ao deficiente físico é uma das suas bandeiras, juntamente com segurança e urbanização.

Ricardo possui uma postura de respeitabilidade e uma apresentação diferenciada dos demais vereadores. Tem uma aparência menos “popular”, de ser do “povão”, assim como Osvaldo Maturano. É fiel ao seu partido como poucos, estando há 16 anos no

PPS, no qual é Secretário-Geral do partido em Vila Velha e membro da Direção Estadual. O PPS e PSB forjaram aliança no Espírito Santo, fato favorável ao parlamentar.

O vereador candidatou-se na eleição de 2008, não sendo eleito, conseguindo 1.346 votos (0,65% dos votos). No último pleito foi eleito por média com 2.192 dos votos (1,01% dos votos), na coligação Vila Velha de todos Nós (PPS - PSB). Nascido em 5/4/1963, é natural de Vitória/ES e seu estado civil é casado.

VALDIR DO RESTAURANTE

Valdir Neitzel, também conhecido como Valdir do Restaurante e Valdir do Chopp, votou a favor do PL nº 052/2010, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013, portanto, é um desenvolvimentista.

Valdir possui um restaurante no bairro Santos Dummont e, por esse motivo, recebeu o apelido. Liderou por quatro mandatos o movimento comunitário nesse bairro, onde começou sua participação na política e adquiriu seu eleitorado. Ele pouco se pronuncia nas sessões da CMVV e pouca informação é possível extrair sobre ele analisando as atas das assembleias.

Em 2011, uma pesquisa realizada pelo jornal A Gazeta denunciou que durante um período de 44 sessões ocorridas na CMVV, Valdir não respondeu a primeira chamada em 32 delas, quase sempre chegando atrasado às sessões⁸⁸, possível fator de ausência de falas do parlamentar durante as sessões.

Neitzel compõe as comissões de Meio Ambiente e de Defesa do Consumidor e Abastecimento. De acordo com sua descrição na

88 Fachetti (2011).

página do CMVV, trabalhou com reciclagem no centro comunitário do bairro Santos Dummont, porém nada a respeito desse trabalho foi encontrado durante a pesquisa. Buscou-se maiores informações entrando em contato com o escritório do parlamentar na CMVV e o mesmo não se disponibilizou para ser entrevistado.

Figura 102: Rodney em visita ao bairro Santos Dumont,
a convite do vereador Valdir do Restaurante
O movimento comunitário do bairro não participou da visita



Fonte: Facebook

Atualmente não possui boa relação com as lideranças comunitárias de Santos Dumont. Valdir apoiou uma chapa que foi derrotada na última eleição pela atual liderança do bairro e há um movimento contrário a ele se fortalecendo em sua base eleitoral.

Neitzel foi eleito com 2.265 votos em 2008. Reeleito em 2012 por coeficiente partidário na coligação Frente Trabalhista Vila Velha do Futuro (PTB / PT do B), acumulando 2.179 votos (1,01% dos votos). Possui apenas o ensino médio completo. Nascido em Baixo Guandu/ ES, em 19/4/1957, é casado.

Figura 103: Morador do bairro Santos Dumont reclamando da ausência do movimento comunitário na visita do prefeito.

Integrantes explicam que a ausência se deu por não haver interesse de Valdir do Restaurante. A UMEF é a sigla utilizada para a escola e significa Unidade Municipal de Ensino Fundamental. O diálogo público ocorreu na página do Facebook “Reclama Santos Dumont”



Carlos Eduardo Pires

POLITICA: O político tem que ser visto como um líder. Mesmo sendo esse da oposição tem que ser fazer presente durante as reuniões da comunidade. Hoje, sexta-feira 07/02, teve uma 'visita técnica' nas obras da UMEF localizada na parte alta de Santos Dumont. Vários representantes do bairro estavam lá. Vereador, comissionários desse, e outros representantes locais, diretores de UMEF'S (que atende aos alunos moradores de Santos Dumont), mas, um líder não foi lá representar o, próprio, bairro. Perguntaram: 'cadê (sic) o líder comunitário'? Também me fiz a pergunta.

Carlo líder comunitário, compareça, mesmo que seja oposição, as 'visitas técnicas', as reuniões da qual seja indispensável a sua presença

(caso não possa envie um representante). A politica faz-se no dia-a-dia mesmo com aqueles que discordam de nossas opiniões.

Eu, seu eleitor, sentir sua fada.

Cordialmente, [Carlos Eduardo Pires](#) morador, há 30 anos de Santos Dumont.

Curtir · Comentar · 7 de fevereiro às 11:54

3 pessoas curtiram isso.

Principais comentários ·



Marcio Borges Salles Pindoba Boa noite Carlos

Eduardo, Obrigado por ter sentido a nossa falta, o fato é que foi o vereador que convidou o prefeito a vir no bairro, e como acontece em todos os bairros que o prefeito é convidado, o vereador ou a pessoa que o convida, convida também as pessoas que ele deseja que se faça presente, como não fomos convidados, presumimos que o vereador não queria a nossa presença. Nesta quinta-feira, um dia antes da vinda do prefeito, falamos com o Sr. Diogo Filadelfo pessoa que representa o prefeito, e que intermediou a vinda do prefeito, assustadoramente ele perguntou porque o vereador não havia nos convidado. Sendo assim, decidimos não atrapalhar a ação do vereador.

Curtir · Responder · 3 · 7 de fevereiro às 18:38

VALTER ROCON

Valter Rito Rocon votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013. Almeja a ampliação urbanística e portuária da cidade, inclusive a instalação do superporto e, em suas falas na câmara dos vereadores, tem como principal bandeira a emancipação da região administrativa 5 de Vila Velha.

Rocon foi presidente da Associação de Moradores da Ponta da Fruta e fundou e presidiu a Associação Comercial da Grande Ponta da Fruta. Neste bairro, iniciou sua carreira política, onde trabalhou por melhorias. Hoje, Valter Rocon é intimamente ligado à Grande Terra Vermelha, principal residência do seu eleitorado, e onde ocorrem diversas invasões de terras. Como bandeira, defende o direito à moradia dos sem tetos. Contudo, pronuncia-se contrário àqueles que recebem habitação e as vendem para lucrar e continuar promovendo novas invasões.

Um discurso de Valter, em 5 de dezembro de 2013, a respeito da invasão do dito bairro Mangal – antigo lixo da Grande Terra Vermelha, desativado no governo Jorge Anders (antecessor de Max Filho) – demonstra a ligação dele com a região administrativa 5 e as ocupações ilegais de terra:

Queremos lembrar que no Governo do Sr. Neucimar Fraga aquela área foi invadida. Ligaram para este Vereador para dizer que os equipamentos estavam lá para tirar os invasores. Estivemos no local, procuramos o responsável da Prefeitura, que estava lá naquele momento, e perguntamos se ele tinha em mãos um mandado judicial para tirar o pessoal. Ele não tinha! Perguntamos se tinha uma Assistente Social para atender aquele pessoal, e também não tinha! Então, pontuamos que aquele era um problema sério, e que iríamos nos colocar na frente das máquinas. Ocorreu de um policial dizer que nenhum Vereador iria àquele lugar, mas este Vereador foi! Falamos que ficaríamos na frente das máquinas até eles chamarem a Assistente Social e o CRAS, para cadastrar o pessoal e ver quem realmente precisava de uma moradia, para depois tirar as pessoas de lá. Nesse momento, ligaram para o Sr. Ledir Porto para dizer que estávamos apoiando aquela invasão! Inclusive ele gritou com este Vereador pelo telefone, e lhe dissemos que ele estava sendo homem de gritar conosco pelo telefone, e que pessoalmente não seria. Pedimos que ele viesse conversar conosco pessoalmente! O Sr. Ledir chegou lá igual a uma “galinhazinha”, para falar com este Vereador! O que estamos falando é verdade! Depois chegou a Assistente Social, o CRAS, que pegaram aquelas pessoas e as colocaram nas casinhas! Essas pessoas venderam suas casinhas e ocuparam de novo, tanto em Morada da Barra quanto aí. Depois nos chamaram para ir lá defendê-las! Falamos, então, que não as defenderíamos mais, porque elas já haviam sido bem instaladas e estavam invadindo novamente!

Conforme esclarecido, a Grande Terra Vermelha é a região mais complexa de Vila Velha. É a última opção de moradia da cidade na opinião majoritária dos vilavelhenses, embora tivesse 43.467 habitantes em 2010⁸⁹, a urbanização da região seja crescente, exista banco, supermercado e posto de gasolina na região. A rejeição se deve à ausência do poder público, que se manifesta de diversas formas: tráfico de drogas, rivalidade entre os moradores dos bairros, saneamento básico precário, policiamento insuficiente, problemas graves de macrodrenagem, prática de caça pelos habitantes, presença de aglomerados subnormais, entre outros.

Entretanto, mesmo havendo conhecidos problemas graves, Rocon almejou emancipar a região administrativa 5. Pela quantidade de pessoas, o novo município teria de 15 a 17 vereadores e, devido à situação da grande Terra Vermelha, muitos o acusaram de oportunismo político. Além do proposto município não conseguir arrecadação sustentável, a emancipação pode ser desastrosa para o restante de Vila Velha, por duas razões: o crescimento e a urbanização da atual região administrativa 5 e a instalação do porto de águas profundas.

Uma vez emancipado, existirá uma competição “hídrica” entre Vila Velha e o Grande Jucu, assim como ocorre eventualmente entre Vila Velha e Cariacica. Quando ocorreram as destruidoras chuvas de dezembro de 2013, percebeu-se a disputa política afetando a abertura da comporta dos rios e de novos canais para dar vazão à água acumulada (apenas o canal de Guaranhuns possui três comportas para controlar a vazão e evitar o aumento do volume de água). Não por acaso, houve uma inundação do município de Cariacica sem que ocorresse chuva, supostamente pela abertura de um canal do Rio Jucu para o Rio Marinho no

89 Censo IBGE 2010.

final de dezembro de 2013, objetivando diminuir as enchentes em Vila Velha⁹⁰.

Com a emancipação, o comportamento dos futuros políticos do Grande Jucu pode não considerar a fragilidade ambiental do restante de Vila Velha, permitindo aterro em áreas naturais da bacia de inundação do Rio Jucu para fomentar a especulação imobiliária e aumentar a arrecadação de IPTU. Caso isso venha a acontecer, Vila Velha perderia o controle da região e acarretaria maiores calamidades para os moradores das regiões administrativas 1, 2, 3 e 4 nos períodos de grandes chuvas.

O pior cenário ocorrerá se a emancipação vier em conjunto com a instalação do porto de águas profundas. Nesta circunstância, o porto irá impactar toda a atual região do município de Vila Velha, porém a arrecadação municipal das benfeitorias se limitará ao Grande Jucu. Não só, acelerará a urbanização da Grande Terra Vermelha e, mesmo que isso não expanda a ocupação do solo, promoverá aumento de densidade demográfica, verticalização das residências e maior despejo doméstico nos cursos d'água, além de assoreamento dos mesmos. De toda maneira, isso prejudicará as demais áreas do atual município de Vila Velha.

Talvez, no futuro breve, Valter Rocon não mais seja capaz de erguer essa bandeira, o que seria positivo para Vila Velha. O parlamentar sofreu uma queda expressiva de votos na sua reeleição e as lideranças da Grande Terra Vermelha estão insatisfeitas com a PMVV e a CMVV (figura 102 e 103), logo, terá problemas para conseguir um próximo mandato.

Rocon foi eleito, em 2008, com 3.040 votos. Reeleito, em 2012, por coeficiente partidário na coligação Frente Vila Velha Inovando para

90 Ver Semcom (2013a) e G1 (2013a).

Melhor (PDT - DEM), recebendo 2.154 votos (1,01% dos votos), uma queda significativa em relação a 2008. Possui apenas o ensino médio completo. Nascido em 1/10/1953, é natural de Santa Teresa/ES, e seu estado civil é casado.

Figura 104: Valter Rocon e Rodney Miranda em mutirão de limpeza.

Ocorreu nos bairros Santa Paula I e II

Rocon está de chapéu



Fonte: Página do Facebook da PMVV

Figura 105: Marcello Costa, líder comunitário de Barramares, bairro da Grande Terra Vermelha, mostrando sua indignação com a atual administração pública

Este compartilhamento que fez mostra imagens da visita do prefeito aos Bairros Santa Paula I e II com Valter Rocon publicadas pela PMVV



Fonte: Facebook

OSVALDO MATURANO

Oswaldo Maturano colaborou para a sanção da Lei nº 5.441/2013. É especialista em gestão de trânsito e presidente do sindicato das autoescolas do ES (segundo mandato consecutivo no cargo). Morador do Ibes, ele chegou em Vila Velha ainda na infância. No bairro Alecrim foi onde começou sua carreira política ao se tornar presidente do movimento comunitário.

Já compôs o secretariado da prefeitura como Secretário Municipal de Transporte e Trânsito. Em seu primeiro mandato foi um crítico da atual gestão executiva municipal. Em 5 de novembro de 2013, declarou:

Vereador Arnaldinho, Vossa Excelência nos permite um aparte? Queremos fazer das palavras do Vereador Joel nossas palavras e também

parabenizar o Vereador Duda da Barra, que é um lutador incansável pela saúde. Mas gostaríamos de lembrar que temos defasagem salarial em todas as categorias de funcionários da Prefeitura.

Juntamente com Arnaldinho Borgo, é o maior crítico da CESAN. Poucas informações ao seu respeito foram encontradas. Osvaldo Maturano foi eleito, por média, na coligação Por uma Vila Velha Segura e com Mais Saúde (PRB-PMDB), com 0,98% dos votos (2.112 votos). Elegeu-se pelo PMDB, mas hoje é membro do PROS. Nascido em 13/09/1972, é formado em Direito. É microempresário do setor de educação para o trânsito, natural de Resplendor/MG e seu estado civil é casado.

DUDA DA BARRA

Duda da Barra - alcunha de Elso Luis Nieiro - votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013, criada e sancionada em quatro dias, sem participação popular. Ganhou popularidade quando se tornou presidente da Comunidade da Barra do Jucu, no período em que Jorge Anders era prefeito.

Elso era o mais influente vereador na Barra do Jucu. Ele sempre citou o bairro em seus discursos, destacando ser morador do local há mais de meio século. Todavia, não se contentava ao bairro e, conforme as entrevistas, matérias jornalísticas e seus próprios discursos na CMMV indicaram, tentou angariar votos na Grande Terra Vermelha, o que o aproximou do vereador Valter Rocon.

Ambos advogam pela construção do superporto em Vila Velha⁹¹ e, dos atuais vereadores, serão aqueles que mais se beneficiarão caso

91 Cometti (2014a)

ocorra a emancipação do Grande Jucu (formado pela Grande Terra Vermelha, Barra do Jucu, Interlagos e Ponta da Fruta). Nieiro, aparentemente, também é próximo do vereador Arnaldinho Borgo, cujo principal eleitorado são os moradores de Parque das Gaivotas, bairro próximo à Barra do Jucu, e de Neucimar Fraga – inclusive, ajudou-o em sua tentativa de reeleição em 2012.

Figura 106: Duda da Barra e Neucimar Fraga durante campanha de Fraga para a reeleição em 2012



Fonte: página do Facebook de Neucimar Fraga, em 21 de outubro de 2012

Duda é um grande orador e foi o vereador que apresentou mais registros de discurso nas atas das sessões da legislatura 2013-2016 da CMVV. Foi presidente da Comissão de Saúde e Saneamento Básico da CMVV. Ele representou o PR na Casa, porém, como apresenta baixa fidelidade partidária, isso pode não ter tido a mesma significância em comparação a líderes de outros partidos. Corroborando a afirmação, também foi membro do PMDB, PSB, PPS, PSDB e PRTB.

Duda da Barra foi eleito por média na coligação Avante Vila Velha (PRP – PR – PRTB) com 0,96% dos votos (3.201 votos). Possui apenas o ensino médio completo. Nascido em 25/2/1959, é natural de Fundão/ES, e seu estado civil é divorciado.

ARNALDINHO BORGIO

Arnaldo Borgo Filho, ou Arnaldinho Borgo, votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013. Apesar de jovem, foi muito bem assessorado. É filho de Arnaldo Borgo, ex-vereador de Vila Velha e presidente do partido Solidariedade no Espírito Santo. Ele mantinha laços próximos com o Neucimar Fraga (figura 84). O jovem parlamentar não apresentava descrição pessoal no site da CMVV, o que não favorecia a transparência e, mesmo tendo ocorrido contato com o gabinete do mesmo e troca de e-mails para aquisição de seu currículo político, nenhuma informação sobre ele foi repassada.

Arnaldinho era favorável ao superporto em Vila Velha. Em 7 de novembro de 2013, na septuagésima sexta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, declarou⁹²:

No final do ano passado, participamos de uma palestra do Diretor do Porto de Suape. Ele demonstrou que o Porto foi implantado em uma área bem mais rica ambientalmente do que a Região 5, lugar onde se pretende implantar o Superporto. O impacto ambiental do Porto de Suape foi pequeno, as condicionantes foram atendidas, e os pescadores que viviam naquela região hoje vivem bem melhor. Então, achamos que para a sobrevivência de Vila Velha o Porto é de suma importância! Portanto, temos que lutar para a vinda do Porto de Águas Profundas para Vila Velha, pois isso salvará nosso Município da falência.

Apesar dessa declaração, Borgo era ciente das intenções de emancipação da região 5, iniciativa de Valter Rocon que foi amplamente divulgada na mídia, logo, não existia certeza se os

92 Ata da septuagésima sexta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura realizada em 07 de novembro de 2013.

impostos do porto serviriam à Vila Velha; ou seja, a afirmação que fez a respeito do porto foi uma falácia.

O vereador tem entre as suas bandeiras o cristianismo e o cuidado com o bairro Praia das Gaivotas. Os responsáveis pela sua eleição foram os moradores de Praia das Gaivotas, mas também eleitores das redondezas, como Guaranhuns, Jockey e Coqueiral de Itaparica. Ele é um defensor dos quiosques da Praia de Itaparica, algo esperado, já que são próximos e frequentados pelos moradores desses citados bairros.

Outra bandeira erguida pelo vereador é o desconforto com a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN). Quase todos os vereadores pronunciam-se insatisfeitos com o serviço da CESAN, responsável pelo abastecimento de água da cidade e o jovem parlamentar se destacou ao propor um decreto legislativo para suspensão das atividades da CESAN no município. Seja por qualidades próprias ou por orientação de seu pai, aos poucos Arnaldinho vai se destacando.

Borgo é aparentemente aliado de Duda da Barra e os dois sempre demonstram sintonia e reciprocidade nos discursos das sessões da CMVV. Ambos colaboraram na tentativa de reeleição de Neucimar Fraga. Tal como a foto sugere, Borgo também é um político carismático.

Figura 107: Arnaldinho Borgo e Neucimar Fraga durante campanha de Fraga para a reeleição



Fonte: página do Facebook de Neucimar Fraga, em 17 de outubro de 2012

O vereador foi eleito por coeficiente partidário pelo PMN, na coligação Vila Velha Sustentável (PMN - PV), com 0,94% dos votos (2.027 votos). Nascido em 20/9/1983, é administrador, solteiro e natural de Vila Velha.

ZÉ NILTON

José Nilton Oliveira Santos, ou Zé Nilton, é o maior aliado dos protetores de Jacarenema na CMVV. Ele foi único vereador a votar contra o PL nº 035/2013. Ainda, criou um projeto de lei para instituição da Caminhada “Contorno de Jacarenema” (PL nº 2.397/13), um passeio anual em volta da unidade de conservação que faz parte do calendário oficial da cidade.

Ele é membro do PT, partido repellido pela unanimidade política estadual, e talvez essa seja a razão do voto dissidente na votação do PL 035/2014 e da sua postura um pouco diferenciada quando comparado aos demais parlamentares. Além do posicionamento contrário ao PDM, Nilton não via com bons olhos a instalação do porto de águas profundas em Vila Velha, criticava a relação entre a PMVV

e a empresa gestora do parquímetro município e fez fortes críticas contra a atual administração, tudo registrado nas atas das sessões da Câmara dos Vereadores. Por exemplo, no dia 5 de dezembro de 2013, falou em sessão da CMVV:

Precisamos corrigir alguns rumos em Vila Velha! Temos professores aposentados ganhando R\$ 800,00! Temos situação como a dos enfermeiros, que citaremos alguns pontos, complicadas: a hora de trabalho dos enfermeiros é a menor na região metropolitana. Vila Velha paga a menor hora de salário para os enfermeiros! Temos aqui a Lei 8080, que fala sobre a dedicação exclusiva desses Servidores e que garante a gratificação para os que tenham a dedicação exclusiva. Sabe qual o único município que não paga? Vila Velha.

Outro posicionamento do parlamentar que desconfortava a gestão da PMVV era a sua relação com a classe trabalhista dos professores. Zé Nilton envolveu-se com afinco na luta dos educadores por melhorias, presidindo a comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e participando de passeatas promovidas pela categoria. Além dessa comissão, foi presidente da comissão de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, uma postura típica dos membros do seu partido, que é o envolvimento na defesa dos grupos fragilizados.

Desde 1988 é envolvido em movimentos sindicais, quando assumiu a direção do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo. Também foi diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro e Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Presidiu a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias do Espírito Santo e, antes de eleito, Zé Nilton era o vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores do Espírito Santo (CUT-ES), sindicato que mantém proximidade.

Figura 108: Zé Nilton em protesto dos professores



Fonte: Facebook

Devido a essas experiências, adquiriu muitos contatos e tornou-se um hábil orador capaz de incitar grupos. Apesar dessas vantagens, encontrou muita dificuldade e não foi reeleito, pois seu partido original encontrava-se isolado, o que talvez o tenha movido para o Rede Sustentabilidade, partido pelo qual concorreu. Todos os vereadores que não suportaram o PDM criado por Neucimar Fraga não conseguiram outros mandatos e o parlamentar desagradou muitas pessoas ao se posicionar contrário à tentativa de Rodney Miranda de estabelecer uma nova norma de uso e ocupação do solo – que utilizou índices construtivos considerados inconstitucionais anteriormente.

José Nilton Oliveira Santos foi eleito em 2012, recebendo 1.792 votos (0,83% dos votos), pelo Partido dos Trabalhadores (não

coligado). É bancário e economiário, formado em Ciências Sociais e especializado em História Política. Nascido em 13/8/1962), é natural de Mucurici/ES e seu estado civil é casado.

BELO

Belarmino Belo Nunes, chamado de Belo ou de Berlamino, participou da criação de dois PDM sem o envolvimento da população. Ele votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente e também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013. Ou seja, ele é um desenvolvimentista e, por isso, está entre os piores vereadores para a conservação de Jacarenema, juntamente com Marco Rodrigues, Ivan Carlini, Almir Neres, João Artem, Rogério Cardoso, Valdir Neitzel, Valter Rocon e Duda da Barra⁹³.

Belo é afiliado ao SDD, assim como Arnaldinho Borgo. Membro da Igreja Batista, frequenta a 1ª Igreja Batista em Vila Velha, localizada no centro da cidade. Pelo direcionamento das verbas a sua disposição, é possível supor que o centro da cidade concentra a maioria do seu eleitorado. Na CMVV, ele é presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Leis.

Em relação ao meio ambiente, Belo criou o projeto Cata Moveis. Com aprovação na legislatura anterior, foi colocado em prática em meados de 2013. Graças a ele, os munícipes têm o apoio da prefeitura quando precisam descartar algum móvel ou eletrodoméstico de grande porte, podendo agendar um horário com a prefeitura para um caminhão coletar e promover o descarte.

93 O critério usado para essa afirmação é o apoio à criação de dois PDM sem o envolvimento da população.

A sua descrição na página da CMVV é muito curta e passa poucas informações ao seu respeito. Informa que Belo trabalhou como rodoviário durante 14 anos na empresa Praia Sol. Percebeu-se, após a observação do seu trabalho nas redes sociais, que a classe dos rodoviários é apoiadora do seu mandato.

Figura 109: Caminhão do Cata Móveis



Foto: Belarmino Nunes

Em 2008, Belarmino obteve 2075 votos, sendo correligionário do PRB. Reeleito na coligação Avante Vila Velha (PP-PTC) por média, em 2012. Era membro do PTC e adquiriu 0,74% dos votos (1.609 votos). Nascido em 12/11/1969, possui ensino médio completo, é casado e natural de Vitória.

ANADELSONO

Anadelso Pereira votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013. Foi candidato ao cargo de vereador em 2008, apresentando-se como “Anadelso da Garoto”, pois foi presidente da Cooperativa dos Usuários dos Serviços de Saúde Educação e Afins dos Empregados da Chocolates Garoto (Coopsaúde Garoto). Era membro do PSB à época e concorreu ao cargo pela coligação Frente Compromisso Popular (PSDC/PSB). Fracassou, adquirindo apenas a suplência.

Figura 110: Vereador Anadelso no campo de treino de futebol da empresa Chocolates Garoto junto com o goleiro do time



Fonte: Facebook

Talvez por sua participação na cooperativa, ajudou a fundar e hoje é membro da FRENCOOP, união cujo propósito principal é o fortalecimento do cooperativismo no município.

Seu eleitorado concentra-se principalmente no bairro Garoto e Paul, mas também angaria votos em Ilha das Flores, Vila Garrido, Santa Rita e 1º de Maio. Quanto ao bairro Garoto, Pereira intercede pedindo atenção à Cesan aos reservatórios da empresa no bairro, como disse em sessão:

A Cesan construiu dois reservatórios de água naquele bairro e abandonou o local com mais de um milhão de litros de água largados, sem ninguém tomar conta, com risco até de contaminação. A Cesan disse que tomará providências colocando um vigilante ou câmeras de videomonitoramento para os vândalos não promoverem bailes funk perto das caixas d'água e até prostituição, o que é uma vergonha para um bairro dentro de Vila Velha. Na área da Cesan acontece baile funk à noite, e ela não toma providências.

Quanto a Paul, Anadelso é próximo do atual presidente do centro comunitário do bairro, Paulo Cesar, e luta, junto com o vereador Wedson, contra a permanência de tanques de gasolina no bairro – mais exatamente no morro do Atalaia, alegando perigo de explosão e risco à população. Contudo, possivelmente não seja com as ações nesses dois bairros que ele esteja conseguindo maior popularidade, mas sim com a sua atuação em defesa dos consumidores.

Ele é presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Abastecimento de Vila Velha e, erguendo essa bandeira, conseguiu a sanção de um projeto de lei de sua autoria que obriga as lojas a fixarem dia e horário para a entrega de mercadorias compradas pelos consumidores de Vila Velha.

É importante ressaltar que, embora com atuação discreta, o parlamentar requisita melhorias em bairros da Grande Terra Vermelha, logo, provavelmente ambiciona os votos da população da região.

O vereador conseguiu o mandato, em 2012, pelo PTN, através da coligação Por uma Vila Velha Livre e Leal (PTN - PPL). Conseguiu 0,69% dos votos (1.485 votos) e foi eleito por coeficiente partidário. Possui ensino médio completo e sua ocupação, antes de se tornar vereador, era operação de aparelhos de produção industrial. Natural de Colatina/ES, é nascido em 08/02/1965 e divorciado.

WEDSON

Wedson Boneli Moraes votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013. Está em seu primeiro mandato e foi o vereador eleito menos votado, possível razão da pouca quantidade de informação disponível sobre ele.

Reside no bairro Vila Garrido, onde começou seu envolvimento com a política e onde se concentra seu eleitorado. Também busca

melhorias em bairros vizinhos, como Paul e Santa Rita. Paul é área de atuação de Anadelso e Santa Rita é “território” de Almir Neres. Quanto aos dois, Wedson advoga junto a Anadelso contra a instalação de tanques de gasolina no Morro do Atalaia e não apresenta projeto ou parceria com Almir, podendo até concorrer por eleitores em Santa Rita. Porém, não há rivalidade declarada entre nenhum parlamentar de Vila Velha.

Wedson foi eleito pelo PTN na coligação Por uma Vila Velha Livre e Leal (PTN – PPL), com 0,62% dos votos (1.345 votos). Formado em comunicação social, pós-graduado em Gestão Estratégica. Nascido em 4/12/1974, é natural de Vila Velha e seu estado civil é solteiro.

EMPREENDIMENTOS

GALWAN

A Galwan deseja a exploração do mercado imobiliário de Vila Velha, por isso pressiona para a manutenção do PDM feito por Rodney Miranda. Luís Galvêas, como é mais conhecido, é o chairman e “rosto” da Galwan Construtora e Incorporadora e a sua apresentação não pode ser separada da empresa. Ela é dotada de prestígio empresarial, político e social, sendo a maior empresa da construção civil do Espírito Santo.

A voz da empresa, Luís Galvêas, é indiferente aos impactos das grandes edificações que muitos advogam contra, como ele mesmo declarou em matéria exposta abaixo, e pela própria imagem para jornal em que aparece, aparentemente orgulhoso, em frente a um quadro que mostra prédios de altura questionável sombreando a praia, sendo alguns deles da Construtora Galwan, a qual representa (figura 111).

Figura 111: José Luís Galvêas e os prédios sombreando a praia



Foto: Antônio Moreira

Iniciada em 1981, a empresa adquiriu a atual razão social em 87, após a entrada de três sócios. Dados da empresa, segundo a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo e mídias sociais:

Galwan Construtora e Incorporadora S/A

CNPJ nº 31.705.692/0001-05

Abertura: 19/11/1987

Natureza: Sociedade Anônima Fechada (2054)

NIRE: 32300031706

Endereço: R. Antônio Ataíde, Ed. Tropical Shopping, nº 823, 10º andar

Atividade: Construção de edifícios (4120400)

Twitter: https://twitter.com/Galwan_Oficial

Facebook: <https://www.facebook.com/GalwanConstrutora>

A Construtora e Incorporadora é uma das maiores empresas no ramo da indústria da construção civil no Brasil. As posições da Galwan nos últimos seis anos do Ranking ITC⁹⁴, das 100 Maiores da Construção do Brasil: 2012, 45ª maior empresa brasileira do ramo da construção civil; 2011, 46ª; 2010, 34ª; 2009, 26ª; 2008, 30ª; 2007, 16ª; 2006, 25ª, segundo o Ranking ITC.

A empresa é uma sociedade anônima de capital fechado. Atua no ramo construtivo residencial, corporativo e hoteleiro. A gestão da empresa é feita por José Luís Galvêas Loureiro (diretor presidente), Expedito Ximenes (Diretor Administrativo Financeiro) (112) Heberson Lacerda (Diretor Executivo) e Ailton Menini (113), e a DW Empreendimentos, do Grupo Carone, que investiu na empresa quando ela se tornou sociedade anônima.

94 Inteligência Empresarial da Construção. É uma organização que coleta e sistematiza dados sobre o desenvolvimento empresarial do ramo da indústria da construção civil. Há quase três décadas promove um ranking das empresas do ramo, o mais prestigiado do Brasil.

Figuras 112 e 113: Expedito Ximenes e o prêmio Marcas Ícones (Top of Mind) realizada pelo Ibope, a pedido da Rede Vitória;

Ailton Menini e Heberson Lacerda



Fontes: Galwan e Andrea Pena

A empresa apresenta custo inferior em comparação com as demais construtoras e incorporadoras capixabas por trabalhar com condomínio fechado, também chamado de sistema cooperativo. Dessa forma, a empresa não vende um produto, mas capta recurso de um grupo de investidores para executar um serviço, de custo previamente acordado, e obtém lucro administrando o recurso, que é aplicado na construção da edificação.

Em 2005, expandiu sua área de atuação e começou a construir na cidade do Rio de Janeiro. Três anos mais tarde fez parceria com a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), terceiro maior fundo de pensão do país, que adquiriu 78% de um prédio corporativo lançado pela Galwan. A força empresarial da Galwan é notória e a construtora tem sido beneficiada com a Copa do Mundo. Parceira da rede hoteleira Accor no estado fluminense, conseguiram crédito

na linha Procopa Turismo, do BNDES, específica para as cidades que sediarão jogos da Copa e estão com oito projetos em desenvolvimento.

Após construir quatro hotéis na capital fluminense – e em Botafogo, em Copacabana, e dois no centro da cidade, previa entregar em 2014, quatro hotéis: um Mercure e um Ibis na Praia do Pepê (em fevereiro), um hotel Novotel em Sernambetiba (em maio) e um Ibis na Barra da Tijuca (em Junho). Em 2016, inaugurou um Ibis Budget em Copacabana e, para 2017, a previsão é entregar mais três hotéis: dois Ibis, Budget e Rouge, junto ao Shopping Nova América, em Del Castilho, e outro Ibis, em Copacabana.

Embora seja sucedida no Rio de Janeiro, tem um número maior de empreendimentos no Espírito Santo. No início de 2014, possuía 10 construções em atividade somente em Vila Velha, iniciadas antes do litígio do PDM, e provavelmente existiriam outras, caso as licenças de obras não estivessem sido suspensas. A Galwan gera empregos e aumenta arrecadação nos municípios em que atua, o que muito interessa aos administradores públicos eleitos.

A empresa foi acusada de distribuir ou facilitar a compra de apartamentos para políticos e membros do judiciário⁹⁵, entretanto, não existem fatos que comprovem essa acusação. O citado condomínio na introdução, em Caracterização da Área e Atuais Problemas, é um empreendimento construído pela Galwan, chamado Mar Mediterrâneo, onde morou, num mesmo período, o ex-prefeito Rodney Miranda, o seu vice-prefeito Rafael Favatto, o ex-prefeito Neucimar Fraga, e o ex-vereador José Camilo, que foi presidente da CMVV quando o PDM foi criado em 2007 – destacando que eles declararam o valor dos respectivos imóveis numa variação de R\$ 300 mil a R\$ 1 milhão, o que é impossível, já que os imóveis são no mesmo prédio.

95 Ver Samora (2009).

De acordo com o jornalista Nester Samora, a Galwan vendeu um apartamento, hoje avaliado em cerca de R\$ 1 milhão, pelo valor de uma quitinete a um desembargador, em um condomínio ao lado do Mar Mediterrâneo. O jornalista ainda expôs uma sociedade para compra de terrenos entre a construtora e os três filhos de outro desembargador, dos quais, segundo ele, dois são advogados e possuem um escritório envolvido em atividades imobiliárias.

Se essas acusações são verdadeiras ou não, é inquestionável a influência da Galwan. O Governo do Estado do Espírito Santo, através do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), fornece crédito especial aos investidores da empresa⁹⁶. Um dos empreendimentos da Galwan em Vitória, o Residencial Jardins, é um bom exemplo de suas capacidades.

Em 2011, a Galwan conseguiu lançar o Residencial em 15,4 mil metros quadrados, numa das últimas áreas disponíveis para a construção civil na capital e, possivelmente, a mais disputada. Cinco torres de 17 andares foram construídas, ofertando 396 unidades imobiliárias, com 1254 vagas de garagens e mais de 70 itens de lazer, como campo de futebol, piscinas e quadras para práticas de esportes, localizadas ao lado do Cerimonial Le Buffet, o mais demandado do estado.

A força econômica não é desacompanhada de prestígio social. O Facebook da construtora exibia 21.063 curtidas no dia 9 de fevereiro de 2014. No mesmo dia, o portal de notícias on-line mais lido do estado, Gazeta Online, membro das Organizações Globo, tinha 205.505 curtidas. Os prédios residenciais que a incorporadora constrói são os mais desejados pelos capixabas. A Galwan adquire capital social doando parte da bilheteria da festa junina que promove

96 Ver Revista ES Brasil.

anualmente para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil (Acacci).

Apesar de todo prestígio, a Galwan foi prejudicada com a inconstitucionalidade dos 13 artigos do PDM, assim como todas as construtoras do município. Sobre isso, o Jornal Empresários, em agosto de 2013, entrevistou Galvêas, e segue trecho da matéria abaixo:

O município sofreu tanto com a ausência de parâmetros para as obras como também com o desemprego e consequentemente o aumento da violência. Com a sanção da lei aprovada na Câmara de Vereadores pelo prefeito Rodney Miranda, projeto e obras serão retomados. O diretor-presidente da Galwan, José Luís Galvêas Loureiro, afirmou que o período que o setor da construção civil no município ficou com projetos parados foi prejudicial, porque provocou descontinuação de toda uma cadeia de produção de trabalho, que foi se arrastando até que os artigos foram substituídos. A paralisação chegou também aos escritórios de arquitetura e também interferiu no planejamento estratégico das empresas. Além disso, também deve ter havido prejuízo para a própria prefeitura com a interrupção da arrecadação de imposto de licença de obras. Ele lembrou que o sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil chegou a ir para a rua fazer protesto. “Isso tudo provocou um prejuízo muito grande para as empresas e socialmente é um prejuízo muito maior. A comunidade dos bairros mais carentes muitas vezes depende dos salários pagos pela construção civil e isso acaba repercutindo no aspecto da segurança. Desemprego gera desespero. Agora temos que trabalhar as consequências de toda a morosidade do processo. Se tivesse sido tratado imediatamente, as consequências seriam menores”, ressaltou Galvêas Loureiro. “Com a ausência de lei, até as pequenas obras e reformas ficaram prejudicadas. Até para se instalar um pequeno ponto comercial no município não era possível, pois não podiam receber a licença. Essa correção do PDM aprovada em julho foi importante, pois gera um resultado rápido e atende essas obras menores que ficaram mais de um ano sem poder receber o licenciamento”, destacou. Na avaliação de Galvêas, a discussão da inconstitucionalidade do PDM foi que ele representou um retrocesso social e ambiental em relação à discussão anterior. “Do meu ponto de vista, não consigo enxergar em nenhum dos artigos cancelados como se tivesse retrocesso. Acho que houve um equívoco nesse aspecto. O que foi considerado inconstitucional está liberado em muitas cidades no Brasil inteiro, em pleno funcionamento. Sobre a elaboração do novo PDM, que começa a ser discutido em breve, ele afirmou que a cidade está bem estruturada em termos de pessoas que vão liderar esse processo. “Realmente Vila Velha conta hoje com um corpo técnico capaz de liderar um processo que possa desenvolver um PDM que não gere tantos conflitos, principalmente pela sua credibilidade. A legislação é dinâmica e precisa sempre ter correções, porque é complexa e muitos artigos interferem em outros da mesma lei. Para não haver prejuízo para trabalhadores e moradores da cidade, o novo projeto deve ser analisado sob ponto de vista da cidade como um todo”, avaliou.

A “correção” do PDM aprovada em julho e destacada por Galvêas trata-se do PDM elaborado por Rodney Miranda, questionado e considerado ilegítimo pela sociedade civil organizada e Ministério Público⁹⁷, o mesmo que reinsereu índices construtivos considerados inconstitucionais.

A pesquisa encontrou um possível impacto e problema para Jacarenema em relação à construtora. Em 2009, a Galwan lançou o Riviera Park, um loteamento rente ao limite oeste do Parque Natural Municipal de Jacarenema, em sua área de amortecimento (é um dos loteamentos citados na Introdução, em Caracterização da área e atuais problemas: um retrato do presente). O loteamento tem cerca de 370 mil metros quadrados, totalizando 310 lotes de 650 metros quadrados em média, acolhendo, em previsão, 1.240 pessoas.

De acordo com as entrevistas, muita terra foi movimentada para aterro, uma pequena nascente foi represada para formação de um lago e o local, com cota altimétrica muito superior à média do Parque e da área de amortecimento antes da intervenção, tinha uma vegetação distinta, o que aumentava a biodiversidade da unidade de conservação. As chuvas de dezembro de 2013 ajudaram a evidenciar como o condomínio se insere entre a reserva e sua área de amortecimento (figura 114).

97 Ver Bernardes (2013b), Fachetti (2013a) e MPES (2013).

Figura 114: Riviera Park

Empreendimento da Galwan e construção pela construtora Ápia. O loteamento ainda não recebeu licença para construção da prefeitura, tendo apenas a divisão dos lotes e as vias de acessos pavimentadas



Fonte: Galwan

Figura 115: Riviera Park visualizado pelo Google Earth durante as chuvas de dezembro de 2013

O loteamento quase ficou ilhado pelas chuvas em dezembro. Ao Norte dele, o empreendimento da Teixeira Holzmann, o segundo empreendimento limítrofe com o Parque



Fonte: Google Earth

O passivo do condomínio dificilmente será revertido. Contudo, o empreendimento não conseguiu a licença de operação, a última das licenças emitidas pelo município. O grande detalhamento de informações a respeito desse empreendimento foi possível por ser oriundo de um ator local.

TEIXEIRA HOLZMANN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A empresa Teixeira Holzmann é especializada na construção de loteamentos e condomínios horizontais. O Royal Park Jacarenema é um empreendimento dessa empresa paranaense e ofertou cerca de 140 lotes na Estrada de Itapuera (figura 115). O empreendimento é, assim como o Riviera Park, limítrofe com o Parque.

Figura 116: Empreendimento da Teixeira Holzmann
após as chuvas de dezembro de 2013

Ele se localiza exatamente ao norte do Riviera Park (onde estão as ruas pavimentadas da imagem), à direita da Estrada de Itapuera (que é a estrada central da imagem). Do lado esquerdo da pista encontra-se o bairro Itapuera da Barra, com poucas casas e um grande galpão instalado



Fonte: Google Earth

De acordo com os técnicos responsáveis pela aprovação do Royal Park Jacarenema, o projeto inicial do empreendimento direcionava os efluentes tratados para o antigo leito do Rio Jucu (o rio foi retificado há décadas), dentro da área da reserva, incompatível com a finalidade da mesma. A circunstância foi exposta no Parecer Técnico da Coordenação de Recursos Naturais, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Parecer Técnico no 08/11), e requisitado modificações, demonstrando insuficiência técnica dos projetistas ou descaso com os recursos naturais por parte da empreendedora.

Figura 117: Área proposta para o descarte dos efluentes tratados das futuras casas do Royal Park Jacarenema
Extraída do Parecer Técnico 08/11 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente



Fonte: SEMMA/CRN nº 08/11

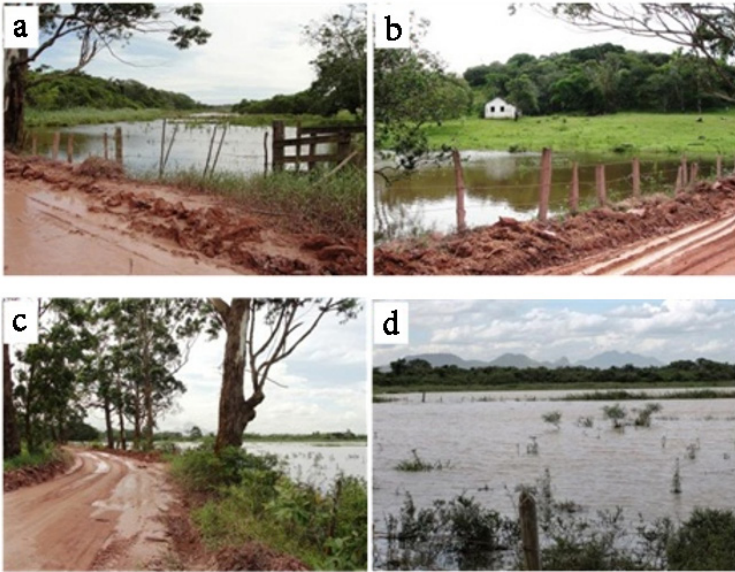
A empresa também requisitou à prefeitura a pavimentação da Estrada de Itapuera, cuja parte atravessa a porção oeste da reserva, pedido igualmente negado por ir de encontro com o propósito da unidade de conservação . Importante ressaltar a insistência desse pedido pela Seven Consultoria Ambiental Ltda, contratada pela Teixeira Holzmann, exibido no Parecer Técnico no 56/10 da SEMMA/CRN.

A Seven Consultoria Ambiental Ltda reivindicou instalação de área verde dentro do Parque de Jacarenema, outro pedido negado no Parecer Técnico SEMMA/CRN N° 59/10. A dita “área verde” seria uma modificação da unidade de conservação para a instalação de um lago.

Um grupo de trabalho do Conselho Gestor de Jacarenema foi criado para averiguação dos ecossistemas que seriam afetados caso o empreendimento fosse instalado e produziu um relatório, caracterizando os ambientes em questão.

As imagens e o conjunto das requisições efetuadas demonstram que, se todos os pedidos fossem atendidos, o empreendimento modificaria a paisagem, geraria passivo ambiental e desrespeitaria a legislação vigente. A empresa não demonstrou ter vínculo com os atores expostos neste livro e as relações políticas locais. Ela, aparentemente, apenas encontrou um bom terreno e viu uma oportunidade de desenvolver seu trabalho.

Figura 118: (a e b) Características da área do terreno do Royal Park Jacarenema; e (c e d) Aspecto da área requisita pela Teixeira Holzmann dentro do Parque para a escavação e formação de um lago em período chuvoso



Fonte das figuras: SEMMA/CRN nº 08/11

GREEN VILLAGE

O Green Village é um projeto de Antônio Claudio Diniz de Oliveira Santos, mais conhecido como Baducho. O empreendedor mora em Miami e é membro da família Oliveira Santos, que é influente localmente. É sobrinho de Antônio José Domingues de Oliveira Santos, presidente da CNC - Confederação Nacional do Comércio, que estava próximo de completar 34 anos no cargo em 2008, detentor também das presidências do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e do SESC – Serviço Social do Comércio.

Baducho é citado nas colunas sociais de Vitória, nas quais sempre aparece junto a grandes empresários e políticos em eventos ou nos melhores restaurantes da capital⁹⁸. Dedicou-se ao comércio exterior desde 1990. Iniciou no ramo exportando mamão papaya e produtos alimentícios para o mercado americano, pela empresa Osiox Comércio Exportação e Importação, até o ano de 2003. Concomitantemente a essa atividade, em 1995, abriu a Radex Importação e Exportação. Esta empresa atua, sobretudo, no setor energético (petróleo e novos tipos de energia) e no mercado imobiliário (residencial e comercial logístico), segundo seu perfil do LinkedIn (em 24 de julho de 2013).

Em 2008 foi acusado de participar de um grupo envolvido de atividades ilícitas, entre elas: corrupção de servidores públicos, contabilidade fictícia, inserção de informações falsas em contratos de câmbios com vistas a promover evasão de divisas, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, entre outras⁹⁹. O grupo era encabeçado pelo empresário capixaba Adriano Mariano Scopel, proprietário da TAG importação e exportação de veículos. Adriano é filho de Pedro Scopel, sócio da TAG e possuidor da concessão do terminal portuário de Teiú, na Baía de Vitória.

Os envolvidos subfaturavam automóveis de luxo, como Porsches, Lamborghinis e Ferraris. Cerca de 190 veículos entraram de forma fraudulenta no Porto de Vitória, um valor aproximado de 21 milhões de reais, e sete milhões deixaram de ser arrecadados em impostos. A Operação Titanic, da Polícia Federal, prendeu 23 pessoas no Espírito Santo, Rondônia e São Paulo¹⁰⁰.

98 Revista Class, Mil e 4 (2013), Redação Folha Vitória (acesso em: 24 jul. 2013) e Coser (2012).

99 Silva (2008).

100 Auler (2008a) e O Globo (2008a).

Entre os presos estavam Ivo Cassol Júnior – filho de Ivo Cassol, governador à época, Alessandro Cassol Zabot, primo de Ivo, Mário Calixto Filho, ex-senador de Rondônia e atual suplente no Senado, e Rogério Medeiros, filho de um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Baducho foi considerado foragido por estar em Miami, porém logo seu mandado de prisão preventiva foi cancelado¹⁰¹.

Ele foi acusado de ter participado desse comércio ilegal e feito remessas ao exterior utilizando a TAG, sem a ciência do Banco Central. A sua antiga empresa de importação de granito e mármore capixaba, Brazilian Exotic Granite USA Corp, fechada em 2010, estaria envolvida. Em julho de 2013 era presidente da Radex Importação Exportação.

Segundo o exposto acima, Baducho é uma pessoa de muitos contatos e é financeiramente abastado. A faixa de terra litorânea entre o bairro Itapuã e a Foz do Rio Jucu foi adquirida pela família Oliveira Santos na década de 40 (para localização do bairro, ver figura 5). No passado, uma fazenda foi loteada e transformou-se nos bairros Coqueiral e Praia de Itaparica, além de outros ou parte de certos bairros¹⁰². A área do Green Village é resquício dessa aquisição.

O projeto do empreendimento não foi exposto oficialmente ao público nem ao conselho gestor da unidade de conservação. A matéria “Condomínio com jeito de bairro” do jornal A Tribuna, de quatro de fevereiro de 2009, apresentou informações do empreendimento: dotado de posto de gasolina, escola, farmácia, faculdade, supermercado e nove mil unidades habitacionais, com o intuito de ser moradia de 21 mil pessoas.

101 Auler (2008a e 2008b), Zandonadi (2008), Agência Estado (2008) e Silva (2008).

102 Site Morro do Moreno (2010).

É o maior loteamento previsto para a região. Encontra-se situado na baixada de Guaranhuns, entre a Rodovia do Sol e a Rodovia Darly Santos. A matéria do jornal informou uma área de 990 mil metros quadrados, o plano de manejo da unidade de conservação feito pela consultoria Envirolink outra dimensão, aproximadamente 500 mil metros quadrados. O entorno do empreendimento compreende o bairro Pontal das Garças, o bairro Darly Santos, uma área da Universidade de Vila Velha, o bairro Araçás, o Shopping Barrasol, o terminal municipal de ônibus de Itaparica e a rodoviária da cidade.

O fundo do loteamento tem servidão sobre o Dique do Rio Jucu. O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha menciona a região do Green Village. Na página 95 do Plano, no seu quarto projeto proposto, sobre a área do Jockey de Itaparica, o terreno do empreendimento é exibido com as separações das regiões de uso comercial e de uso residencial (figura 127). A área prevista se insere na bacia de inundação do Rio Jucu e o Decreto Municipal nº 019/2014 a englobou (figura 130), proibindo a construção e a impermeabilização do solo no local.

Figura 119: Área do Green Village demonstrada no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha

A característica circular torna o Trevo de Barra do Jucu facilmente identificável na imagem. O contorno verde adjacente ao trevo é a área oriental de Jacarenema. Entre a Rodovia Darly Santos e a Rodovia do Sol, no canto inferior esquerdo, encontra-se uma área em azul do empreendimento, destinado para o comércio e, junto a ela, uma área verde, onde serão construídas residências



Fonte: ASEVILA, 2010

Figura 120: Região do Green Village

As vias de acesso destacadas em vermelho são a Rodovia Darly Santos, à esquerda, e a Estrada do Dique, à direita. Entre elas e a Rodovia do Sol, na área escura, alagada e não urbanizada no centro da imagem, pretende-se realizar o loteamento

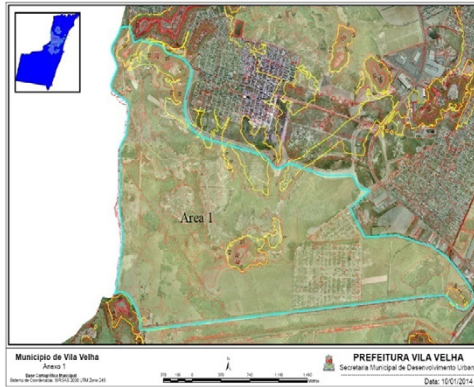


Fonte: Google Earth

Figura 121: Vista aérea da área do Green Village após as chuvas de dezembro. Percebe-se a efetividade do Dique do Jucu. A inundação do rio, cuja água estava amarronzada, não atingiu o bairro Pontal das Garças, sendo oriundas das chuvas as águas que submergiram o bairro. Percebe-se, além do dique, um gigantesco aterro represando as águas, na parte inferior à esquerda da imagem



Figura 122: Área 01 do Decreto 019/2014
Green Village localiza-se em uma área considerada sensível ambientalmente



Fonte: Espírito Santo (2014)

O loteamento foi aprovado no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (COMDEMA), no dia 26 de novembro de 2003. O IEMA liberou a Licença Ambiental Prévia (nº 026/2008) em 28 de janeiro de 2008 (Processo nº 29271169). Em 2 de fevereiro de 2009, um mês após assumir a prefeitura, Neucimar Fraga aprovou o Green Village através do Decreto Municipal no 012/09.

OUTROS ATORES E EMPREENDIMENTOS

Existem outros empreendimentos ou passivos ambientais que chamaram a atenção na pesquisa e não foram possíveis de averiguação, tais como: o grande aterro exposto na figura 129, o loteamento da Chamon Empreendimentos, o loteamento da Bauen Group, a casa do ex-prefeito Vasco Alves e os 10 distritos industriais criados pela Lei nº 5.155/2011.

O grande aterro da figura 129 supostamente pertence ao grupo Perim e a imagem demonstrou como ele influencia na hidrografia

do município. É interessante averiguar qual o propósito do empreendimento e descobrir como foi realizado o processo de licenciamento, pois a elevação do solo causou impacto na movimentação das águas e, possível, no represamento da mesma, o que, caso tenha ocorrido de fato, pode ter sido desastroso para o município.

O loteamento da Chamon Empreendimentos pretende construir 40 casas à margem da unidade de conservação (terreno circundado em vermelho na figura 212). No terreno existe um curso de água que direciona água vinda dos bairros Santa Paula I e II, também de outros bairros da Grande Terra Vermelha, e serve como área de reprodução de guaiamun (*Cardisoma guanhumi*). O técnico de meio ambiente da Chamon afirmou, em apresentação ao Conselho de Jacarenema, que canalizarão o curso d'água. Além da supressão de uma área de reprodução dos animais em condição delicada de conservação, a canalização pode diminuir a vazão de água e agravar os alagamentos nos bairros que dependem desse escoamento. O responsável da PMVV pelo processo de licenciamento não colocou restrição nenhuma ao empreendimento, tampouco apresentou o relatório necessário para apresentação da iniciativa aos conselheiros. O técnico de meio ambiente da Chamon apenas comprometeu-se a realizar educação ambiental àqueles que vierem a adquirir lotes no local, porém essa é uma medida não palpável e que não garante o bom relacionamento dos futuros moradores com a unidade de conservação.

Figura 123 e 124: Empreendimento da Bauen; Terreno da Bauen logo após as chuvas de dezembro de 2013, mostrando estar fora da área de inundação do Rio Jucu

(123) A figura mostra o terreno do loteamento com o grande talude ao fundo (cerca de 14m de altura) e a área pavimentada do loteamento da Galwan, o Riviera Park antecedendo; (124) A linha vermelha indica sua maior extensão. O terreno é o restante de um morro, cuja maior parte foi extraída (originalmente o morro alcançava as residências à esquerda na imagem)



Fontes: Vereador Arnaldinho Borgo (com inclusão da seta); Google Earth

O loteamento do Bauen Group é uma exceção entre os empreendimentos locais. De acordo com a apresentação realizada ao Conselho de Jacarenema, a iniciativa é canadense e possui certificação Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), apresentando tecnologia de ponta para edificações sustentáveis. O terreno do empreendimento é o resquício de um morro, uma extremidade, que sofrerá erosão caso não ocorra intervenção. Possui um talude com cerca de 14m de altura, resultado de extração de mais de 60% da composição original da elevação. O terreno e sua via de acesso não se encontram dentro da bacia de inundação do Rio Jucu. Localiza-se logo após os bairros Santa Paula e próximo às residências.

A casa do ex-prefeito Vasco Alves é o maior dano ocorrido em Jacarenema até o momento, um aterro que transformou o solo e

destruiu a vegetação nativa. O terreno de sua residência encontra-se dentro da área da reserva e é a única infraestrutura dessa natureza no seu interior (figura 122).

Figura 125: Circundado em vermelho, onde a Chamon Empreendimentos pretende construir 40 casas. Delimitado em amarelo, o limite sul da área do PNMJ. Dentro da área da unidade de conservação há uma clareira que toca os limites do Parque e o rio: é uma casa do ex-prefeito Vasco Alves e a maior degradação ocorrida ao Parque até o presente



E, por último, a criação dos 10 distritos industriais pela derrubada Lei nº 5.155/2011. A alteração da ocupação do solo nessas 10 áreas pode ter sido motivada por pessoas que se beneficiariam com tal fato; por isso, é importante descobrir quem são os proprietários dos terrenos e averiguar se existe uma relação entre eles e a classe empresarial e política do município.

Processo Social – Resumo

Principais Participantes

Governo do Estado do Espírito Santo

Paulo Hartung e Renato Casagrande

Prefeitura

Max Filho, Neucimar Fraga e Rodney Miranda

Parlamentares

Marcos Rodrigues (PP), Ivan Carlini (DEM), Almir Neres (PSD), Joel Rangel (PSB), João Artem (PSB), Rogério Cardoso (PSDB), Andinho (PMDB), Ricardo Chiabai (PPS), Valdir Neitzel (PTdoB), Valter Rocon (PDT), Osvaldo Maturano (PROS), Duda da Barra (PP), Arnaldinho Borgo (SDD), Belo (SDD), Anadelso (PTN), Wedson (PTN) e Zé Nilton (PT).

Construção civil

Luis Galvêas, Teixeira Holzmann, Antônio Claudio Diniz de Oliveira Santos, Chamon Empreendimentos, Bauen Group e outras empresas.

Organizações Não-Governamentais

INJAPA, Sociedade Sinhá Laurinha, MOVIVE, AMABARRA, Associação de Moradores da Praia da Costa e outras instituições.

Perspectivas

Políticos

Todos os políticos almejavam que a cidade crescesse sem a participação da população, salvo Max Filho e Zé Nilton. Eles

esperaram a exploração máxima da indústria da construção civil no município, mesmo que isso diminuísse a qualidade de vida dos moradores. Como os demais políticos brasileiros, o discurso foi cristão, no caso com predominância evangélica, e focou nas questões de segurança, saúde e educação. As atitudes em prol do crescimento da cidade foram tomadas para cumprimento de um plano estadual de desenvolvimento. Contudo, as medidas tomadas pelos representantes eleitos extrapolaram o exigido pelo plano.

Empresariado

Os empresários almejavam o crescimento de Vila Velha. Os do ramo da construção civil, inclusive os não citados no trabalho, aguardaram o fim do impasse do PDM para promoverem especulação imobiliária. Os citados empreenderam nas margens do parque.

Organizações Não-Governamentais

Demandaram um desenvolvimento da cidade com participação democrática, visando amenizar os problemas hídricos. Não concordaram com a atual proposta política para cidade. Argumentaram que a sensibilidade ambiental local não as comportava.

Circunstâncias

Dimensão geográfica e ecológica

O conflito ocorre no Parque Municipal Natural de Jacarenema e a respectiva área de amortecimento, esta predominantemente rural, com baixa densidade populacional, salvo no litoral e num aglomerado subnormal existente. A região é alvo de grandes projetos políticos - porto, indústrias, aeroporto de cargas - e

imobiliários, sendo a unidade de conservação uma limitação para essas propostas.

Dimensão temporal

O conflito iniciou-se em 30 de agosto de 2006, após o ex-prefeito de Vila Velha entregar um Projeto de Lei, criado de acordo com a norma, sobre o uso e a ocupação do solo de Vila Velha. Os vereadores alteraram ilegalmente o PL e ele entrou em litígio, perdurando e ameaçando a existência de Jacarenema.

Institucionalização

O executivo municipal e estadual e o legislativo municipal agem centralizados e em sinergia buscando o crescimento da cidade, atendendo às organizações empresariais e interesses próprios, ao ponto de afrontarem o procedimento legislativo e os princípios democráticos para formulação do PDM. Há apenas uma pífia resistência parlamentar, promovida pelo Partido dos Trabalhadores. O judiciário atua como maior barreira para esses interesses, através do MPES e o TJES.

Crises

Ocorrem claras violações dos princípios democráticos, há falta de representatividade política e a sociedade civil organizada foi alijada dos seus espaços usuais ou dos efeitos desses, estando, no momento, em conflito com o poder público instituído.

Apreço

Políticos

Embora eticamente condenados, são respeitados, talvez pelo poder que possuem, e, ainda, têm afeição da população. O alto escalão político, praticamente em uníssono, utiliza seu poder para manter a classe política coesa e rechaçam com facilidade os poucos reacionários.

Construção Civil

As construtoras e os empreendedores têm poder e respeito, que se amplifica por estarem inseridas nas bem estruturadas organizações empresariais estadual e municipal. Possuem riqueza e conhecimento dos demais atores. Alguns empreendedores gozam de boa saúde, física e mental, tendo até hábeis habilidades de comunicação e, não obstante, conquistaram a afeição de parte da população vila-velhense. Os demais empresários não são considerados no conflito.

Sociedade Civil Organizada

As entidades possuem retitude, respeito e afeição da população. Há alguns empreendedores sociais dotados de impressionante determinação, outros de destacáveis qualidades técnicas.

Estratégias

O poder constituído é diplomático e utiliza estratégias ideológicas para a atração da população através dos discursos políticos, jornais e quase todos os meios de comunicação disponíveis. Os ecologistas utilizam os meios formais - os conselhos gestores, apoio ao MPES, Ações Cívicas Públicas. Eles, aos poucos, começam a utilizar a mídia para propagar suas ideologias.

Resultado

A malha urbana continua crescendo sem participação social, mesmo afrontando a lei e tendo bloqueios e retardos pelo poder judiciário.

Efeitos

Devido este processo social não promover a comunicação entre os ambientalistas e a população, e o convencimento da mesma a respeito da sensibilidade ambiental, a cidade continua se expandindo e as classes política e empresarial seguem aumentando os seus capitais políticos e econômicos.

PROCESSO DECISÓRIO

Conforme exposto na contextualização do Processo Social, a reconciliação de conflitos não acontece. A partir de determinado momento o processo de formação das políticas no município deixou de ser participativo e as decisões foram dominadas pelos detentores do poder e suas respectivas camarilhas. Inclusive atuais líderes comunitários afirmam seres ignorados pela prefeitura. **De fato, não existe envolvimento da sociedade na formação das regulamentações ou políticas, apenas a classe política vigente, muito coesa, realiza as decisões entre si, atendendo o interesse dos grupos empresariais.**

Os planos de desenvolvimento do estado - principalmente o ES 2025 - reúnem as projeções do futuro que interessam aos “homens de negócio”. Isso permite a inteligência empresarial¹⁰³ inventar possíveis políticas para a construção ou fortalecimento dos arranjos produtivos¹⁰⁴ de interesse e avaliá-las para melhor serem bem-

103 Inteligência empresarial refere-se ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte a gestão de negócios, permitindo planejamento.

104 Arranjo Produtivo ou Arranjo Produtivo Local (APL) caracteriza-se por um

sucedidas nas diferentes circunstâncias econômicas que porventura possam ocorrer. Como as principais lideranças empresariais se agregam no grupo Espírito em Ação, elas conseguem, através da concentração e uso do poder econômico, influenciar a classe política e todos os demais grupos do estado.

Ao influenciar os grupos políticos, o Espírito Santo em Ação direciona o processo de ocupação e uso do solo do município de Vila Velha. A organização tem apoio da ASEVILA, outro grupo de pressão empresarial, que atua em nível municipal, julgada por muitos como “braço direito” ou “instrumento” da instituição maior. A ASEVILA elabora, junto com a prefeitura, as políticas para o desenvolvimento de Vila Velha, cuja execução depende das secretarias da prefeitura.

As secretarias municipais estão divididas entre diferentes partidos. A liberação de empreendimentos no município exige a anuência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Obras e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMAM) – então, o poder para a licenciamento relativo à ocupação do solo encontra-se fragmentado. As secretarias são capazes de dificultar ou facilitar a participação dos empreendedores e dos interessados nas informações a respeito da região administrativa 5. Por exemplo, a SEMMAM é responsável pela gestão do conselho de Jacarenema e não há convocação formal de todos os ambientalistas para as reuniões do conselho desde a última nomeação dos membros. Os defensores do Parque acabam sendo prejudicados. Detentores da minoria dos votos, não ocupam todas as suas cadeiras nas reuniões, pois a prefeitura não cumpre com suas obrigações, o que favorece a má gestão do Parque e pode

aglomerado significativo de empreendimentos em determinado território e indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilham formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas.

agradar certos indivíduos interessados na exploração da região administrativa 5.

Os loteamentos de imóveis na área de amortecimento da unidade de conservação são considerados impactantes e necessitam de três licenças da SEMMAM: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A licença prévia é concedida na fase preliminar do projeto. A primeira licença significa a aceitação do projeto - localização, dimensão, viabilidade ambiental etc. e, para tanto, exige apresentação do mesmo ao Conselho Gestor de Jacarenema, onde os membros fazem suas considerações, dando ou não anuência, de forma a expressar sua característica política. O conselho não é deliberativo¹⁰⁵.

De acordo com a formalidade e acordado nas reuniões do conselho, assim que o empreendedor protocola o projeto na prefeitura, os técnicos devem analisar e produzir um relatório, compreendendo diagnóstico, impactos do empreendimento e sugestão de medidas mitigadoras. Com o relatório finalizado, o empreendedor vai ao conselho apresentar o projeto aos conselheiros e, no mesmo dia, os técnicos devem expor o respectivo entendimento dele para os membros apreciarem.

Dessa maneira, o empreendedor não se relaciona diretamente com o conselho gestor. Os conselheiros, ao menos os também membros de entidades ambientalistas, emitem suas opiniões aos técnicos e cobram adequações nos projetos ao poder público, ou mesmo mostram-se completamente contrários à instalação de certos empreendimentos, como é o caso do Green Village, devido, na

105 Esclarecido, como demais informações deste trecho, no DECRETO N° 086/2011. Regulamenta o Capítulo III - Do Licenciamento Ambiental - Do Livro II, da Lei n° 4.999, de 20.10.2010, que "Institui o Código Municipal do Meio Ambiente, dispõe sobre a política de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para o Município de Vila Velha".

opinião desses conselheiros, à excessiva impermeabilização do solo e ao impacto na rede coletora que ele promoverá. Entretanto, não é isso que ocorre.

Os técnicos vão ao conselho e emitem uma opinião superficial sobre os empreendimentos, sem apresentação de documento escrito, e os conselheiros ficam sem material para embasar suas opiniões. Isso resulta em desentendimento e os empreendedores ficam prejudicados, pois parte do conselho não aceita a apresentação do projeto e o procedimento de licenciamento começa a ficar moroso. A ausência do poder público cumprindo o seu papel no conselho resulta em conflito entre os ambientalistas e os empreendedores.

Percebe-se que a participação social e democrática é insatisfatória em todas as etapas do processo de decisão envolvendo Jacarenema. Faz-se necessária a inserção de novos atores nos processos decisórios antes de se efetuar um planejamento de atuação nos mesmos. Não há avanço nos diálogos e tampouco abertura para os interessados, restando o embate para a inserção da sociedade nos locais que a cabem. O poder público demonstrou recuar quando a sociedade se organiza e pressiona, quiçá isso seja necessário para o retorno da participação democrática na formulação das políticas do município. O mapa a seguir (figura 126) resume e demonstra como as diferentes forças atuam em Jacarenema:

Figura 126: Mapa das forças atuantes em Jacarenema

- 1 - Espírito Santo em Ação. Organização empresarial, é o grupo de pressão mais influente na esfera estadual. Em junho de 2006 essa organização cooperou com o (3) Governo para a criação de um (2) documento com as diretrizes para as políticas públicas estaduais até o ano 2025. Devido ao seu poder econômico, é capaz de pressionar todos os atores da arena política, direta ou indiretamente.
- 2 - Plano Espírito Santo 2025. Documento com diretrizes para o desenvolvimento do estado até o ano de 2025, de autoria do (3) Governo Estadual, que atende os anseios do (1) Espírito Santo em Ação.
- 3 - Governo do Estado do Espírito Santo. O Poder Executivo Estadual atende às demandas empresariais através da execução do (2) ES 2025. É coagido pelo poder econômico do (1) Espírito Santo em Ação e também, como qualquer poder público, é pressionado pela (11) grande mídia.
- 4 - Associação de Empresários de Vila Velha - ASEVILA. É um grupo de pressão político influente na esfera municipal. É influenciada pelo (1) Espírito Santo em Ação. A organização criou em conjunto com a prefeitura o (5) PDSVV, lançado em 18 de março de 2010, um plano de propostas para as políticas públicas municipais.
- 5 - Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha. Documento com propostas para o desenvolvimento do município, de autoria da Prefeitura, que atende todos os anseios da (4) ASEVILA e do (2) Espírito Santo 2025.
- 6 - Prefeitura Municipal de Vila Velha. O Poder Executivo Municipal atende às demandas empresariais da (4) ASEVILA através da execução do (5) PDSVV. O (1) Espírito Santo em Ação, através de seu poder econômico, consegue coagir os (3) governadores em exercício para pressionarem a prefeitura.
- 7 - Conflito na esfera municipal. Em Vila Velha ocorrem alterações indevidas do PDM para atender as pressões econômicas, havendo, inclusive, flexibilização legal para além disso, e que colocam Jacarenema em risco. Essas pressões surgem da (6) PMVV e da CMVV. A primeira é responsável pela produção do PDM e a segunda pela aprovação do mesmo. O (9) Fórum Popular em Defesa de Vila Velha – ES agrega a sociedade civil organizada e combate as alterações ilegais da lei e as tentativas de criação de um PDM sem a participação social. O (10) Ministério Público utiliza ferramentas legais disponíveis para invalidação judicial das transgressões.
- 8 - Conflito na esfera estadual. A (9) sociedade civil organizada acusou o Governo Estadual, no comando de Renato Casagrande, de conivência com as transgressões que ocorrem na lei do PDM, protestando contra a tentativa do mesmo de alterar a situação legal da unidade de conservação – logo após um PDM confuso, que permitia a construção de edifícios em Jacarenema, ter sido aprovado ilegalmente.
- 9 - Fórum Popular em Defesa de Vila Velha. Composto pelas entidades da sociedade civil organizada que atuam contra as transgressões legais e o desenvolvimentismo¹⁰⁶. O Fórum é a barreira que impede o setor da construção civil explorar comercialmente a área de (13) Jacarenema e sua zona de amortecimento. Ele atua na (7) esfera municipal e na (8) esfera estadual. O Fórum provoca e colabora com o (10) MPES para evitar um PDM não democrático e tem apoio do jornal online (12) Século Diário.

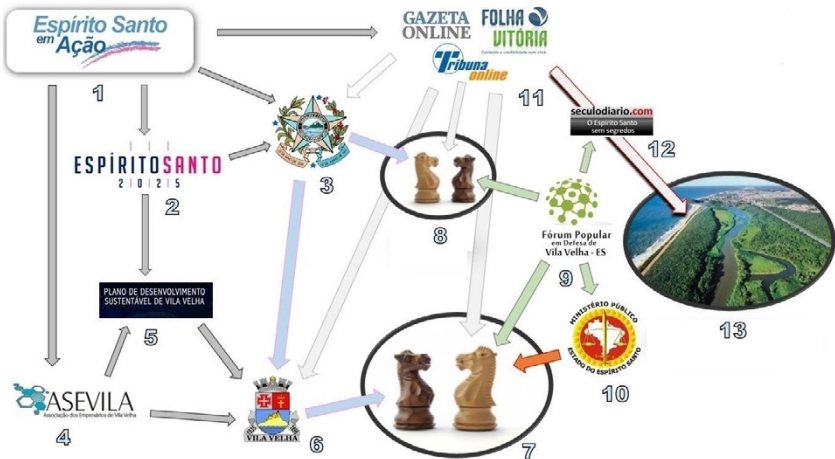
106 Desenvolvimentismo: a industrialização e a criação de infraestrutura acelerada promovida pela ação do Estado, desconsiderando as questões socioambientais.

10 - Ministério Público do Espírito Santo. O MPES atende às solicitações do (9) Fórum Popular em Defesa de Vila Velha - ES e consegue a invalidação dos PDMs criados sem a participação social.

11 - Grande mídia. A mídia é capaz de pressionar todo o (3 e 6) poder público e detém o domínio da divulgação de informações sobre o conflito (7 e 8). A mídia sofre influência do (1) Espírito Santo em Ação (1) que, através dela, possui mais uma maneira de pressionar pelo que almeja.

12 - Século Diário. É um jornal on-line que faz a cobertura completa do conflito. Contudo, seu público é muito restrito e incapaz de influenciar nas políticas públicas municipais. No contexto, ele atua na guerra da comunicação como um bloqueio aos excessivos interesses empresariais, porém é pequeno demais e a (11) grande mídia consegue atingir Jacarenema de forma contrária aos interesses da sociedade civil organizada.

13 - Parque Natural Municipal de Jacarenema. A área da unidade de conservação é objeto de desejo de parte da indústria da construção civil. Sua zona de amortecimento possui com grande valor para a especulação imobiliária e é almejada para a expansão da metrópole e a instalação dos projetos logísticos do estado.



Processo Decisório – Resumo

Inteligência

A inteligência do poder constituído provém dos projetos e planos para o desenvolvimento do município criados pelas organizações empresariais. Os abusos cometidos são facilmente observados e acompanhados pelos ambientalistas e utilizados por eles como base para as suas ações. O maior difusor dos excessos é o acompanhamento jornalístico do jornal *Século Diário*.

Promoção

Classe empresarial

O empresariado, através das suas decisões tomadas em conjunto e poder econômico, consegue fazer com que a classe política atenda aos seus interesses.

Classe política

Utiliza seus partidos e correligionários, nas posições que dominam, para fazer as instituições públicas atenderem seus interesses.

Poder constituído (Classes empresarial e política)

Não promovem mobilização social para suportarem suas decisões. Porém, assim que ocorrem, surgem os conflitos com os ambientalistas e o judiciário e, para conseguir apoio popular, utilizam-se da mídia para conseguir convencer a população.

Protetores de Jacarenema

Utilizam os conselhos gestores, as audiências públicas e promovem protestos. Começaram a ampliar seu relacionamento com a mídia.

Prescrição

As normas referentes à Jacarenema e à ocupação do solo do município ocorrem de forma unilateral, sem envolvimento da sociedade, promovida pelo executivo e legislativo municipal. Não há esclarecimento e articulação dos objetivos e das normas da comunidade.

Invocação

A invocação das prescrições geradas unilateralmente pelo poder público não é conveniente, racional, confiável e efetiva, resultando em invalidação das leis. A invocação não promove alterações no funcionamento dos órgãos públicos, apenas a liberação mais abrangente de licenças para a indústria da construção civil, em novas áreas e com coeficientes de aproveitamento mais amplos.

Aplicação

Uma vez que as normas municipais violam o ordenamento legal, não são racionais e logo perdem efetividade.

Avaliação

O resultado do processo decisório não é realístico e atende apenas o poder constituído. As políticas não atendem os objetivos da comunidade e resultam em conflito, além da diminuição da qualidade de vida dos munícipes.

Conclusão

As prescrições são repelidas e a classe política repete a tentativa de invocá-las, com intuito de aplicar interesses criados por um pequeno núcleo que decide as políticas de Vila Velha.

Orientação do problema

Esta parte é destinada à compreensão do conflito ou, em outras palavras, à reorganização das ideias após esclarecida a situação, de forma a evitar sugestões superficiais e destoantes da realidade de município, permitindo a proposta de alternativas plausíveis e eficientes para a conservação do Parque e da qualidade de vida de todos moradores da cidade. Muitas vezes se opta por soluções sem antes identificar, analisar e compreender todos os problemas e/ou forças que compõem o conflito.

Esclarecimento dos objetivos

O objetivo inicial, de completa preservação da unidade de conservação e sua respectiva área de amortecimento, é inviável. Após a revisão do estado do Parque, identificação dos atores, estudo das relações políticas e de poder e averiguação da maneira como as decisões relacionadas aos recursos naturais são tomadas, a visão a respeito do problema se alterou: a conclusão é que não é possível a proteção integral de Jacarenema e da sua zona de amortecimento.

O Parque Natural Municipal de Jacarenema e a sua respectiva área de amortecimento sofreram consideráveis alterações e os atores envolvidos em sua proteção estão à margem dos processos decisórios. A Grande Terra Vermelha expandiu-se para dentro da área da inundação do Rio Jucu e bairros estão condenados às inundações periódicas, em uma dimensão habitacional impossível de remoção. Isso condenou muitas pessoas, inabilitadas intelectual e culturalmente para acessar empregos que as permitiriam o mínimo, à eterna condição de pobreza, pois, já praticamente incapazes de arcar

com suas necessidades, sofrerão, de tempos em tempos, os danos sobre seus bens - que mal são capazes de pagar por eles. A realocação dos moradores desses bairros para locais livres de inundação e alagamentos seria simbólica, porque fortaleceria o entendimento de que o Parque e a sua zona de amortecimento possuem áreas inóspitas para moradia e que devem ser mantidas livres de ocupação. Não só, amenizaria os nefastos problemas de ciclos de pobreza: violência, gravidez precoce, tráfico de drogas, entre outros que afetam toda a sociedade - ou, em outras palavras, problemas que retornam para toda a sociedade quando a mesma evita ver o óbvio.

Em 2009, o Governo do Estado do Espírito Santo prontificou-se a doar moradias em Terra Vermelha para os habitantes de Pontal das Garças, oferta negada pelos moradores. Na contramão desse pensamento, a última gestão da PMVV liberou as licenças ambientais para a instalação de empresas e terraplanagem sem informar a localização delas e a atual administração permitiu a realização de aterros em Pontal, inclusive em 2013¹⁰⁷. Pouquíssimas invasões de terra foram desfeitas e nenhuma ocupação de solo de maneira indevida promovida pelo poder público foi solucionada até o presente, de forma que a postura assumida por essas gestões é negativa para conservação de Jacarenema e para lidar com a questão hídrica da cidade.

A proposta do porto de águas profundas pode motivar mais invasões e agravar o problema dos alagamentos, tanto na Grande Terra Vermelha quanto no resto do município. Para a instalação do porto será necessário grande contingente de trabalhadores. Dado que não existe mão de obra qualificada na região e a construção tem duração prevista de sete anos, isso atrairá muitas pessoas. Poucas

107 Vila Velha (2011g) e PMVV (2014).

áreas limítrofes à malha urbana na Grande Terra Vermelha não alagam e até alguns dos mais antigos bairros da região, que no passado não alagavam, agora começam a registrar alagamentos à medida que ocorre adensamento demográfico – consequente aumento da descarga das casas locais – e impermeabilização do solo, tornando complexa a recepção de novos moradores.

O aumento populacional da região administrativa 5 diminuirá a extensão de solo disponível para absorção de águas na bacia de inundação do Rio Jucu. O dique e o grande aterro ao sul dele impedem que o rio inunde a área mais urbanizada do Município, mas ele afeta toda a hidrografia de Vila Velha. O Jucu é ligado ao Rio Marinho e ao Canal de Guaranhuns e, nos momentos de enchente, prejudica a vazão deles, além de saturar a infiltração de água no solo nas áreas adjacentes a ele e a esses corpos d'água¹⁰⁸.

A conexão entre o Jucu e o Rio Marinho não se limita à questão hídrica e pode contribuir para a ocupação irregular do solo. Conforme ressaltado na figura 11, o Rio Marinho é ligado ao Rio Formate e as habitações presentes às margens deste avançam lentamente em direção àquele, havendo necessidade de interrompê-las. Elas são totalmente suscetíveis aos desastres e avançam para o Jucu. Quanto mais aterrado e impermeabilizado o solo na região administrativa 5, mais degradada a zona de amortecimento do parque e também pior a qualidade de vida de toda a Vila Velha. Portanto, a ocupação da região administrativa cinco deve ser detalhadamente organizada e limitada.

A expansão urbana desordenada também limita o discurso dos protetores do Parque, pois impede a aquisição de informações novas, algo a que poucos se atentam. Tal limitação decorre do aumento da violência promovido pelas favelas, que inibe a presença dos

108 Deina (2013) e Deina e Coelho (2013).

pesquisadores na região - uma das principais razões de ausência de artigos científicos sobre Jacarenema e o entorno, incluindo o baixo Jucu. Como resultado, as informações necessárias para argumentação em defesa da unidade de conservação estão dispersas e fora de materiais verossímeis, salvo os relatórios criados para os planos de manejo ou os próprios planos.

É necessária a produção de mais material fidedigno e as ações impetradas pelo Ministério Público contra as alterações abusivas do PDM são bons exemplos disso. Elas tiveram como maior fonte os jornais. As matérias jornalísticas utilizadas, assim como todas as demais sobre o tema, não apresentavam certas informações importantes, como os animais carismáticos ou em condição de conservação mais vulnerável. Além disso, não explicavam a delicada relação entre os alagamentos e o Parque, entre outras informações que poderiam embasar melhor os promotores. Por outro lado, as matérias a respeito de perdas econômicas devido ao litígio do PDM são melhor organizadas de forma que, quase sempre, incluem o número de empreendimentos prejudicados e os postos de trabalhos perdidos, muito mais persuasivas e frequentes do que os textos na mídia a respeito de Jacarenema.

A melhor informação produzida deve ser compilada com o material existente e compartilhada entre os envolvidos, dado que a questão é complexa e, até mesmo entre os ambientalistas, muitas vezes falta a compreensão necessária. Um material escrito e de fácil compreensão deve ser produzido para os jornalistas embasarem suas matérias e para os promotores compreenderem os efeitos do desrespeito à fragilidade ambiental do município. Contudo, apenas repassar informação a esses profissionais não é suficiente, por duas questões: o interesse dos jornais e, porventura, de certos promotores.

Os jornais de maior público dão pouca atenção para Jacarenema, possivelmente pelo empresariado estar coeso e parte dele interessado na exploração imobiliária da reserva e do seu entorno. Por um curto período permitiu-se, legalmente, a construção de prédios numa simbólica unidade de conservação e a cobertura da mídia foi pequena, considerando todos os jornais em circulação. Poucos habitantes da Grande Vitória sabem desse fato. Talvez não fosse a mobilização da sociedade civil organizada, não haveria matérias destacando a descaracterização do Parque nos jornais de grande circulação. Deve-se repensar como provocar os jornalistas para eles abraçarem a questão e identificar quais deles se interessam em produzir matérias sobre esse tema.

A cobertura da mídia não significa proteção da unidade de conservação, porquanto a circunstância de considerável número da população é grave. O déficit habitacional da cidade é grande e deve-se reconhecer que as condições de muitos não lhes fazem pensar na importância de Jacarenema, a menos que eles saibam como a existência de Jacarenema colabora para amenizar, e até mesmo impedir em certo grau, os alagamentos das suas ruas e a invasão da água nas suas casas nos períodos chuvosos. Conclui-se que o Parque Natural Municipal de Jacarenema é um ativo ambiental não reconhecido.

A manutenção do Parque exige que a população reconheça a fragilidade hídrica do município. Caso contrário, todas as tentativas de proteção serão em vão em longo prazo, pois, conforme visto, três influentes segmentos sociais não colaboram na preservação de Jacarenema: a mídia, a classe política e as organizações empresariais. A cobertura da mídia sobre o conflito de Jacarenema é pequena e até mesmo quando a cidade estava em caos, em dezembro de 2013, ela tardou em noticiar a tragédia (figura 62). Não obstante, os políticos

do município estão quase todos alinhados e tentando liberar um PDM mais abrangente possível.

E algo que agrava a proteção da unidade de conservação é a coesão empresarial, pois isso favorece a indústria da construção civil, que deseja a ampla urbanização do município. Desse modo, não é difícil perceber o desafio do Ministério Público e assumir - considerando como a formalidade legal está sendo ignorada - que sozinho ele dificilmente conseguirá impedir o mau uso do solo do município.

Os promotores devem ser apoiados e suas ações precisam ser enaltecidas, de forma a aumentar o impacto das mesmas. Entretanto, assim como os jornalistas, é necessário identificar se existem promotores não interessados em se envolver na proteção da unidade de conservação. Relatou-se, no início deste livro, a postura ilibada de exemplares promotores, todavia, há frequentadores do Fórum Popular em Defesa de Vila Velha que afirmam haver parentes de promotores assumindo cargos comissionados na PMVV. As acusações não partem da liderança do Fórum nem foram confirmadas, porém não é algo impossível de existir, visto o nepotismo explícito na administração pública (vide o número de familiares da Ivan Carlini na prefeitura). Na hipótese de a afirmação ser verdadeira, uma relação promíscua entre promotores e o poder público pode comprometer a proteção da unidade de conservação. Dessa forma, faz-se necessário averiguar essa acusação.

Apesar disso, não basta que o Ministério Público atue de forma exemplar. Cabe aos promotores que apenas impetrem ações, já que são eles incapazes de tomar decisões. O julgamento das ações sobre o PDM compete aos desembargadores do Tribunal de Justiça e não é possível prever o comportamento deles. Em apreciação anterior, os desembargadores mostraram-se sensatos ao derrubarem o PDM

sancionado por Neucimar, mas não é possível saber se manterão o mesmo comportamento em pleno ano eleitoral. No momento, o julgamento da ADI contra a lei de Rodney acontece e já houve quem votasse a favor da manutenção da norma, mesmo tendo participado do acórdão anterior - que considerou inconstitucionais os índices construtivos repetidos nesse regulamento - com a alegação de que ainda que ela fosse considerada inconstitucional ocorreriam danos ambientais e retrocesso social¹⁰⁹.

Os vinte e um homens e duas mulheres que votam no TJES o fazem independente do interesse dos movimentos sociais e ambientais. Ao observar o cenário, percebe-se que os defensores de Jacarenema estão isolados e suas posturas resultaram em desgaste. Na atual condição, ao tentarem bloquear os empreendimentos na área do Parque e posicionarem-se contrários à ilegalidade do PDM, os envolvidos na defesa da unidade de conservação permitiram que desenvolvimentistas, como Ivan Carlini, jogassem parte da população contra eles, taxando-os de radicais e contrários ao desenvolvimento de Vila Velha, atribuindo-lhes a responsabilidade pela perda de milhares de empregos no município. Não fossem as chuvas de dezembro, o movimento pró-Jacarenema estaria desmoralizado.

Poucos são os apoios recebidos pelas pessoas que intercedem em defesa de Jacarenema e todas as ajudas são limitadas. Tratando-se da mídia, o único meio de comunicação a dar visibilidade contínua ao conflito é o jornal eletrônico Século Diário, de restrito público. Outro destaque evidenciado, através das entrevistas e do acompanhamento dos fatos, é a limitação de parte dos defensores envolvidos nos partidos políticos, porque suas legendas igualmente lutam pelo direito à moradia. Essa bandeira sobrepõe ao interesse de conservação dos

109 Cometti (2014b).

recursos naturais, uma vez que a defesa da moradia resulta em grande captação de eleitorado no município, coibindo, assim, a participação plena de muitos envolvidos na defesa da unidade de conservação. Há partidos que se envolvem por verem na defesa de Jacarenema uma oportunidade para atacar os seus adversários.

Pouca força está presente na defesa do Parque e apenas duas coisas são capazes de garantir a proteção da reserva. Para permanência em longo prazo do Parque, ou ocorre a adesão dos desembargadores à causa ambiental - algo que o lobby dos ambientalistas não tem nenhuma capacidade de assegurar o acontecimento - ou o conhecimento técnico a respeito da hidrografia do município se insere no cotidiano dos comuns do município, o que pode resultar em apoio popular.

A população está preocupada com a questão dos alagamentos e, mesmo que neste momento não esteja interessada no tema, em breve ocorrerá uma grande chuva e a tornará suscetível a esse apelo. Reconhecendo as poucas ferramentas daqueles que advogam por Jacarenema e a baixa capacidade em intervir nos segmentos da sociedade capazes de influenciar as políticas do município, resta aos interessados na proteção da área aproveitar os períodos chuvosos para informar à população como o Parque atua na mitigação dos alagamentos no município. Os passivos ambientais descritos na introdução são ameaças de menor importância perante a urgência de manutenção da unidade de conservação, e devem ser estudados em outro momento, após o fim do litígio do PDM e executado um projeto de envolvimento da população.

Tendências

Parte destinada ao contexto histórico do conflito de maneira a gerar compreensão a respeito de eventos futuros caso não haja mudanças nas forças dominantes. As principais pressões são identificadas e é feita uma descrição de como surgiram. São duas as maiores pressões que ameaçam Jacarenema: a expansão da malha urbana e a instalação de um porto de águas profundas.

Ocupação do município de Vila Velha¹¹⁰

O Espírito Santo foi um estado de economia agrícola até aproximadamente metade do século passado. Com um desenvolvimento econômico tardio em relação aos demais estados do Sudeste, o plantio de cana foi a primeira atividade econômica marcante, suplantada pela produção de café em 1853, que predominou até 1960. A ocupação de Vila Velha ocorreu sem planejamento e de forma lenta até metade do século passado.

O município tinha muitas fazendas, poucas residências, e era utilizado como balneário pelos moradores de Vitória. Em 1928, construiu-se a primeira ponte ligando-o à capital, a Ponte Florentino Avidos. Após 1950, a Avenida Carlos Lindemberg (antes rodovia) criou uma via de acesso pavimentada entre Vitória e Vila Velha, estimulando o crescimento da cidade. Ela se desenvolveu inicialmente em torno da baía de Vitória, em função da capital e das atividades portuárias, e o crescimento demográfico foi lento até a consolidação da indústria estadual.

110 Para informações mais detalhadas sobre a ocupação de Vila Velha, ver estes dois artigos: 1) Celante, S.; Sathler, M; Da-Silva-Rosa, T. (2015). *Histórias de vida no resgate da história da ocupação do solo de Vila Velha* (ES). XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre. 2) Sathler et al. (2016). *Vulnerability, Disasters and Urbanization in Peripheral Areas: the case of Vila Velha* (ES, Brazil). In: 24th World Congress of Political Science - Politics in a World of Inequality, Poznan, Poland.

Apesar da Companhia Vale do Rio Doce exportar minério de ferro desde o início da década de 40 por Vila Velha, através do Porto de Paul, o escoamento da produção fornecia poucos postos de trabalhos, logo, não provocou ampliação urbana. Ainda, colaborando para a limitação do desenvolvimento, o município é cortado por cinco rios e era repleto de áreas alagadas, o que moldava e limitava o crescimento da malha urbana. Acreditando que a geografia da cidade não favorecia o seu desenvolvimento e objetivando maximizar a utilização do solo, antes da década de 50 os rios foram retificados pelo DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e mangues e áreas alagadas foram aterradas.

Na década de 1960, grandes projetos industriais surgiram no Espírito Santo e influenciaram a RMGV e Vila Velha. A economia estadual agrícola baseada na exportação dos produtos do campo começou a se transformar numa economia secundária-exportadora. Iniciou-se a construção da Usina Siderúrgica de Tubarão (hoje ArcelorMittal) e da Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce em Vitória (hoje Vale S. A.), e, em Cariacica, da Usina de Laminados Não-Planos (extensão da ArcelorMittal). No Norte do estado, um complexo paraquímico para produção de celulose foi desenvolvido (Flonibra Empreendimentos Florestais e Aracruz Celulose S. A.) e, ao sul, construiu-se a Usina de Pelotização da Samarco, em Ubu.

As indústrias demandavam logística de apoio, então, simultaneamente à implantação das plantas industriais, iniciaram-se benfeitorias nas instalações portuárias da Baía da Vitória, principalmente em Vila Velha, e a construção do Porto de Tubarão, em Vitória. Nesse período, ainda década de 1960, Vila Velha se mantinha bucólica e pouco pavimentada, com 55.589 habitantes no

início da década, segundo o IBGE. Na década seguinte, a atividade industrial se concretizou, o que ocasionou abrupta mudança econômica e atração de pessoas de vários lugares, e o término da construção de uma segunda ponte ligando Vila Velha à capital (Ponte do Príncipe), em 1979, colaborou para recepção dos migrantes.

A atual região metropolitana não possuía infraestrutura para receber os migrantes, que vinham de vários lugares. Muitos eram oriundos da zona rural, que abandonavam o campo pelas difíceis condições de sobrevivência, e boa parte chegava de outros estados, principalmente Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro¹¹¹. As alterações demográficas provocadas na população da capital, em comparação aos municípios de Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha, da década de 40 até 70, são bons indicativos do processo de transformação econômica do rural para o industrial. Vitória, na década de 40, era moradia de quase 70% da população de todos esses municípios somados. Em 1950, última década em que o café foi central na economia, esse percentual caiu para 60% e, em 1970, ano da consolidação dos grandes projetos industriais, Vitória não tinha 40% da soma da população desses municípios¹¹² (Tabela 1, 2 e 3).

A capital concentrava a maior oferta de trabalho, porém sofria com déficit de moradia e de área disponível para construção de imóveis, por ser uma ilha de pequena extensão e dotada de grande maciço rochoso no centro. De maneira a diminuir a pressão sobre a limitada área disponível da capital e receber os migrantes, o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP/ES) e a Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB/ES) desenvolveram um programa para construção de casas populares

111 Siqueira (2009).

112 ABE (1999).

nos municípios adjacentes. Restou à Vila Velha receber o maior contingente de indivíduos que vinha para o Espírito Santo atrás de oportunidades (tabela 3).

Tabela 1. População rural e urbana do estado do Espírito Santo 1950 - 1980

Anos	População	População	%	População	%
	Total	Urbana		Rural	
1950	957.238	199.186	20,8	758.052	79,2
1960	1.418.385	403.461	28,4	1.014.923	71,6
1970	1.599.335	721.916	45,1	877.419	54,9
1980	2.063.679	1.324.701	64,2	738.978	35,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1950 a 1980

Tabela 2. População rural-urbana do Brasil 1950 - 1980

Anos	População	População	%	População	%
	Total	Urbana		Rural	
1950	51.944.397	16.011.357	30,8	35.933.040	69,2
1960	70.992.343	32.004.343	45,1	38.984.526	54,9
1970	94.002.706	52.605.052	55,6	41.903.502	44,3
1980	119.002.706	80.436.409	67,5	38.566.297	32,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1950 a 1980

Tabela 3. Variação da população dos municípios da Grande Vitória entre 1950 e 1970

Municípios	1950		1960		1970	
	P. total	P. urbana	P. total	P. urbana	P. total	P. urbana
Cariacica	21.741	8.312	39.608	23.316	101.422	69.200
Serra	9.245	2.666	9.192	3.445	17.286	7.967
Viana	5.896	600	6.571	614	10.519	1.620
Vila Velha	23.127	20.834	55.589	54.490	123.742	121.850
Vitória	50.922	50.415	83.351	81.989	133.019	132.036
Grande Vitória	110.931	82.827	194.311	163.854	385.998	332.673

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1950 a 1980

As políticas habitacionais para ocupação de Vila Velha tornaram-na o município com maior número de bairros da RMGV até poucos anos atrás. Muitos moradores se deslocavam diariamente para trabalhar na capital, tanto que Vila Velha adquiriu, por isso, a estigma de cidade-dormitório¹¹³. Contudo, o programa não conseguiu contemplar todos os migrantes, surgindo invasões massivas de terrenos. A arrecadação tributária municipal era pífia e as verbas disponibilizadas foram insuficientes para coordenar o aumento populacional. Na década da consolidação das atividades industriais, 1970, o desenvolvimento urbano e viário permitiu o surgimento dos primeiros loteamentos clandestinos na região de Terra Vermelha, antes conhecida como Ilha de Jussara¹¹⁴.

As políticas não conseguiram atender a demanda, acarretando problemas sanitários e ambientais. Concomitantemente com a pressão urbana, a Rodovia do Sol, que divide a unidade de conservação, teve a construção finalizada em 1977, de maneira que facilitou a especulação imobiliária da faixa litorânea da cidade e o contato da malha urbana com o Parque (a construção da rodovia foi entre 1974-1977)¹¹⁵. Antes disso, apenas a Barra do Jucu, uma antiga vila de pescadores centenária e hoje um bairro rico em folclore e festas populares, fazia contato com Jacarenema, no limite sul da unidade de conservação. A consolidação da indústria, a conclusão da Rodovia do Sol, o início da construção da terceira ponte de ligação entre os municípios de Vila Velha e Vitória, em 1978, e o previsto o término da Ponte do Príncipe, em 1979,

113 O percentual de pessoas que residem em Vila Velha e trabalham em Vitória ainda é grande. A terceira ponte, principal via de ligação entre as cidades, congestionam-se diariamente no horário do rush.

114 Mattos (2013).

115 Almeida e Souza (1985).

impulsionaram a especulação imobiliária em Vila Velha. Entre 1970 e 1979, 63% dos lotes aprovados pela PMVV estavam na orla. Esse interesse era esperado, além de belas praias, a estreita faixa do litoral não inunda.

Porém, na década de 1980, muitos bairros com sérios problemas de macrodrenagem já existiam (figura 137). Em 1982, a eleição do prefeito Vasco Alves mudou o cenário político da cidade e a ocupação ao sul de Jacarenema. A Rodovia do Sol aumentou o fluxo de pessoas próximas ao Parque e Alves trazia como bandeira em sua campanha a luta por moradia. Durante seu mandato, envolveu ampla participação popular nas decisões do governo municipal. Foi um período de expressivo aumento de movimentos comunitários e associações de moradores¹¹⁶. Segundo os entrevistados para a construção deste livro, todos responderam, em unanimidade, que as ações assumidas em seu mandato favoreceram os assentamentos em Terra Vermelha, não só nela, como em muitas diversas outras áreas da cidade de baixo valor imobiliário.

Mesmo havendo influência por parte dos moradores da Barra do Jucu, a criação de Terra Vermelha foi o que realmente iniciou a pressão degradante de caça e de pesca na unidade de conservação. As tão esperadas oportunidades, que atraíram o contingente de pessoas interessadas nas indústrias, não foram suficientes para atender a demanda dos residentes de Vila Velha: em 1980, 58,6% da população de Vila Velha era carente¹¹⁷. Os trabalhadores estavam pouco ou nada qualificados para as oportunidades existentes. Além disso, o modelo de industrialização aplicado à RMGV gerou grande desigualdade social e desencadeou acelerado crescimento populacional.

116 Krohling e Krohling (2011).

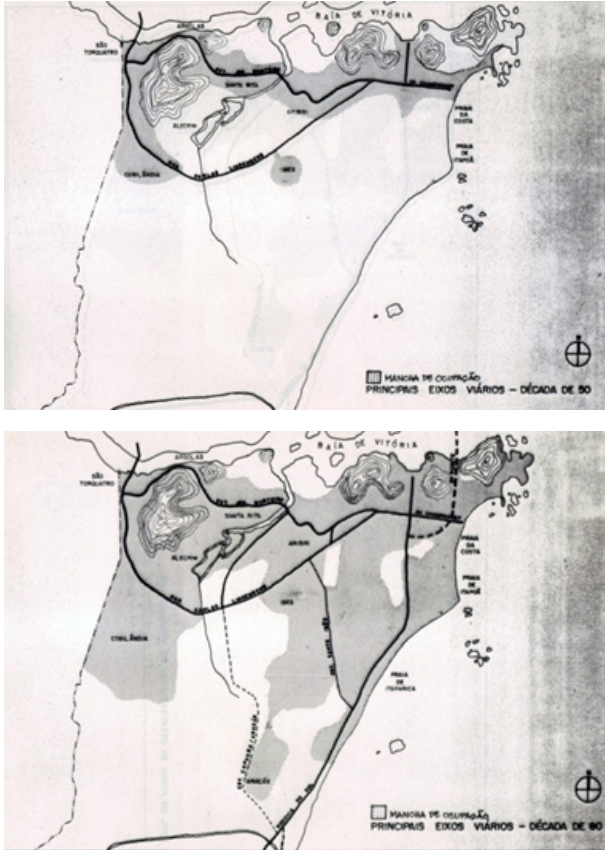
117 Siqueira (2001).

As exigências de infraestrutura especificadas na legislação para a comercialização de lotes residenciais colaboraram para a separação da população. A infraestrutura mínima estabelecida ocasiona um acréscimo de valor no terreno e impedem as classes menos abastadas de adquiri-los, tal fenômeno resulta na formação de guetos e na estratificação social da cidade. As características inundáveis da cidade contribuíram para a discrepância entre os valores dos locais alagáveis e não alagáveis, forçando os menos favorecidos a habitarem lugares ambientalmente fragilizados, inclusive com o apoio de políticas públicas¹¹⁸.

Figuras 127, 128 e 129: Evolução da malha urbana no município



118 Sathler *et al.* (2016).



Fonte: Almeida e Souza, 1985

A influência do Rio Jucu garantiu a proteção do Parque antes do amparo legal da área, em 1997. Os alagamentos tornam a reserva e sua zona de amortecimento pouco convidativa para a instalação de moradia, visto os efeitos expostos no bairro Pontal das Garças (figuras 77, 78 e 79). Além da necessidade de aterro, pois muitas áreas estão abaixo do nível do mar, durante o período de elaboração do primeiro plano de manejo da unidade de conservação foi feita

uma escavação para análise de solo, e, mesmo alcançando 40 metros de profundidade, não foi encontrada rocha para dar suporte às edificações de maior porte (para realização de estaqueamento e, assim, sustentação de prédios com vários pavimentos). Esses e outros fatores, como o pouco interesse de ocupação do solo à margem do Parque até meados de 2000, mantinham a pressão sobre o mesmo bem menor (tabela 4).

Embora outras tentativas de descaracterização do Parque e problemas de conservação tenham ocorrido no passado, nenhuma adversidade estava acompanhada de tanta pressão como ocorreu em 2013. Vários empresários desejam lotear a área de amortecimento e o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha e propuseram a urbanização e o aumento da densidade demográfica às margens da rodovia Darly Santos, região ainda pouco ocupada e próxima a Jacarenema. Essa proposta foi incorporada à alteração ilegal do PDM. O Plano também sugere a construção de um distrito industrial na região da rodovia, o que aumentaria a descarga industrial no Jucu. No local recomendado, o governo constrói uma rodovia estadual, a BR 477, que dará à Darly Santos acesso à BR 262 e à BR 101, ambas em processo de licitação para ampliação, o que facilitará a instalação de empresas, armazéns e plantas industriais próximo a Jacarenema.

O executivo municipal à época, gestão Neucimar Fraga, acompanhou as propostas do Plano e as adicionou na Lei nº 5.155/2011, o PDM derrubado. Não só, como também provavelmente livrou quase todos os loteamentos empresariais da região da Darly Santos de apresentarem Estudo e Relatório de Impacto Ambiental com a Lei nº 5.205/2011, pois ela exigia a discriminação do impacto apenas para os loteamentos empresariais a ocuparem área maior do que 100 hectares. O ambiente poderia ser propício ao

desenvolvimento, pois existem terrenos livres e grandes o suficiente para receber empreendimentos. Além disso, em 2011, Vila Velha se tornou a primeira cidade a superar o consumo da capital em um estado brasileiro.

Tabela 4. Crescimento populacional em Vila Velha, Espírito Santo e Brasil

Ano	Vila Velha	Cresc. (%)	Espírito Santo	Cresc. (%)	Brasil	Cresc. (%)
1991	265.586	-	2.600.618	-	146.825.475	-
1996	296.439	11,61%	2.709.206	4,17	156.032.944	6,27
2000	345.965	16,70%	3.097.232	14,3	169.799.170	8,82
2007	398.068	15,06%	3.351.669	8,4	180.755.799	6,45
2010	414.586	4,14%	3.514.952	4,87	183.987.291	1,7

Fonte: IBGE. 2013

Ao perceber a oportunidade, o empresariado, através do Plano de Desenvolvimento Sustentável, sugeriu políticas públicas para o crescimento da região administrativa 5 de Vila Velha, onde se localiza a zona de amortecimento do Parque (VILA VELHA, 2008). Essa região administrativa está limitada entre o município de Viana (ao oeste) e o litoral (ao leste), o Rio Jucu (ao norte) e o município de Guarapari (ao sul). Uma vez que as demais áreas não ocupadas do município estão escasseando, especialmente no litoral, a pressão sobre Jacarenema e seu entorno aumentou.

De acordo com censo imobiliário realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon/ES), durante dezembro de 2012 e junho de 2013, 32.020 unidades estavam em construção, em 41 bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória. O município de Vila Velha liderava a quantidade de unidades, com 16.441 unidades entre as construções e os lançamentos (51,34%). O estudo exibiu um mercado aquecido, uma vez que 74% dos empreendimentos já estavam vendidos, porém em desaceleração.

Demonstrava também uma tendência de diversificação do mercado imobiliário, que está ocorrendo, possivelmente, pela escassez de terrenos livres para a construção civil.

Os corretores de imóveis entrevistados confirmaram a diversificação e a relacionaram com a limitação de terrenos disponíveis. Eles informaram que construtoras especializadas em públicos A/B, como Decottignies e Épura, habitualmente construtoras do litoral, adotaram nova estratégia e agora constroem prédios de quatro/cinco pavimentos em bairros poucos valorizados do município. Nessa nova área que a especulação imobiliária atua, há, no interior da malha urbana, uma grande área verde dominada por poucos proprietários, como a Família Laranja, que impede a urbanização no momento. De fato, apenas o sul do município está livre para crescimento e prospecção de bons terrenos para construção civil.

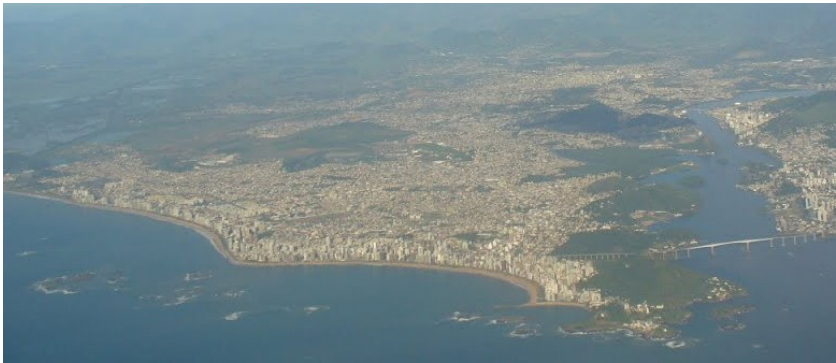
O conflito entre Hartung, ex-governador, e Max Filho, ex-prefeito de Vila Velha, foi o maior entrave para os investimentos na cidade na última década e garantiu menor pressão sobre o Parque. Assim que Neucimar assumiu a PMVV, o cenário político mudou. Os investimentos do estado retornaram ao município, acompanhados de posturas políticas exacerbadas no interesse de desenvolvimento econômico. Essas políticas resultaram na tentativa de descaracterização legal de Jacarenema, promovida pelos vereadores da época (listados na figura 35), o ex-prefeito Neucimar Fraga e o ex-governador Renato Casagrande.

Conforme explicado, a tentativa de descaracterização legal da unidade de conservação foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça. A possibilidade de especulação imobiliária motivou essa movimentação política anormal e desrespeitadora dos processos legais e democráticos. No presente não há posturas tão agressivas, porém,

a razão das atitudes anteriores contrárias à Jacarenema persiste, de forma que descaracterizar a unidade de conservação continua extremamente lucrativo e de interesse de um determinado grupo, sendo esse interesse uma ameaça para a unidade de conservação.

Figs 130, 131 e 132: Expansão imobiliária na cidade de Vila Velha

Maior concentração de edifícios próximos do Morro do Moreno e do Convento da Penha, no bairro Praia da Costa. O número de prédios vai diminuindo à medida que se segue para o sul, principalmente nos quarteirões posteriores à avenida litorânea. Quase todos os terrenos à beira-mar até a reserva de Jacarenema estão ocupados por prédios ou cercados por tapumes de construtoras que aguardam a definição do PDM.





Fontes: Foto 130: Apgaua Furtado; Foto 131: domínio livre; Foto 132: Google Earth, tiradas em 8/9/2013

Portos: a construção do Superporto¹¹⁹

A autoridade portuária do Espírito Santo é Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), empresa pública, com sede e foro na cidade de Vitória. Foi criada pelo Decreto nº 87.560, de 9 de setembro de 1982. É responsável pela exploração dos portos da Barra do Riacho e de Vitória e demais portos públicos que porventura sejam construídos no estado.

O Porto da Barra do Riacho possui um terminal controlado pela Petrobras (Transpetro) e um terminal controlado pela Portocel, de propriedade da Fibria e da Cenibra, especializado na movimentação de celulose e cavacos de madeira. Ele escoar a produção da Fibria, Cenibra, Suzano Bahia Sul e Veracel. Possui pouca influência sobre a região de Jacarenema, contudo, como não é capaz de atender toda a demanda, parte da produção é, eventualmente, direcionada para o Porto de Vitória, que também é incapaz de movimentar todas as cargas que o pressionam.

O Porto de Vitória é um complexo portuário, cujas instalações ficam às margens da Baía de Vitória, nos municípios de Vila Velha e Vitória, composto de vários cais, berços e terminais. O decreto de definição do Porto também inclui a bacia de evolução e o molhe de proteção do Porto de Praia Mole, além de duas áreas no Porto de Praia Mole (Decreto Federal nº 4.333, de 12 de agosto de 2002). Foi o décimo porto a movimentar toneladas de cargas no Brasil em 2010.

119 O Plano Estratégico de Logística e de Transporte do Espírito Santo - ver DERTES (2009) - e os Relatórios Administrativos da Companhia Docas do Espírito Santo foram fonte de grande parte das afirmações aqui, logo, recomenda-se as leituras. O Portal do Governo do Estado do Espírito Santo e o site da CODESA endossam as informações deste texto.

O Porto de Praia Mole é privativo da Vale S/A, especializado na exportação de minério de ferro, e possui vários terminais para movimentação de carvão, grãos, farelos (estes dois últimos principalmente de soja), granéis líquidos, fertilizantes e outros granéis sólidos. Em 2008, o minério de ferro participou com mais de 60% do total de cargas movimentadas no ES. Ocasionalmente, quando há ociosidade, outras cargas são movimentadas através de contrato com a Vale S/A. A CODESA não influencia na movimentação das cargas em Praia Mole.

Tabela 05. Movimentação de Cargas nos portos do Brasil em 2010

Portos	Carga Total Transportada (t)
Porto de Santos – SP	85.401.154
Porto de Itaguaí – RJ	52.765.505
Porto do Paranaguá – PR	34.348.405
Porto de Vila do Conde – PA	16.548.002
Porto de Rio Grande – RS	16.269.333
Porto de Itaquí – MA	12.567.090
Porto de São Francisco do Sul – SC	9.532.536
Porto de Suapé – PE	8.989.653
Porto do Rio de Janeiro – RJ	6.946.636
Porto de Vitória – ES	6.568.084
Total	249.936.398

FONTE: Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Anuário Estatístico. ANTAQ. 2010

Em Vitória, a CODESA exerce influência no Cais Comercial de Vitória e no Terminal da Flexibrás, uma vez que as demais instalações do Porto de Vitória estão no município de Vila Velha. O Cais Comercial de Vitória é administrado pela autoridade portuária e dotado de quatro berços. Dentre eles, três operam commodities em geral: açúcar, bobina de papel, granéis agrícolas, alimentos e produtos siderúrgicos.

O quarto berço serve ao apoio marítimo, onde inclusive o navio-plataforma P-34, que atuou na extração de petróleo no Campo de

Jubarte, na Baía de Campos, esteve durante dois anos para reparos. O Terminal Flexibras, arrendado da CODESA, é utilizado pela empresa francesa Technip para escoamento da sua produção de tubos flexíveis¹²⁰ e recepção equipamentos da indústria do petróleo. Ambos possuem apenas acesso rodoviário.

A maior atividade do Porto de Vitória concentra-se em Vila Velha. Em 2014, cerca de 90% das cargas que chegavam ao estado entravam pelo município. Dessas cargas, 60% eram transportadas por meio da BR 101 e 28% pela BR 262. Do total das cargas embarcadas na baía de Vitória, 66% saem por Vila Velha, segundo dados da prefeitura. Estão presentes no município o Terminal de Vila Velha (TVV), o Terminal de Granéis Líquidos de São Torquato, o Terminal de Capuaba, a Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV), o Terminal Portuário de Peiú (TPP), o porto da Prysmian, o Cais de Paul e o Dolfins de Atalaia.

O TVV e o TPP são berços da CODESA arrendados. A LOG. IN S/A é a responsável pelo TVV (dois berços no Cais de Capuaba e um berço no Cais de Paul) e a PEIÚ S/A pelo TPP (um berço arrendado do Cais de Paul). O porto da Prysmian e a CPVV são privativos, ambos ligados à indústria de petróleo e gás. A LOG.IN S/A movimenta contêineres, carga geral, granito, mármore, carga de projeto¹²¹ e produtos siderúrgicos. O terminal de Capuaba opera

120 Tubos flexíveis (ingl.: Kelly hose): são tubos especiais flexíveis e de grande comprimento capazes de suportar grandes pressões e utilizados na extração do petróleo e do gás do piso oceânico (Schlumberger Oilfield Glossary).

121 Carga de Projeto: qualquer tipo de carga pesada ou volumosa que, devido às suas dimensões ou tonelagem, não possa ser transportada em contêineres convencionais, exigindo, então, equipamento especial – caminhão específico, navio ou aeronave. Como exemplo, podemos classificar como Cargas de Projeto: transformadores, reatores, caldeiras, vagões, torres, guindastes, geradores, usinas completas, prensas, tornos, etc. Tais cargas necessitam de um estudo detalhado para todas as etapas do transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo ou aéreo).

contêineres, navios roll-on/roll-off¹²², mármore, granito, produtos agrícolas, carga geral e granéis sólidos, e o TPP movimenta graneis sólidos. A Prysmian produz cabos umbilicais¹²³ hidráulicos e de energia, enquanto CPVV trabalha exclusivamente com supplyboats e as necessidades gerais das plataformas.

Os dois berços restantes do Cais de Capuaba, o berço remanescente do Cais de Paul, o Terminal de granéis líquidos de São Torquato e o Dolfins de Atalaia são administrados pela CODESA. Assim como o TVV, os berços não arrendados do Cais de Capuaba também operam contêineres, navios roll-on/roll-off, pedras ornamentais, commodities agrícolas e carga geral. O berço de Paul movimenta quase exclusivamente ferro-gusa comercializado pela Vale e esses berços públicos possuem acesso ferroviário. O Terminal de São Torquato é exclusivo para derivados de petróleo e álcool e os Dolfins de Atalaia são específicos para granéis líquidos e auxílio portuário.

De forma geral, a movimentação no complexo portuário da Baía de Vitória apresentou crescimento desde o início da década passada, apesar de diversos problemas logísticos e de cumprimento da legislação¹²⁴, além da última crise internacional. Enquanto o mercado exigia maior agilidade na movimentação de cargas, a gestão

122 Cargueiro para transporte de automóveis e outros veículos. São navios que a carga possui rodas e adentra na embarcação as utilizando ou através de veículos.

123 Os cabos umbilicais são sistemas multifuncionais cuja função é ligar as cabeças dos poços de petróleo marítimos às plataformas e navios, garantindo a comunicação entre a superfície e os equipamentos submersos. São responsáveis pela transmissão eletro-hidráulica, controle de equipamentos e da produção, injeção química, manutenção do poço, acionamento de equipamentos de estanqueidade, ou seja, a comunicação entre os equipamentos submersos e a superfície onde estão localizadas as unidades de produção e armazenamento.

124 Os portos, algumas vezes, foram incapazes de atender à demanda e, ainda, foram interditados por infrações ambientais e atividades criminosas, como o contrabando de carros.

fragmentada do complexo portuário foi marcada com irregularidade de alvarás de funcionamento e licenças ambientais, muitas vezes os ilícitos resultaram em interdição das atividades.

Figura 133: Complexo Portuário de Vitória

Só 1 e 6 são em Vitória. 1) Cais Comercial de Vitória, 2) Capuaba, da LOG.IN S/A, 3) Capuaba, da CODESA, 4) Paul, da Peiú, 5) Paul, da CODESA, 6) Terminal Flexibrás, 7) Porto da Prysmian, 8) Porto da CPVV, 9) Terminal de Granéis Líquidos de São Torquato e 10) Dolphins do Atalaia



Fonte: CODESA

A demanda aumentou e as instalações não receberam benfeitorias, o que resultou numa deficiência generalizada do Porto de Vitória. Completou-se 20 anos, em 2009, sem melhoramentos no Porto de Vitória. Além disso, há pouca área para expansão tanto em Vitória quanto em Vila Velha, o que agrava a situação. O Cais comercial de Vitória e o Terminal Flexibrás não dispõem de nenhum espaço para expansão e, em Vila Velha, as instalações portuárias possuem poucas áreas para expansão, pressionadas pela expansão urbana descontrolada e limitações ambientais.

Com exceção de Capuaba, as retroáreas dos cais e dos terminais são pequenas. Conforme colocado, apenas Capuaba e Paul podem

acessar à malha ferroviária, os trilhos de ferro da Ferrovia Centro Atlântica. Além do município de Vila Velha, eles seguem ao sul e percorrem Cariacica, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Atilio Vivacqua e Mimoso do Sul, último município ao Sul do estado antes da ferrovia adentrar no estado do Rio de Janeiro.

Além do Espírito Santo e Rio de Janeiro a Ferrovia Centro Atlântica está presente na Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal, um total de 8 mil quilômetros de malha férrea. A FCA é interligada à Estrada de Ferro Vitória-Minas e ambas possuem controle acionário da Vale. Isso faz com que o Porto de Vitória tenha acesso às indústrias siderúrgicas de Minas Gerais e regiões produtoras do Centro-Oeste do País.

O complexo portuário da CODESA não possui a capacidade de atender essa demanda e há fuga de carga para portos de outros estados, principalmente o Porto de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. Não obstante, a Baía de Vitória não será capaz de receber os futuros navios que dominarão os trajetos marítimos de longo curso, embarcações maiores do que a baía suporta.

O acesso marítimo da baía é limitado. Apesar da baía possuir 7.500 metros de comprimento, há limitação de largura e profundidade. A largura da Baía de Vitória apresenta grande variação, a máxima é 215 metros, havendo trechos de estreitamento com restritos 75 metros. Essas dimensões, somadas ao tamanho da área de evolução, limitam o comprimento máximo dos cargueiros em 242 metros. Navios desse comprimento possuem aproximadamente largura de 32,3 metros e são considerados de tamanho mediano e distantes dos meios de transportes unitários mais lucrativos.

O atual calado máximo de 10,67 metros da baía de Vitória impede as maiores embarcações que frequentam o Porto de Vitória de maximizarem o seu potencial de transporte. Esses navios, de trajeto de longo curso, entram no Porto de Vitória e não podem abastecer sua carga máxima devido à pouca profundidade, sendo obrigados a embarcarem carga limitada e seguirem para outro porto, ao norte ou sul do país, para completarem seus estoques antes de partirem para o destino final.

A necessidade de atracação em dois portos aumenta significativamente o custo, tornando o complexo portuário de Vitória logisticamente complexo e oneroso para os armadores, logo, pouco atraentes. Atualmente, a baía de Vitória só recebe cargueiros de Xangai e o complexo portuário de Vitória se encontra obsoleto para atendimento internacional. A demanda foi, é, e, visto a mudança no tamanho das embarcações já destacada acima, continuará maior do que a capacidade de atendimento do porto, de maneira que inclusive a maioria das mercadorias produzidas no estado, como, por exemplo, as rochas ornamentais, que hoje são escoadas por outros estados, continuarão saindo do ES para outros portos.

Registros da CODESA demonstram pressão e aumento da movimentação de cargas. De 2005 a 2006 houve um aumento no volume de movimentação de cargas (toneladas) no embarque de cabotagem e desembarque de longo curso e o inverso ocorreu para o desembarque de cabotagem e embarque de longo curso, indicativo da incapacidade de exportação e o efeito das descobertas do pré-sal.

O pré-sal foi anunciado anos antes do início da sua exploração e impulsionou a cabotagem¹²⁵, criando novas oportunidades e

125 Cabotagem é a navegação, geralmente de curta distância, entre portos marítimos sem perder a costa de vista.

atraindo empresas do setor (descoberta do pré-sal). O início da exploração do pré-sal no Espírito Santo ocorreu apenas em 15 de julho 2010 mas, em 2007, a Prysmian inaugurou seu porto em Vila Velha para o atendimento de sua filial, a única da empresa que produz exclusivamente cabos umbilicais para exploração de petróleo e gás de águas profundas. Como Eduardo Prata, Superintendente de Projetos da CODESA, falou no programa de televisão “9 minutos”, da Rede Tribuna: “Eu costumo dizer que o melhor governador que o Espírito Santo teve foi o presidente da Bolívia. Por quê? Porque ele fechou o registro de gás (do Brasil). Aí começamos a procurar e achamos (gás) no ES”.

Prata referiu-se às invasões das plantas de extração de gás da Petrobrás na Bolívia, em 2006. Até esse ano a Bolívia era responsável pela entrega de quase metade do gás consumido pela indústria no Brasil, o que forçou o Brasil a intensificar a busca por fontes em território nacional¹²⁶, acelerando as descobertas na costa do Espírito Santo. Essas, somadas à alta mundial do preço das commodities, mantiveram a movimentação no Porto de Vitória crescente, do início da década até o último trimestre de 2008, quando os efeitos da última crise internacional alcançaram o estado do Espírito Santo.

Em 2009, a crise internacional, iniciada com a bolha imobiliária nos EUA, diminuiu consideravelmente a movimentação de cargas nos portos brasileiros¹²⁷. Presente durante quase todo ano, o colapso da economia no Espírito Santo foi mais intenso do que no resto do país, pelo estado estar intimamente ligado às atividades portuárias. Os números do comércio durante o auge da crise corroboram essa afirmação: o comércio mundial sofreu uma queda de 32%. O Brasil,

126 Fuser (2011).

127 Pochmann (2009) e Bertoloto e Melo (2011).

conhecido por ter sua economia fechada para o comércio exterior, sofreu uma queda de 23%, enquanto o estado do Espírito Santo teve uma redução de 32,7%, segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves. É perceptível a fragilidade da economia capixaba às oscilações do mercado internacional.

Todavia, a inclinação para a exportação de commodities do Espírito Santo gera resiliência econômica e contínuo crescimento, pois as commodities são a base para qualquer transformação industrial. A inclinação nesse sentido é tamanha que, por vezes, o Porto de Tubarão exporta soja cultivada em Bonito/MT. Corroborando a afirmação, à medida que a economia mundial se recuperava, aumentava a movimentação de cargas nos portos do estado. Outro fator que contribuiu para aumento das atracções foi o início da exploração do pré-sal em águas espírito-santenses, em 2010. Nesse ano, os navios de apoio offshore corresponderam a 18% da receita do complexo portuário de Vitória, indicativo da importância econômica do pré-sal e, visto o tamanho da reserva de hidrocarbonetos encontrada¹²⁸, a necessidade de apoio às atividades de extração em alto-mar aumentará e será duradoura.

O cenário para o comércio exterior foi favorável em 2011, o Brasil alcançou o superávit de R\$ 29,79 bilhões, valor 47,83% maior do que o registrado em 2010. Os portos brasileiros movimentaram aproximadamente 80,25% do comercializado entre o Brasil e o mundo – apesar da precariedade da logística brasileira¹²⁹. O Porto de Vitória retomou o crescimento que se manteve até o final de 2012, quando o benefício fiscal que impulsionava o porto foi abruptamente

128 Central Intelligence Agency (2013) e Blog da Petrobras Fatos e Dados (2012a e 2012b).

129 DERTES (2009).

interrompido. Em 24 de maio desse mesmo ano o Senado Federal confirmou a unificação do ICMS e o fim da disputa através de isenção fiscal entre os entes da federação. Isso extinguiu o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), um benefício fiscal e um mecanismo de incentivo financeiro voltado para o incremento do comércio exterior em vigor há 41 anos no estado.

Após o término do benefício, muitas empresas deixaram o estado. Conforme o esperado, houve queda na importação no primeiro trimestre de 2013, 23,39% comparado com mesmo período de 2012, maior redução registrada entre os estados da Federação¹³⁰. Isso demonstra a ineficiência do sistema portuário do estado em atender a demanda e, desde 2009, o governo reconhecia que o complexo portuário de Baía de Vitória estava obsoleto, praticamente funcionando por falta de opção. Reconhecendo as limitações, prevendo a queda de produção e tentando melhorar a qualidade dos serviços prestados, em 2012 a CODESA contratou a DTA Engenharia para o desenvolvimento de um projeto conceitual para a elaboração de projeto básico de um novo complexo portuário na costa do Espírito Santo e a companhia iniciou a dragagem e a derrocada da Baía de Vitória para permitir movimentação de cargueiros com maior calado.

A dragagem do Porto de Vitória é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - e apoiada pelo Governo Estadual. O objetivo do projeto é proporcionar maior segurança na movimentação das embarcações e aumentar o acesso de embarcações maiores. O Canal de Acesso, a Baía de Evolução da baía e os Berços de Capuaba e os Dolfins de Atalaia terão 14 metros de profundidade,

130 Dados do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex).

permitindo que navios Panamax trabalhem com carga máxima (DERTES, 2009). Os navios Panamax são cargueiros considerados de tamanho médio e possuem essa denominação devido ao canal do Panamá. Eles têm no máximo 320,04 metros de comprimento, largura de 33,53 metros e 12,56 metros de calado. São as dimensões máximas para a passagem de um navio no canal do Panamá com segurança e a influência do canal para o comércio mundial dita o tamanho da maioria dos cargueiros do mundo¹³¹.

Após a finalização da dragagem e da derrocada, o acesso de navios de grande porte ainda não ocorrerá, o limite ficará restrito a 242 metros de comprimento, pois os trabalhos não alargarão o canal de acesso e a bacia de evolução, resultando, somente, no aprofundamento do calado máximo de 10 metros para 12,5 metros, independente da maré, o que dará uma breve sobrevida para comercialização internacional ao porto de 15 ou 20 anos¹³². Após esse período restará ao Porto de Vitória atividades de cabotagem, pois os navios pós-Panamax, que logo dominarão o transporte marítimo de mercadorias, atingem calado de mais de 15 ou 16 metros.

Em breve, os portos públicos do Espírito Santo estarão fora das rotas comerciais marítimas internacionais e essa é a razão da proposta do porto de águas profundas em Vila Velha. Os únicos portos que conseguem operar razoavelmente no Espírito Santo e podem receber navios de maior calado são os privados, porém estão sobrecarregados e incapazes de movimentarem maior volume. A situação não surpreende, pois é um reflexo do que acontece em todo o Brasil: a falência pública da logística portuária, que resulta em portos independentes espalhados pelo litoral, causando maior

131 Segundo Maritime Connector. Acesso em 12 out 2013.

132 Dizeres de Eduardo Prata, Superintendente de Projetos da CODESA.

impacto ambiental e menor sinergia das atividades.

Como solução inicial para o problema portuário do Espírito Santo, foi proposta a criação de um novo porto em Praia Mole, no município de Serra, veemente barrado por grandes companhias que operam em consórcio no local (ArcelorMittal, Gerdau, Vale e Usiminas). Ocorrendo o bloqueio, o projeto da DTA apontava Vila Velha como a segunda melhor opção, então se deu o início à disputa política.

Figura 134: Carta da Intersindical da Orla Portuária
do Espírito Santo para o Presidente da CODESA

Requisita fidelidade ao estudo da DTA Engenheira sobre o melhor local para a implantação de um novo porto de águas profundas. A carta está anexa ao processo administrativo disciplinar do MPES sobre o “Desenvolvimento de Projeto Conceitual para tomada de decisão referente à elaboração de Projeto Básico de um Novo Complexo Portuário na Costa do Espírito Santo”,
GAMPES no 035.12.13.143302-2.



Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo.
Avenida República, 1. Centro Vitória, Espírito Santo, CEP 29020-620

PE 3231 / 2012 Fls. 06 Protocolo

Vitória, 23 de outubro de 2012.

Ao Ilustríssimo Senhor
Cloves Lascosque

Presidente da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA.

RESOLUÇÃO Nº 5669, de 11/10/12

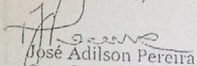
A INTERSINDICAL DA ORLA PORTUÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, entidade que congrega os Sindicatos dos Trabalhadores da Orla Portuária do Espírito Santo, vem manifestar sua posição política, para parabenizá-los pela elaboração dos estudos de viabilidade destinados à implantação da expansão do porto público de Vitória, em águas profundas, e dos enormes esforços que a Companhia Docas do Espírito Santo, na qualidade de autoridade portuária constituída, está empreendendo para o desenvolvimento portuário do Espírito Santo.

Os trabalhadores e suas representações junto ao Conselho de Autoridade Portuária vêm enfatizando, perante as autoridades constituídas, acerca do fenômeno da containerização que está a exigir vultosos investimentos em modernos terminais deste tipo de cargas, em decorrência das rápidas mudanças dos modais de transporte e da transformação do perfil mundial da frota de navios porta-contêineres, a exigir portos com maiores profundidades, novos equipamentos e estruturas intensivas em tecnologia da informação.

Temos a plena certeza que a razão irá imperar sobre as forças contrárias que tentam impedir a modernização dos portos públicos do Espírito Santo, com argumentos falaciosos e obsoletos de se construir um porto-indústria, para atender a somente uma planta industrial situada fisicamente dentro do porto, ao invés de um porto, de uso público, que possa atender a várias indústrias e usuários que poderão se localizar no entorno desta infra-estrutura ou, ainda, àqueles situados no centro-oeste brasileiro, cujos portos capixabas são suas portas naturais.

Neste momento em que a União demonstra a sua clara intenção de investir maciçamente em infraestrutura econômica, a repartição territorial do poder entre os entes federados não pode se tornar impeditiva do desenvolvimento de ações coordenadas de mais de um nível de governo, mas concretizada através do aumento da capacidade de resposta dos mecanismos de uma maior coordenação interfederativa para a construção e gestão compartilhada destes grandes investimentos.

Cordialmente,


José Adilson Pereira

Coordenador da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo.

é o melhor local por ser um ambiente já degradado e começou a tentar reverter o bloqueio das grandes empresas¹³³, apoiado pela Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo, entidade que congrega os Sindicatos dos Trabalhadores da Orla Portuária do Espírito Santo (Figura 142).

No sentido contrário, o prefeito à época, Neucimar Fraga, começou a advogar pela instalação do porto em Vila Velha, próximo a Grande Terra Vermelha, associando a ele indústrias metal-mecânicas e um aeroporto de cargas, e o governador Casagrande o acompanhou e atendeu o interesse das grandes companhias - uma demonstração de como o poder econômico supera o político. A probabilidade de instalação de um porto em Vila Velha, era inexistente durante o conflito entre o ex-prefeito Max Filho e o ex-governador Paulo Hartung, este que impedia qualquer favorecimento à cidade onde Max possui seu colégio eleitoral.

Condições

Os defensores do Parque Natural Municipal de Jacarenema encontram-se com poucos recursos e espaço de ação para lidarem com os desafios. Embora existam vários passivos, estes são os principais: a violência política na formulação do PDM¹³⁴, o crescimento urbano do município, a expansão da Grande Terra Vermelha e a realocação de pessoas instaladas em locais impróprios (alagáveis), dentro da própria área de Grande Terra Vermelha. Sobre essas questões, a

133 Divulgado, a pedido do prefeito, no próprio site da prefeitura à época.

134 Atribui-se o termo “violência política” às atitudes tomadas pelos políticos na formulação do PDM, pois além de não haver participação popular na formulação da lei e de acontecer degradação do meio ambiente, as decisões tomadas, sabidamente, intensificam o problema dos alagamentos na cidade, piorando a qualidade de vida do cidadão.

influência dos ambientalistas e dos ativistas pelo bem-estar de Vila Velha é muito pequena.

Exposta a situação, nota-se que a mídia, a classe política e o empresariado não se tornarão aliados na defesa do Parque. É possível provocar maior número de reportagens, conseguir patrocínio - embora modesto - com empresários capixabas para execução de projetos de conservação de Jacarenema e até envolver alguns políticos da oposição na conservação de Jacarenema (principalmente do PT). Porém, não será possível criar uma força significativa, capaz de impedir o ambicioso movimento desenvolvimentista em curso, relacionando-se apenas com os atores do estado.

Faz-se necessário reconhecer que os ambientalistas eram ignorados antes da última grande chuva e, embora tenham ganhado mais espaço com as chuvas de dezembro de 2013, as forças que os deixavam em isolamento político não se alteraram. Os espaços disponibilizados pelo poder público para participação deles - como o conselho de Jacarenema - não influenciam decisões, como, por exemplo, a respeito do PDM ou sobre a instalação do porto de águas profundas; na opinião de alguns ambientalistas, apenas serve para validar as atitudes do executivo ou, em outras palavras, eles são usados para legitimar atos que possivelmente não deveriam ocorrer.

De fato, as apreciações que acontecem nos conselhos têm a participação de membros da sociedade civil organizada - sempre com menor número de votos nas votações - e fortalece as decisões tomadas pelos detentores do poder, contudo, sem satisfazer os anseios ambientalistas. Em suma, a participação dos ambientalistas e dos empreendedores sociais nos conselhos e as outras atitudes que porventura eles desempenham podem até retardar e mitigar o passivo

ambiental gerado por certas decisões políticas e algumas intenções empresariais; porém, são incapazes de bloqueá-las, visto, por exemplo, a consolidação de empreendimentos que muito os desagradaram, como o Riviera Park e o Royal Park Jacarenema, além do grande aterro demonstrado às margens do Rio Marinho na figura 129.

À medida que se distanciou de dezembro de 2013 a situação piorou, uma vez que, aos poucos, a indignação presente na população, causada pelo desastre das chuvas de desse mês, se esvaiu, e aqueles que pretendiam urbanizar toda área de amortecimento da unidade de conservação ficaram livres para tomarem atitudes controvertidas. Pior, em janeiro de 2014 iniciou-se um severo período de estiagem que durou até a publicação deste livro, ou seja, abril de 2017.

Não bastassem essas dificuldades, as entrevistas notaram que a população em geral, das classes mais altas às mais baixas, não sabe o que significa a sigla PDM ou o que é um Plano Diretor Municipal; pior: a maioria foi incapaz de dizer quem eram os vereadores do município (uma pesquisa de janeiro de 2011 mostrou que 55% do eleitorado não lembrava em quem votou nas eleições de 2008)¹³⁵. Essa ignorância colabora para a desordem na lei definidora do uso e da ocupação do solo.

Mesmo que a mídia seja mais mobilizada, a maioria das matérias que tratam sobre o uso e a ocupação do solo exibem no título a sigla “PDM”, fugindo do alcance intelectual da maioria. Seguem exemplos de títulos criados por diferentes jornais:

Gazeta Online: Ministério Público entra com ação contra mudanças no PDM de Vila Velha

135 Pesquisa realizada pelo Instituto Futura em outubro de 2010, nomeada de “Eleições 2012”.

ES Hoje: PDM de Vila Velha recebe dois votos a favor e pedido de vista interrompe votação

Folha Vitória: Dois votos no Tribunal de Justiça para liberar PDM de Vila Velha

Século Diário: Julgamento da Adin do PDM de Vila Velha é novamente adiado

Por reconhecer a ignorância a respeito do PDM e a importância de conscientizar a população, o FPDVV criou uma cartilha explicativa sobre o PDM, em 2011, quando a primeira transgressão da lei se consolidou (Neucimar Fraga sancionando a Lei nº 5.155/2011). No entanto, a cartilha não teve ampla divulgação e é difícil encontrá-la, mesmo quando se pesquisa sobre o tema. Logo, os vilavelhenses continuam desconhecendo o assunto e, somadas a atual circunstância, as condições para defesa de Jacarenema são pequenas.

Projeções

Após observar as pressões e os interesses, percebe-se que o desenvolvimento urbano da cidade é inevitável. Mesmo que agora não exista por definitivo, mais cedo ou mais tarde, um novo PDM será estabelecido e o poder público continuará a estimular a urbanização de forma irresponsável e à revelia da lei – esse sempre foi o *modus operandi*. Assim, novas vias serão criadas, haverá asfaltamento e perda da permeabilidade do solo, e a indústria da construção civil ocupará novas áreas e lançará novos empreendimentos. Portanto, a malha urbana se direcionará para Jacarenema e a urbanização já existente na sua zona de amortecimento do Parque se expandirá.

Não é possível prever o futuro PDM de Vila Velha e as transformações que ele sofrerá. Porém, exposto o imbróglio e como ele decorreu, espera-se uma conduta inadequada recorrente

da maioria dos vereadores, quaisquer quem eles sejam, uma vez que, salvo exceções, eles nunca tiveram o respeito à lei. A simbiose entre a classe política e a empresarial, da forma que acontece, e a pouca cobertura da mídia, colocou o judiciário como o único elemento a impedir a extinção do Parque. Será que ele manterá essa postura sempre?

Difícilmente haverá retrocesso ao PL nº 034/2006 - criado por Max Filho e com envolvimento popular - para criação de um novo PDM. Mesmo se houver, ou criarem um novo projeto de lei para o PDM com participação popular, certamente distorções ocorrerão no processo legislativo. As fortes chuvas de dezembro pressionaram o executivo municipal, visto o decreto proibitivo para a construção em áreas mais sensíveis ambientalmente; aparentemente, não há risco próximo de extinção da Jacarenema, mas sua área de amortecimento será degradada.

A Grande Terra Vermelha seguirá se expandindo e os loteamentos locais se consolidarão, ainda, outros virão. A construção de residências no Riviera Park e no empreendimento da Teixeira Holzmänn está se consolidando e isso representa uma derrota para os ambientalistas, pois demonstra a incapacidade deles de alcançar o que querem. A densidade demográfica da região provavelmente continuará aumentando e, caso ocorra o superporto, ela crescerá ainda mais e de forma muito maior, o que é um risco para Jacarenema e para a qualidade de vida em Vila Velha, pois a organização do desenvolvimento urbano no suposto local de instalação do porto é insatisfatória e impactará a pífia macrodrenagem da cidade.

Agravando, os habitantes da Grande Terra Vermelha são, certamente em quantidade, os moradores de Vila Velha com menor grau de escolaridade, menor capacitação profissional e, mesmo com

a proximidade do local escolhido para instalação do porto, serão pouco beneficiados com os postos de trabalho. Luiz Cláudio Ribeiro, professor e historiador da Universidade Federal do Espírito Santo, afirmou esse entendimento em audiência pública promovida pelo FPDVV sobre o tema, no dia 7 de novembro de 2013, e ressaltou que a ausência de infraestrutura e os bolsões de pobreza ampliarão caso esse empreendimento seja consolidado¹³⁶.

Salvo o período de construção, quando mão de obra pouco qualificada será demandada, poucos cargos serão ocupados por aqueles que ocupam as menores camadas sociais enquanto o porto estiver sendo concluído; os intensos problemas sociais da região serão agravados, podendo até mesmo retardar os efeitos das políticas de erradicação das palafitas. Pode-se repetir o ocorrido no município de Serra, uma instalação de indústrias resultando na atração exacerbada de pessoas que desencadeará violência¹³⁷.

Entre 1970 e 2000, a população de Serra aumentou 1.858%¹³⁸ e, nos setes anos seguintes, apresentou uma taxa média de 102,4 homicídios em 100 mil habitantes, de acordo com uma série histórica de estudos realizados pelo Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e organização da sociedade civil organizada¹³⁹.

Essa taxa regional consegue superar as taxas de homicídios dos países mais violentos do mundo¹⁴⁰. Não obstante, o porto pode gerar outras mazelas sociais, segundo uma pesquisa sobre o Porto Indústria de Suape¹⁴¹, em Pernambuco: o crescimento

136 Cometti (2013).

137 Hantequeste et al (2008), Mattos (2013).

138 Siqueira (2001).

139 Hantequeste et al (2008) e Wailselfisz (2008).

140 Wailselfisz (2008).

141 Araújo (2011).

do Porto Indústria de Suape influenciou, mesmo indiretamente, a prostituição infanto-juvenil da comunidade em sua área de influência. Através de entrevistas, com crianças e jovens praticantes de prostituição, a pesquisa percebeu que 63,63% daqueles que as exploravam sexualmente eram trabalhadores do porto de Suape. Não só, 90,90% das entrevistadas começaram a se prostituir em 2009, ano marcante, quando o Suape contribui consideravelmente para o crescimento do PIB pernambucano, estado que o tem como um dos pilares econômicos. Metade das entrevistadas nessa pesquisa recebia, em 2011, entre R\$ 10 e R\$ 15 por programa. Percebe-se que as palavras do vereador Arnaldinho Borgo, estão bem distantes da realidade.

Um número considerável de estudos comprovou a ligação entre o desenvolvimento econômico e a frequência de crimes. Os países com maior diferencial salarial são pelo menos quatro vezes mais prováveis de serem afetados por crimes violentos do que sociedades equitativas¹⁴². Nesse sentido, é importante ressaltar que a distância entre as palafitas da Grande Terra Vermelha e os prédios milionários da Praia de Itaparica não superam cinco quilômetros: a construção do superporto fomentará o aumento populacional de uma região paupérrima e, em parte, construída em área natural de alagamentos, próxima à riqueza e às edificações incoerentes com o padrão de vida da maioria da população vila-velhense.

É sabido que a intensificação dos problemas sociais constrói um possível ciclo de pobreza, com gravidez precoce se tornando frequente e, por consequência, afasta as mulheres das salas de aula e diminui a renda per capita familiar, o que influencia a qualidade de vida dos filhos e as oportunidades que eles terão. As jovens gestantes

142 UNODC (2011).

encontram problemas ao contarem da gravidez para a família, o que resulta em omissão da gestação e acompanhamento pré-natal tardio, aumentando a possibilidade de problemas evitáveis e o nascimento de bebês pouco saudáveis¹⁴³.

A construção do porto de águas profundas será benéfica para o estado, porém desastrosa se construída em Vila Velha. Não obstante o impacto social, que elevará o grave problema de segurança pública da cidade, isso implicará em consequências ambientais. A pressão de caça e de pesca na unidade de conservação aumentará, o despejo de esgoto doméstico e industrial idem, e certamente novas pessoas viverão dentro da área natural de inundação do Rio Jucu, impermeabilizando-a e intensificando a inundação dos corpos d'água e os alagamentos no restante do município.

Esse crescimento da malha urbana acarretará mais problemas de mobilidade, que muitas vezes ocorrem quando chove, ao ponto, talvez, de não serem mais necessárias fortes chuvas para ocasionar uma falência logística. Além disso, casas serão invadidas pela água nos períodos chuvosos em maior quantidade; do mesmo modo serão danificados carros e a cidade, muito violenta, tornar-se-á ainda mais hostil para a maioria dos moradores. Caso se concretize a industrialização outrora almejada para a Vila Velha, essas adversidades se ampliarão ainda mais e as balneáveis praias - o principal atrativo turístico e gerador de bem-estar da cidade - ficarão comprometidas e o Parque de Jacarenema sofrerá uma contaminação química ainda maior.

143 Nader e Cosme (2010).

Alternativas

Perante o exposto, várias são as ameaças e as limitações para a proteção do Parque Natural Municipal de Jacarenema. Em curto prazo, algumas medidas podem retardar ou mitigar os passivos ambientais presentes e previstos, porém, nenhuma ação garantirá a existência da unidade de conservação, muito menos da sua área de amortecimento, sem o envolvimento da população.

Embora os vila-velhenses não saibam o que é um PDM, eles vivem os transtornos causados pela chuva e todos, das classes mais baixas às mais altas, sabem a influência da urbanização e do crescimento desordenado da malha urbana nos alagamentos da cidade. O que não os instruíram, ou eles, em maioria, não conseguem perceber por si só é o fato da planície de inundação do baixo Rio Jucu - presente na zona de amortecimento da unidade de conservação - ter, para a cidade, a função de receber, armazenar e absorver um grande volume de água quando chove e, por isso, diminuiu os alagamentos e as inundações do município.

A planície de inundação do Rio Jucu presta esse serviço ambiental para o município de Vila Velha. Uma vez que ela seja impermeabilizada, os bairros que mais sofrem com as precipitações pluviométricas - Guaranhuns, Vila Guaranhus, Bairro Darly Santos, Pontal das Garças, Praia das Gaivotas, Jockey de Itaparica, Ilha dos Bentos, Nova Itaparica e Santa Mônica - passarão por alagamentos e as mazelas trazidas por eles em proporções maiores e negativamente não são mensuráveis. Três dias depois de cessadas as fortes chuvas de dezembro de 2013, os alagamentos nesses bairros registravam cerca de um metro de altura¹⁴⁴ e demoraram dias para desaparecer, motivo que levou o ex-prefeito Rodney Miranda a rasgar a praia do Parque.

144 Gazeta Online (2013d).

O número de eleitores nesses bairros é o suficiente para eleger alguns vereadores. Inclusive, Arnaldinho Borgo, Rogério Cardoso e Andinho são bem ligados a eles. Borgo foi eleito pelo bairro Praia das Gaivotas, Cardoso adquiriu seu mandato com o apoio dos moradores de Santa Mônica e Andinho possui eleitores em Ilha dos Bentos e Guaranhuns. Se a população desses bairros for corretamente informada sobre como esses parlamentares desconsideraram a planície de inundação do Rio Jucu na hora de votarem o PDM e as consequências desse descaso para a vida dela, eles terão dificuldades para serem reeleitos; ainda mais, permitirá que seus concorrentes utilizem a proteção de zona de amortecimento de Jacarenema como vantagem perante seus adversários, possível, assim, que os desejos dos conservacionistas se transformem em políticas reais.

Esses 10 bairros podem eleger até mais do que 3 vereadores e, dessa maneira, garantir mais votos nos momentos de decisão do PDM. Porém, isso só ocorreria se todos os moradores desses bairros fossem adequadamente informados sobre o papel da área natural de inundação do Rio Jucu na diminuição dos alagamentos das suas respectivas ruas e casas e a importância da proteção legal do Parque para se evitar que aterrem e impermeabilizem o solo nessa região. Ainda seria necessário que eles fossem informados sempre que alguma votação a respeito do PDM ocorresse.

A área natural de alagamento do baixo Rio Jucu estará resguardada de urbanização enquanto a zona de amortecimento de Jacarenema existir. Esta, por sua vez, depende da proteção legal do Parque - algo que o governo de Neucimar Fraga e o do Governador Renato Casagrande possivelmente tentaram desfazer.

É necessária uma nova estratégia para defesa de Jacarenema e se evitar esse tipo de comportamento político. Ela envolve o diálogo

com a população, algo que os ambientalistas (até o momento) não conseguiram realizar satisfatoriamente. É preciso evitar o amadorismo e envolver profissionais de comunicação capazes de cativar os munícipes.

Mesmo que os citados bairros sejam os mais críticos tratando-se dos alagamentos na cidade, tantos outros são acometidos pelo mesmo problema, de tal forma que, a partir das últimas chuvas, todos os políticos a se candidatarem obrigatoriamente terão que propor soluções para os alagamentos. Reconhecendo a baixa cota altimétrica do município, as obras de engenharia e as estações de bombeamento, que porventura sejam propostas como soluções para os alagamentos, não serão capazes de evitar os problemas de drenagem em uma geografia tão delicada. Portanto, deve-se evitar que essa mentira seja bem recepcionada pela população.

Sabendo dos poucos recursos, reconhecendo a necessidade de envolver o maior número de pessoas possíveis, observando a presença dos líderes comunitários e dos moradores interagindo e questionando sobre os problemas dos seus bairros pelas redes sociais, percebe-se que a internet é a melhor opção para disseminar que Jacarenema e seu entorno tem a função de absorver as águas das chuvas e que ela é necessária para a boa qualidade de vida dos vila-velhenses.

Apenas a divulgação dessas informações nas redes sociais, não associadas a instrumento(s) atrativo(s) (como vídeos, gifs, imagens e músicas) e sem a ajuda de pessoas familiarizadas com a propagação de dados nas redes não será suficiente. Neste momento são necessários profissionais de comunicação para criar mídias envolventes, e os habituados com as redes sociais para propagar o material produzido pelos diversos meios disponíveis. Muitos vídeos criados por ONGs demonstraram ser capazes de rapidamente se disseminarem pela

internet e provocar reações na sociedade. Em 2014, com o valor de 2.000 reais, uma página do Facebook acompanhada por 1.500 pessoas é capaz de exibir uma postagem para um público de 230 mil a 380 mil indivíduos.

É possível direcionar quem irá visualizar a postagem e, entre as opções, pode se escolher os moradores de uma determinada cidade, o que é ótimo para essa alternativa. Vila Velha possui cerca de 290 mil eleitores e a postagem de um vídeo viral* nessas condições, com impulsão patrocinada, alcançar-se-ia um número de eleitores capazes de eleger um prefeito.

O ideal seria a elaboração de uma série de cerca de cinco vídeos, de fácil compreensão para todos as pessoas, com as ideias aqui expostas sobre a importância da proteção de Jacarenema para a diminuição dos alagamentos na cidade. A divulgação - patrocinada - deles deveria ser através de uma página no Facebook nas condições explicitadas acima, preferencialmente num ano eleitoral, em etapas diferentes para a discussão se prolongar e forçar a inserção de Jacarenema no debate político.

Vários assuntos podem ser usados para polemizar e estimular o compartilhamento dos vídeos. Por exemplo, a casa do ex-prefeito Vasco Alves, dentro da unidade de conservação (figura 136), pode ser exposta em um dos vídeos, questionando o silêncio a respeito dela e por que o ex-prefeito não respondeu judicialmente por essa invasão. Não faltam fatos relevantes para provocar a sociedade, falta capacidade dos ambientalistas e da oposição política para traduzir tais fatos para uma linguagem simples e propagá-los entre os cidadãos.

A criação desses audiovisuais e o levantamento dessa verba não são difíceis para um partido da oposição e pode se tornar uma

estratégia de campanha. Do mesmo modo, é possível que uma ONG realize uma captação de recursos e consiga apoio gratuito de profissionais para criação desses vídeos. Tal medida é a melhor opção para a conservação de Jacarenema, mas não é a única.

Existem outras cinco atitudes que podem ser tomadas enquanto esse projeto não é executado e também podem ocorrer concomitantemente a ele. A primeira é propor um projeto de lei para a pavimentação de ruas com material que facilite a absorção de água das chuvas, em locais de menor tráfego de veículos. Isso geraria mídia gratuita, provocaria uma reflexão na sociedade e, caso aceito, poderia provocar uma alteração cultural, tornando os vila-velhenses mais conscientes e/ou envolvidos na questão da macrodrenagem municipal.

O político ou empreendedor social que concretizasse essa mudança em certas vias receberia popularidade e prestígio, uma vez que as chuvas de dezembro de 2013 sensibilizaram a população para tal tipo de medida, além de que muitas passagens de Vila Velha ainda não são asfaltadas. A proposta pode soar estranha num primeiro momento, mas o bairro Praia da Costa, considerado o mais nobre da cidade, não possui asfalto em todas as suas ruas, apenas nas principais, e os moradores não se incomodam com esse fato.

Uma segunda alternativa seria advogar para a criação de um centro de visitação no Parque Natural Municipal de Jacarenema, com um museu de imagens e vídeos educativos, mostrando a história da unidade de conservação e como ela interage com a chuva. Já existe verba de compensação ambiental destinada para sanear a irregularidade fundiária existente na área do Parque e a criação do Centro, porém o montante foi penhorado pela justiça para pagamento de dívidas trabalhistas da PMVV¹⁴⁵. Os conselheiros da unidade de

145 Bernardes (2012).

conservação já advogam pela recuperação da quantia e a construção do Centro de visitação, mas, para melhor resultado dessa ação, é preciso associação do Centro com a mensagem ou um slogan como “Jacarenema, o Parque que ajuda na absorção das águas das chuvas”, assim como a Barra do Jucu é associada às festas tradicionais e ao Congo (ritmo musical).

A terceira medida seria iniciar um novo tipo de postura em relação às ações jurídicas produzidas contra os administradores públicos eleitos, visto que Vasco Alves (figura 146) possui uma casa dentro da unidade de conservação e, também, que nenhum gestor público eleito foi condenado por promover mau uso e/ou ocupação indevida do solo do município até o momento (intencionalmente ou não), o que nos faz perceber uma grande impunidade em Vila Velha.

Embora importantes e necessárias, ajuizar essas ações judiciais demanda muito tempo e muita energia¹⁴⁶, e o ataque aos “reis” é pouco frutífero e não precisa ser a única opção jurídica. Iniciar uma “caça aos pequenos bruxos e feiticeiras” pode ser uma estratégia interessante. Toda ação na administração pública é autorizada por um mandante e cumprida por, pelo menos, um funcionário público. Este é obrigado a seguir os princípios da administração pública - da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, e qualquer violação deles ou das normas vigentes pode sujeitar penalidades a ele. Conseguir punir um funcionário público, que violasse os requisitos da função ou as regras dos processos públicos relacionados à Jacarenema, geraria três importantes consequências: mídia espontânea para um problema ambiental, desmotivaria outros funcionários públicos a fazer o mesmo e,

146 O processo de criação de uma ação popular contra a atual administração pública realizada pelo FPDVV, foi acompanhada durante a pesquisa.

principalmente, comprovaria que determinada instituição pública estaria desempenhando papel avesso às suas atribuições.

Figura 135: Vasco Alves



Fonte: Capixabão

Como consequência, acarretaria desgaste de imagem do(s) gestor(es) público(s) e daria mais respeitabilidade ao movimento ambiental. O empreendimento da Chamon sabidamente envolveu a supressão de uma área de reprodução de Goiamum, espécie em estado delicado de extinção, e o técnico da prefeitura responsável pela análise do projeto não manifestou preocupação com o fato nem pediu compensação ambiental, podendo ser um primeiro alvo dessa estratégia – não ter dado a devida atenção foi um erro indiscutível.

A quarta medida é o envolvimento das festas populares da Barra da Jucu na conservação da reserva. Jacarenema faz parte do folclore popular da Barra do Jucu, inclusive é cantada nas músicas das bandas de congo locais, porém os moradores da Barra não possuem força política capaz de repelir as tentativas de extinguir a unidade de conservação, por não formarem uma grande quantidade de votos. Mas eles são capazes de fortalecer a luta em defesa de Jacarenema,

inclusive alguns barrenses compõem o Conselho do Parque e o fazem com extraordinária energia. Se fosse possível envolver alguma festa popular com a caminhada em volta de Jacarenema, criada pelo vereador Zé Nilton, a importância simbólica de Jacarenema aumentaria significativamente.

Figura 147: Fincada do Mastro de São Benedito na Barra do Jucu. É uma festa tradicional dos devotos do Santo Negro, sempre acompanhada por bandas locais de Congo, ritmo musical característico do local



Fonte: Acervo de Fábio Canhim

A quinta e última medida é a produção de um material a ser entregue aos promotores e jornalistas, com o propósito de facilitar a ação desses profissionais em prol de Jacarenema. O mesmo deve ser simples, livre de jargão técnico, dotado de números e estatísticas relevantes, apresentando os expoentes da biodiversidade local

(explorando os animais carismáticos, como a lontra) e com imagens da reserva que inspirem a conservação da mesma. Mais importante é esse produto apresentar uma compilação de estudos de caso dos efeitos do desrespeito à fragilidade ambiental em cidades mundo afora em mesma circunstância de Vila Velha, denotando os prejuízos ao erário público. Essas medidas são necessárias, porém, apenas porque a ocupação do solo de Vila Velha não respeita a legalidade, a moralidade nem os próprios moradores.

O material deve ser entregue às pessoas indicadas e disponibilizado na internet para facilitar a consulta por interessados na conservação do Parque. O ideal seria a existência de um número de telefone a ser entregue para os jornalistas e os promotores, para que eles pudessem fazer rápidas consultas no momento que precisassem. Dado que os jornalistas possuem pouco tempo para finalizar suas matérias e os promotores trabalham sobrecarregados, isso seria um apoio muito bem recepcionado por eles.

De forma mais simples, um resumo de tudo que foi dito:

Orientação do Problema - Resumo

Esclarecimento dos objetivos

A população se incomoda com a macrodrenagem municipal e o poder constituído claramente almeja expansão da malha urbana - de forma a ameaçar a unidade de conservação. O conhecimento a respeito da hidrografia do município e como a pavimentação do solo afeta a macrodrenagem deve ser inserido no cotidiano dos munícipes.

Tendências

São duas as maiores pressões que impulsionam o crescimento urbano em direção a Jacarenema: o crescimento da população de Vila Velha e a instalação de um porto de águas profundas no município.

Condições

O conflito resulta da coalizão entre empresários e políticos e os seus interesses - mesmo que distintos - de crescimento do município. Os ambientalistas são incapazes.

Projeções

A unidade de conservação será mantida, porém a zona de amortecimento e a macrodrenagem do município será amplamente comprometida.

Alternativas

- Criação de vídeo “viral” sobre a relação de Jacarenema e a hidrografia do município;
- Projeto de lei sobre pavimentação favorável a drenagem de água;
- Criação de um centro de visitação no Parque Municipal

de Jacarenema, com um museu de imagens e vídeos educativos, mostrando a história da unidade de conservação e como ela interage com a chuva;

- “Caça aos pequenos bruxos e feitiçeras”;
- Envolvimento das festas populares da Barra do Jucu na conservação da reserva;
- Produção de um material a ser entregue aos promotores e jornalistas.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. da G. **Perfil no LinkedIn**. [s.d.]. Acesso em: 12 jul 2013.

ABE, A. T. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ACQUATOOL CONSULTORIA. **Elaboração dos estudos para desassoreamento e regularização dos leitos e margens dos rios Jucu, Formate e Marinho na região metropolitana da Grande Vitória**. Relatório final de consolidação. 2009.

AGÊNCIA ESTADO. Filho do governador Ivo Cassol é transferido para ES. **Site do Estadão**. 09 abr. 2008.

ANA - Agência Nacional de Águas. **Atlas Brasil de abastecimento urbano de águas**. Site do Atlas Brasil da Agência Nacional de Águas. 2010.

ALMEIDA, J. L. de; SOUZA, A. G. de. **O processo de parcelamento do solo no distrito da Barra do Jucu**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1985.

ARAÚJO, D. S. D. Restingas: Síntese dos Conhecimentos para a Costa Sul - Sudeste. In: I Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira, ACIESP, 1987, São Paulo. **Anais do simpósio**. Síntese dos Conhecimentos. p.333 - 347.

Marcelo Sathler

ARAÚJO, D. S. D.; HENRIQUES, R. P. B. Análise florística das restingas do Estado do Rio de Janeiro. In: Lacerda, L. D. de *et al.* (Orgs.). **Restingas: Origem, Estrutura e Processos**. Niterói: CEUFF, 1984, p.159 - 193.

ARAÚJO, M. de A. Impactos Sociais do Porto de Suape: O Caso da Exploração Sexual na Praia de Gaibu-PE. Monografia (Curso de Especialização em Getão Pública Municipal). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Economia, 2011.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 12267** - Normas para elaboração de Plano Diretor. Rio de Janeiro, 1990.

ASEVILA - Associação dos Empresários de Vila Velha. Asevila entrega para Prefeitura de Vila Velha o Plano Estratégico 2013-2016. **Site da Associação dos Empresários de Vila Velha**. 2013.

_____. **Histórico**. 2009. Site da Associação dos empresários de Vila Velha.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha** – diretrizes de projetos. Vila Velha, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DA COSTA. Presidente da Câmara de Vila Velha participa de audiência na sede da AMPC. **Jornal Praia da Costa**. Jul. 2007, ano 09, nº 115.

AULER, Marcelo. PF prende presidente do TJ do Espírito Santo e mais sete. **Site do Jornal Estadão**. 09 dez. 2008. 2008b.

_____. Procuradoria do ES denuncia 21 acusados na Operação Titanic. **Site**

do Jornal Estadão. 11 abr. 2008. 2008a.

AZEVEDO, J. S. G. **Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e RMS:** uma abordagem de longo prazo. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 10, n. 1, p. 49-67, julho 2000.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Programa BNDES ProCopa Turismo financiará com R\$ 20,3 milhões hotel Íbis em Botafogo (RJ). **Site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** 22 nov. 2010.

BASTOS, M. de N. do C. **A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras.** Repositório Museu Goeldi. 1995.

BERNARDES, F. Jacarenema sob pressão: dinheiro destinado à compensação ambiental sai da conta sem autorização. **Jornal Online Século Diário.** 10 set. 2012, atualizado em 11 set. 2012.

_____. MPES afirma que lei sancionada por Rodney repete artigos inconstitucionais do PDM. **Jornal On-line Século Diário.** 10 set. 2013, atualizado em 14 set. 2013. 2013c.

_____. MPES instaura inquérito contra presidente da Câmara de Vila Velha. **Jornal Online Século Diário.** 17 set. 2013, atualizado em 26 set. 2013. 2013b.

_____. TJES barra embargo e mantém Adin que suspende PDM de VV. **Jornal Online Século Diário.** 06 jun. 2013, atualizado em 11 jun. 2013. 2013a.

_____. Vale e Cepemar vão estudar erosão nas praias de Vitória (ES). **Jornal Online Século Diário**. Vitória. 03 abr. 2008.

BERTOLOTO, R. F.; MELLO, J. C. C. B. S. Eficiência de portos e terminais privativos brasileiros com características distintas. **Journal of Transport Literature**, v. 5, n. 2, p. 4-21. 2011.

BONAVIDES, P. Ciência Política. 19ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

BORGNETH, F. Ricardo Ferraço afirma que sua decisão de apoiar Casagrande é irreversível. **Site Leia-se**. 3 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Site do Planalto**, Brasília, 10 jul. 2001.

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Site do Planalto**, Brasília, 18 jul. 2000.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Site do Planalto**, Brasília, 10 jul. 2001.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução normativa nº 003 de 26 de maio de 2003**. 2003.

_____. **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007. 176 p.

_____. **PAC 2: oitavo balanço**. Mai-ago 2013.

_____. Portaria nº 151 de 23 de dezembro de 2013. Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial da União**, [S.I.], 24 dez. 2013, nº 249, p. 63.

BRIBI, R. Rodovia do Sol ganha 2 mil lotes em condomínios de luxo. **Jornal Gazeta Online**. 24 fev. 2012.

CARNELLI, P. R. **Perfil no LinkedIn**. [s.d.]. Acesso em: 24 mai 2014.

CELANTE, S.; SATHLER, M; DA-SILVA-ROSA, T. Histórias de vida no resgate da história da ocupação do solo de Vila Velha (ES). XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, 2015.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. 01 jan. 2013. Acesso em: 03 mar 2014.

CEPEMAR. **Relatório de impacto ambiental da dragagem de aprofundamento do complexo portuário de tubarão – VALE**. Relatório Técnico CPM RT 008/10. Vitória. 2010.

_____. **Relatório de impacto ambiental do projeto da 4ª usina de pelotização em ponta de Ubu, ES – Samarco Mineração s/a**. Relatório Técnico Final CPM RT 409/09. Vitória. 2009.

_____. **Relatório de impacto ambiental do terminal industrial - IMETAME.** Relatório Técnico CPM RT 395/11. Vitória. 2011.

COMETTI, A. Duda da Barra propõe estações de bombeamento como contrapartida para superporto. **Jornal Online Século Diário.** 20 fev. 2014, atualizado em 26 fev 2014. 2014a.

_____. Fórum em Defesa de VV promove novo debate sobre superporto. **Jornal Online Século Diário.** 24 nov. 2013, atualizado em 29 nov. 2013. 2013.

_____. Julgamento da Adin do PDM de Vila Velha recomeça com retrocesso. **Jornal Online Século Diário.** 27 mar. 2014, atualizado em 04 abr. 2014. 2014b.

COSER, D. P. Vila Velha ganha mais um shopping para chamar de seu. **Jornal The Brazilian Post Online.** 30 nov. 2012.

DEINA, M. A. **Alterações hidrogeomorfológicas no baixo curso do Rio Jucu (ES).** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DEINA, M. A.; COELHO, A. L. N. Zoneamento e Análise das Consequências Socioambientais das Áreas Inundáveis no Baixo Jucu em Vila Velha (ES) com emprego de Imagens Temporais CBERS-2B/CCD. In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, 2013, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos do XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR.**

DERTES - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo. **Plano Estratégico de Logística e de Transportes do Espírito Santo.** Componente Portuário. 5 vol. Novembro de 2009.

DEPS, P. D. *et al.* **Aspectos epidemiológicos da transmissão da hanseníase em relação à exposição ao tatu.** *Hansenologia Internationalis*, Bauru, SP, vol. 28, nº 2, p. 138-144, 2003.

_____. **Contact with armadillos increases the risk of leprosy in Brazil: A case control study.** *Indian J Dermatol Venereol Leprol*, jul.-ago. 2008. Vol. 74.

DTA ENGENHARIA. **Desenvolvimento de projeto conceitual para tomada de decisão referente à elaboração de projeto básico de um novo complexo portuário na costa do espírito santo.** Cliente: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)/ Secretaria de Portos (SEP), 2012.

ENVIRONLINK. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Jacarenema, Vila Velha/ES.** Cliente: Nisibra – CIA Brasileira de Suply Base / Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vila Velha – SEMMA, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Ata da septuagésima sexta sessão ordinária da décima sétima legislatura. **Site da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.** 29 ago. 2011. 2011a.

_____. Decreto nº 012/09. Aprova o desmembramento de áreas e o plano de loteamento “Green Village”, situado na baixada de Guaranhuns, neste município, a requerimento de Antônio Cláudio Diniz de Oliveira Santos. **Diário Oficial dos Poderes do Estado.** Vitória, 04 fev. 2009, p. 5.

_____. Decreto nº 2924-S, de 23 de dezembro de 2013. Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência, as áreas do Estado

afetadas por encurradas -1.2.2.0.0 (COBRADE) e dá outras providências.

Diário Oficial dos Poderes do Estado.

_____. Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

Licenciamento Ambiental de Grandes Projetos no Espírito Santo. 21 dez. 2009.

_____. Lei Complementar nº 318/2005. Reestrutura a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT, autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - FUMDEVIT e dá outras providências. **Site da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.** 18 jan. 2005.

_____. Ministério Público do Espírito Santo. **Petição Inicial de Ação Civil Pública** com sustentáculo na função instrumental - Inquérito Civil nº 004/2013 (registrado no MPES com sob nº. 035.12.13.039004-4). Vila Velha, ES, 02 out. 2013, 2013a. 45 p.

_____. Ministério Público do Espírito Santo. **Petição Inicial de Ação por Ato de Improbidade Administrativa** com sustentáculo na função instrumental - Inquérito Civil nº 006/2013 (registrado no MPES com sob nº. 035.12.13.047023-3). Vila Velha, ES, 05 set. 2013, 2013b. 20 p.

_____. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ação direta de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 5.155, de 09 de agosto de 2011, do Município de Vila Velha, que alterou a Lei Municipal nº. 4.575/2007, Plano Diretor Municipal. Vitória, 15 de setembro de 2011. **Site do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.** 2011b.

ESPÍRITO SANTO. Lei Estadual nº 5.427/1997. Dispõe sobre a criação da

reserva de Jacarenema. **Site da Assembleia Legislativa do Espírito Santo**. Vitória, 28 jul. 1997.

ESTAÇÃO DA NOTÍCIA. Cassol defende o filho. **Site Estação da Notícia**. 07 abr. 2008.

ESTADÃO. Entre o crime organizado e o crack. **Site do Estadão**. 8 nov. 2009.

FACHETTI, Eduardo. Max Filho (PSDB): Fui treinado no deserto, sem ajuda do governo. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 02 ago. 2012, atualizado em 24 ago. 2012.

_____. Quem são os vereadores campeões de faltas? **Jornal Gazeta Online**. 7 ago. 2011.

_____. Rodney demite filho de Carlini e contrata filho de Vidigal. **Jornal Gazeta Online**. 14 mai. 2013. 2013b.

_____. Rodney Miranda nomeia parentes de vereador. **Jornal Gazeta Online**. 17 jan. 2013, atualizado em 17 jan. 2013. 2013a.

Fatos e Dados. Petrobras anuncia descoberta no Espírito Santo. **Blog Fatos e Dados da Petrobras**. 11 jul. 2012. 2012a.

_____. Petrobras distribuidora comemora marca histórica. **Blog Fatos e Dados da Petrobras**. 03 abr. 2012. 2012b. FERNANDES, Vilmar. Justiça vai avaliar prejuízo ambiental do PDM de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 15 set. 2011.

FOLHA VITÓRIA. Dois votos no Tribunal de Justiça para liberar PDM de Vila

Velha. **Folha Vitória Online**. 27 mar. 2014.

_____. Governo Federal libera R\$ 10 milhões para dragagem do Canal da Costa. **Folha Vitória Online**. Vitória, 9 nov. 2011

_____. Rodney Miranda assume Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Folha Vitória Online**. 25 abr. 2007.

FORNAZIER, A. Projeto do PDM é entregue pelo prefeito à Câmara Municipal. **Jornal Praia da Costa Online**, Vila Velha. [s.d.]. Acesso em: 16 mar 2014.

FÓRUM POPULAR EM DEFESA DE VILA VELHA. **Carta denúncia do - FPDVV- Fórum Popular em Defesa de Vila Velha**. Vila Velha, maio 2012. Disponível em: <<http://cotidianoemvix.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 mar 2014.

FUNDAÇÃO PROMAR. **Relatório do macrodiagnóstico do potencial do Espírito Santo para implantação de projetos de aquicultura de águas interiores, estuarinas e marinhas** – Aracruz Celulose S/A. Relatório Técnico FPM RT 004/05. Vitória. 2005.

FUSER, I. **Conflitos e contratos: a Petrobras, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FUZATTO, S. Reflexos e ponderações. **Site da Federação Nacional dos Jornalistas**. 26 dez. 2005. Acesso em: 23 abr. 2014.

G1. Bairro volta a ficar alagado sem chover em Cariacica, ES. **Site do G1**. 29

dez. 2013. 2013a.

_____. Canal é aberto para escoar água da chuva em 15 bairros de Vila Velha. **Site do G1**. 27 dez. 2013. 2013b.

_____. Fiscal da Anvisa é novo alvo da Operação Titanic da PF. **Site do G1**. 08 abr. 2008.

_____. Governo Casagrande é aprovado por 29% e reprovado por 26%, diz Ibope. **Site do G1**. 25 jul. 2013. 2013c.

_____. Incaper emite alerta para chuvas fortes e queda de granizo no ES. **Site do G1**. 11 dez. 2013. 2013d.

_____. Vala para escoar enchente causa danos à reserva no ES, diz órgão. **Site do G1**. 27 fev. 2014.

GALWAN. Arraiá solidário Galwan. **Site da construtora Galwan**. 13 maio 2013.

_____. Empreendimentos. **Site da construtora Galwan**. Acesso em: 27 dez. 2013.

_____. História. **Site da construtora Galwan**. Acesso em: 12 dez. 2013

_____. Obras a preço de custo. **Site da construtora Galwan**. Acesso em: 28 dez. 2013

GAZETA ONLINE. Agora, Rodney Miranda quer abrir vala até o Rio Marinho, em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 27 dez. 2013. 2013b.

_____. Construtora Galwan e supermercado Carone se associam. **Jornal Gazeta Online**. 18 nov. 2010. 2010a.

_____. Dez bairros ainda sofrem com alagamentos em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 28 dez. 2013. 2013d.

_____. Governo Federal libera R\$ 10 milhões para dragagem do Canal da Costa, em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 09 nov. 2011.

_____. Justiça determina retorno do vereador Almir Neres à Câmara de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 25 set. 2013. 2013a

_____. Ministério Público entra com ação contra mudanças no PDM de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 02 out. 2013, atualizado em 03 out. 2013. 2013c.

_____. Moradores não querem deixar Pontal das Garças. **Jornal Gazeta Online**. 10 mar. 2009.

_____. PSD lança Almir Neres para prefeito de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 04 abr. 2012.

_____. Trabalhadores da construção civil realizam protesto em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 20 jan. 2014.

GOMES, F. “Baderneiros não nos representam”, dizem organizadores de manifestação. **Jornal Gazeta Online**. 19 jun. 2013.

GONÇALVES, G. Prefeitura apresenta tecnologia para gerenciar a cidade. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 1 de julho de 2012. 2012.

GONÇALVES, L. Ivan Carlini quer Câmara de Vereadores na Darly Santos. **Jornal Gazeta Online**. 03 mai. 2013.

_____. Partido quer tomar mandato de vereador. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 17 out. 2011. 2011b.

_____. Prefeitura de Vila Velha apresenta plano para conter alagamentos, mas não tem dinheiro. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 02 mar. 2011a.

GONÇALVES, T. M. **Novas Estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória: um estudo sobre as recentes ransformações do espaço urbano de Serra-ES**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

HANTEQUESTE, A.; BARRETO, L. N.; LIRA, P. Mapa do Crime: Geoprocessamento e Análise Espacial da Criminalidade Violenta do Espírito Santo - 2007. **Revista Preleção** - Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo - Assuntos de Segurança Pública - ano 2, n. 4, ago. 2008.

HRUSKA, K.; KAEVSKA, M. Mycobacteria in water, soil, plants and air: a review. **Veterinarni Medicina**, 57, 2012 (12): 623–679.

IANA, Káríta. Conselheiros ambientais avaliam alteração do PDM nesta segunda (04). **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 2012?.

_____. Conselho de Meio Ambiente cria comissão para alterar PDM. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Infográficos: dados gerais

Marcelo Sathler

do município - Serra. **Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [s.d.]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2014

_____. **Censo Demográfico 2003**. [s.d.]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 dez. 2013.

_____. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Infográficos: dados gerais do município - Vila Velha. **Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [s.d.]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2014

_____. **O Brasil em Números**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vol. 18, 2010.

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Chuvas que atingiram ES têm menos de meio por cento de chance de ocorrer. **Site do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**. 17 jan. 2014.

_____. Gráfico sobre dados comparativos com a média da série histórica da estação meteorológica localizada no município de Vitória. **Site do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2013?.

IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. **Atlas de Vulnerabilidade às Inundações no Estado do Espírito Santo**. 2013.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. Desassoreamento e Regularização de

Leitos e Margens dos Rios Jucu, Marinho e Formate. **Elaboração dos Estudos para desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios Jucu, Formate e Marinho** – RMGV. [s.d.].

_____. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social.** Vitória [s.n.]: 2010a.

_____. **Morte por grupos de causas.** Vitória. 2010b.

_____. **Mortes por causas externas no Espírito Santo 1997 a 2009: Juventude e População total.** Site do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória. 2010c.

_____. Relatório SEAE/IJSN – diagnóstico dos equipamentos públicos: aglomerado de terra vermelha. **Site do Instituto Jones dos Santos Neves.** Vitória, julho de 2011.

Internautas Cristãos. Igreja Presbiteriana do Brasil recomenda seus candidatos. **Blog Internautas Cristãos.** Set. 2010.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. The IUCN Red List Of Threatened Species. **Leucopternis lacernulatus.** [s.d.]. Disponível em: <www.iucnredlist.org/details/22695763/0>. Acesso em: 06 maio 2013.

_____. The IUCN Red List Of Threatened Species. **Lontra longicaudis.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/details/12304/0>>. Acesso em: 07 maio 2013.

IVISTA. **Case Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município de Vila Velha** – ES. Vitória.

Jornal Praia Da Costa Online. Câmara de Vila Velha derruba os vetos do Executivo Municipal e outorga o PDM. Vila Velha. **Site do Jornal Praia da Costa**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.jornalpraiadacosta.com.br/Noticias-Politica/camara-de-vila-velha-derruba-os-vetos-do-executivo-municipal-e-outorga-o-pdm.html>>. Acesso em: 1º dez. 2013

_____. Câmara decide dilatar prazo para definir PDM. **Site do Jornal Praia da Costa**. Vila Velha. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.jornalpraiadacosta.com.br/Noticias-Politica/camara-decide-dilatar-prazo-para-definir-pdm.html>>. Acesso em: 3 dez. 2013

KROHLING, Aloisio; KROHLING, Beatriz S. M. Experiência de participação popular no Orçamento Municipal de Vila Velha na década de 80: democracia participativa e cooptação política. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011, Curitiba. **Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**. Curitiba: UFPR, 2011.

MAGNANO, L. F. S. *et al.* Caracterização Fitofisionômica da Restinga na Morada do Sol, Vila Velha/ES. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 456-458, jul. 2007.

MARITIME CONNECTOR. **Panamax and New Panamax**. [s.d.]. Disponível em: <<http://maritime-connector.com/wiki/panamax/>>. Acesso em: 12 out. 2013.

MASCARENHAS, M. *et al.* Saúde Brasil 2010: Uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

MATTOS, R. F. da S. Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre

a Região Metropolitana da Grande. 1 ed. Vitória: EDUFES, 2013.

MEDEIROS, M. Fiasco total. **Jornal Online Século Diário**. 12 set. 2013, atualizado em 13 set. 2013. 2013.

_____. Guarda baixa. **Jornal Online Século Diário**. 26 mar. 2014, atualizado em 27 mar. 2014.

MIL E 4. Visualização de Clipping. **Presidente da Ademi-ES, Juarez Gustavo Soares, participou de almoço de 38 anos da Construtora Universal**. 25 maio 2013.

MPES - Ministério Público do Espírito Santo. A Procuradoria de Justiça Especial, por meio do seu Procurador de Justiça-Chefe, em exercício Doutor Fernando Zardini Antonio, promove o arquivamento do seguinte Procedimento Administrativo: processo MP Nº 16951/2012. **Bom dia MP**. Vitória, 27 set. 2012.

_____. MPES ajuíza ação contra a prefeitura de Vila Velha. **Site do Ministério Público do Espírito Santo**. 02 out. 2013.

MONTENEGRO, R. *et al.* Avaliação nutricional e alimentar de pacientes portadores de hanseníase tratados em unidades de saúde da grande Vitória, Estado do Espírito Santo. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Vol. 44, nº 2. Uberaba, mar.-abr. 2011.

MUSSO, C. M.; LIMA; R. N (Org.). Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: anurofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002a.

Marcelo Sathler

_____. Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: avifauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002b.

_____. Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: flora. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002c.

_____. Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: mastofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002c.

_____. Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: herpetofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002d.

_____. Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: ictiofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002e.

NADER, P. R. A.; COSME, L. A. Parto prematuro de adolescentes: influência de fatores sociodemográficos e reprodutivos, Espírito Santo, 2007. **Esc Anna Nery Rev Enfermagem**, abr-jun, 14 (2), 2010, 338-345.

NERES, A. Posto de Saúde de Santa Rita. **Blog Almir Neres**. 23 jun. 2009.

NETO, J. B. Mercado Imobiliário e Produção do Espaço Urbano: a expansão dos empreendimentos imobiliários na orla de Vila Velha/ES a partir dos anos 80. **Revista Geografares**, nº 10, p. 99-127, mar. 2012.

NOBRES, J.; NOSSA, L. 'Sexo e drogas' motivam Lei que proíbe rave em Vila Velha, ES. **Site do G1**. 17 jul. 2012.

O GLOBO. Filho do governador de Rondônia é preso em ação da PF. **Site do**

Senado. 08 abr. 2008

OLIVEIRA, E. De; REIS, T. Após grampo, secretário do ES pede exoneração. **Site da Folha de São Paulo.** São Paulo. 14 dez. 2005.

OLIVEIRA, L. A. P. As Tendências Recentes do Crescimento Populacional do Nordeste. In: SEMINÁRIO QUANTOS SOMOS E QUEM SOMOS NO NORDESTE, 2004, Recife. **Anais...** Recife, 2004, p. 31-39.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. Ricardo Chiabai apoia a organização do 4º Arraiá da Galwan. **Site do Partido Popular Socialista - diretório municipal de Vitória/ES.** 07 ago. 2011. Acesso em: 29 set. 2013.

PEREIRA, O. J. 2003. Restinga: origem, estrutura e diversidade. In: JARDIM, M. A. G., BASTOS, M. N. C.; SANTOS, J. U. M. (Orgs.). **Desafios da botânica brasileira no novo milênio:** inventário, sistematização e conservação da biodiversidade vegetal. Embrapa, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2003, p.177-179.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Revista Estudos Avançados**, vol. 23, nº 66, p. 41-52, 2009.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mapa do Crime: Geoprocessamento e Análise Espacial da Criminalidade Violenta do Espírito Santo – 2007. Assuntos de Segurança Pública. **Revista Preleção**, Vitória, ano 2, n. 4, agosto de 2008.

PORTAL 2014. Copa 2014 já garante aumento de receita para a Galwan. **Site Portal 2014.** 28 jun. 2009.

Marcelo Sathler

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Portos. **Site do Governo do Estado do Espírito Santo**. [s.d.]. Acesso em: 12 out. 2014.

PMVV - Prefeitura Municipal de Vila Velha. **Desenvolvimento Econômico - Complexo Portuário**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolvimento-economico-complexo-portuario>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

_____. Parecer técnico SEMMA/CRN nº 45/10. 27 jan. 2010.

_____. Perfil do Prefeito Rodney Miranda. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. [s.d.]. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. Relação de processos de 2013. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 03 jan. 2014.

RAINHA, J. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o movimento empresarial Espírito Santo em ação e o governo do estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA. Hi-lights. **Folha Vitória Online – Coluna Andrea Pena**. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. Trabalhadores da construção civil protestam contra impasse do PDM em Vila Velha. **Folha Vitória Online**. 11/6/2013, atualizado em 12/6/2013. 2013. Acesso em: 11 jun. 2013.

REVISTA CLASS. Linhas Malditas. **Site da revista Class.** [s.d.]. Acesso em: 24 jul. 2013.

REVISTA ES BRASIL. Banestes e Galwan firmam parceria para financiamento de imóveis. **Site da revista ES Brasil.** [s.d.]. Acesso em: 03 jan. 2014

SAMORA, N. Relação entre a Galwan e desembargadores do TJ privilegia apartamentos de luxo e regalias para clãs. **Grupo Núcleo Político.** 19 jun. 2009.

SAMPAIO, P. B. *et al.* Spatial analysis of new cases of leprosy in the State of Espírito Santo, Brazil, between 2004 and 2009. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, 45(3):380-384, mai-jun, 2012.

SANTOS, A. C. de O. **Perfil no Linked In.** [s.d.]. Acesso em: 24 jul. 2013.

SATHLER *et al.* Vulnerability, Disasters and Urbanization in Peripheral Areas: the case of Vila Velha (ES, Brazil). In: 24th World Congress of Political Science - Politics in a World of Inequality, Poznan, Poland, 2016.

SEMCOM. Comportas do dique do canal Guaranhuns já estão abertas. **Site da Prefeitura de Vila Velha.** 28 dez. 2013. 2013a.

_____. Prefeitura de Vila Velha lança Plano Estratégico da cidade. **Site da Prefeitura de Vila Velha.** 09 ago. 2013. 2013b.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. The 50 Most Violent Cities in the World. Site do Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A. C. 2014.

SILVA, Rachel. Operação Titanic - entenda o caso. **Site Empresa Limpa.** 11

Marcelo Sathler

abr. 2008.

SILVA, S. M. **Composição florística e fitossociológica de um trecho de floresta de restinga na Ilha do Mel, Município de Paranaguá (PR)**. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo. **24º Censo Imobiliário**. Nov. 2013. 2013a.

_____. **23º Censo Imobiliário**. Ago. 2013. 2013b.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Grampo na Rede Gazeta: quatro anos depois, nenhuma explicação. **Site do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo**. 7 dez. 2009.

_____. Frencoop Municipal de Vila Velha é lançada com grande entusiasmo pelo Sistema OCB-SESCOOP/ES. **Site do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Espírito Santo**. 20 dez. 2013.

SIQUEIRA, M. da P. S. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Revista Fênix de História e Estudos Culturais**, ano 6, vol. 6, nº 4, 2009.

_____. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980**. Vitória: Edufes, 2001.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Ranking do

Saneamento - As 100 maiores cidades do Brasil. 2011.

SUGUIO, K.; TESSLER, M. G. Planície e cordões litorâneos quaternários do Brasil. In: Lacerda *et al.* (Orgs). Restingas: Origem, Estrutura e Processos. Niterói: CEUFF, 1984, p.15-25.

TECHNIP. Flexibras – fábrica de tubos flexíveis. [s.d.]. **Site da Technip**. Acesso em: 29 out. 2013.

TEIXEIRA HOLZMANN. Novo empreendimento no ES. **Site da Teixeira Holzmann**. 06 jul. 2011. Disponível em: < <http://www.teixeiraholzmann.com.br/noticia-completa.asp?idnoticia=70>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

TERRA, V. R. *et al.* Avaliação microbiológica das águas superficiais do rio Jucu Braço Sul, ES, Brasil. **Revista Natureza Online**, 6 (1): 48-52. 2008.

THOMPSON, P. Vila Velha: o endereço do novo eldorado. **Jornal Gazeta Online**, Vitória, 26 nov. 2011, atualizado em 26 nov. 2011.

TOMAZELLI, R. Empresas querem tirar Praia Mole da briga por superporto. **Jornal Gazeta Online**, Vitória, 06 dez. 2012.

TOSCANO, A. Prefeito quer porto de águas profundas na Serra. **Site da Prefeitura da Serra**. 18 jun. 2013. Acesso em: 28 jun. 2013.

TJES - Tribunal De Justiça Do Estado Do Espírito Santo, Classe: Ação de Inconstitucionalidade, 100110030515, Relator: CARLOS SIMÕES FONSECA, Órgão julgador: TRIBUNAL PLENO, Data de Julgamento: 08 mar. 2012, Data da Publicação no Diário: 15 mar. 2012.

_____. PDM de Vila Velha: recursos não são conhecidos no Pleno. **Site Do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**. 06 jun. 2013.

_____. Pleno do TJ diz que é inconstitucional PDU de Vila Velha. **Site Do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**. 19 nov. 2012.

VALFRÉ, V. Câmara de Vila Velha alterou ata sobre viagem de Rodney. **Jornal Gazeta Online**. 28 jan. 2014, atualizado em 29 jan. 2014a.

_____. Ricardo Ferraço desiste e vai apoiar Casagrande. **Jornal Gazeta Online**. 02 abr. 2014, atualizado em 04 abr. 2014. 2014b.

VILA VELHA (Município). Lei Orgânica nº 01 de 25 de outubro de 1990. Vila Velha, 25 de outubro de 1990.

_____. Ata da quinta Sessão Ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2014. **Diário Oficial do Poder Legislativo do Município de Vila Velha**, Vila Velha, ES, 21 fev. 2014, ano 9, nº 1966.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima terceira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 03 de dezembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 03 dez. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima quarta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 05 de dezembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 05 dez. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima quinta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 10 de dezembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 10 dez. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima primeira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 26 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 26 nov. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da quinquagésima oitava sessão ordinária da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 05 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 05 set. 2013. 2013d.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da septuagésima nona sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 19 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 19 nov. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da septuagésima quarta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 31 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 31 out. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da septuagésima oitava sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 14 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 14 nov. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima sétima sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 08 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 08 out. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima segunda sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 19 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 19 set. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima terceira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 24 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 24 set. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima nona sessão ([Município](#)) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 15 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 15 out. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Primeira sessão (ordinária) da segunda sessão legislativa da décima quinta legislatura, realizada em 07 de fevereiro de 2006. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 07 fev. 2006.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Quadragésima terceira sessão (extraordinária) da terceira sessão legislativa da décima sexta legislatura, realizada em 14 de julho de 2011. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 2011.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Septuagésima quinta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 05 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 05 nov. 2013. 2013a.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Septuagésima segunda sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 24 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 24 out. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Septuagésima terceira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 29 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 29 out. 2013.

_____. Câmara Municipal de Vila Velha. Sexagésima primeira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 17 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 17 set. 2013.

_____. Decreto nº 086/2011. Regulamenta o Capítulo III - Do Licenciamento Ambiental – Do Livro II, da Lei nº 4.999, de 20.10.2010, que “Institui o Código Municipal do Meio Ambiente, dispõe sobre a política de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para o Município de Vila Velha”. **Site da Prefeitura de Vila Velha**, Vila Velha, ES, 24 de março de 2011.

_____. Decreto nº 33, de 09 de fevereiro de 2003. Boletim Oficial do Município em 11 fev. 2003.

_____. Edital de convocação de debate público sobre alterações no Plano Diretor Municipal de Vila Velha – PDM. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, ano 4, 01 julho de 2009.

_____. Dispensa de Licença Municipal Ambiental (entregues) – 2011. **Site da Prefeitura de Vila Velha**, nov. 2011. 2011g.

_____. Edital de convocação de audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 052/2010 que altera dispositivos do Plano Diretor Municipal – PDM. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vila Velha, ano 6, 05 maio de 2011, p. 3.

_____. Finanças do município de Vila Velha (2011) – prestação de contas (2010). Vila Velha. 2011b.

_____. Lei nº 4.575, de 26 de novembro de 2007. Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) e dá outras providências. Vila Velha, 2007.

_____. Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008. Dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município. Vila Velha, 10 set. 2008.

_____. Lei nº 4.992, de 07 de outubro de 2010. Institui o programa de regularização de edificações – PRE, no município de Vila Velha. Vila Velha, 2013f.

_____. Lei Nº 4.999 de 15 de outubro de 2010. Institui o Código Municipal do Meio Ambiente, dispõe sobre a política de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para o Município de Vila Velha. **Código**

municipal do meio ambiente. Vila Velha, outubro de 2010. 2010b.

_____. **Lei nº 5.196, de 08 de novembro de 2011.** Dispõe sobre alterações na Lei nº 4.992, de 07 de outubro de 2010, e dá outras providências. Vila Velha, 2011d.

_____. **Lei nº 5.205, de 24 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a implantação de loteamentos empresariais com perímetro fechado e dá outras providências. 2011.

_____. **Projeto de Lei nº 052/2010.** Dispõe sobre alterações na Lei nº. 4.575, de 26 de novembro de 2007 - Plano Diretor Municipal - PDM, e dá outras providências. Vila Velha, 23 de dezembro de 2010. 2010b.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da Violência dos municípios brasileiros.** Instituto Sangari. 2008.

_____. **Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil.** Instituto Sangari. 1 ed. 2008.

ZANDONADI, F. Filho de Conselheiro do Tribunal de Contas está entre os presos na Operação Titanic. **Site Gente de Opinião.** 09 abr. 2008.

Zanotti, A. Incêndio destrói parte da reserva de Jacarenema em Vila Velha, ES. **Site do G1.** [s.d.]. Acesso em: 14 jul. 2013.

© Marcelo Sathler, 2017

Capa RENATO BARBOSA

Foto de capa CARLOS MAGNO RECEPUTI

Foto da última capa ANDRÉ BARBOSA BELCHIOR

Produção editorial, projeto gráfico,

revisão e diagramação MARÍLIA CARREIRO

Revisão KARINA FLEURY | MARCELO SATHLER

Este livro é resultado da Dissertação do autor, apresentada à Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, para obtenção do título de Mestre na área de Ecologia.
Proibida a impressão ou a publicação de capítulos sem autorização prévia do autor ou da Editora.

Nesta edição, respeitou-se o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Sathler, Marcelo, 1981-
S253j Jacarenema, a arena : um parque redutor de desastres
urbanos sob risco de urbanização / Marcelo Sathler – Vitória, ES :
Pedregulho, 2017.
299 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-67678-25-2

1. Ciência política. 2. Serviços Ambientais. 3. Inundações. 4.
Degradação ambiental. 5. Crescimento urbano. 6. Parque Natural
Municipal de Jacarenema (Vila Velha, ES) – Conservação. I.
Título.

CDU: 504.61

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Pedregulho.



Marcelo Sathler é um curioso. Dedicado ao incerto e às consequências, sempre buscou compreender o resultado das diversas ações que nos circundam, pouco se importando com as áreas de conhecimento que deveria enfrentar, as quais os limites repudia. Do lixo ao luxo, considera tudo interessante – mas não agradável.

Graduado em ciências biológicas e mestre em conservação da biodiversidade e sustentabilidade, possui vasta experiência com organizações não-governamentais, auxiliando na coordenação de projetos, inclusive, com a marca das Nações Unidas.

Hoje, é auditor socioambiental e trabalha com resgate da história oral e diversas outras áreas acadêmicas, preocupando-se mais em ser um entendedor das relações do que um mero depósito de dados que, quanto mais estuda, menos é capaz de transmitir aquilo que vive e produz. Não há compreensão distante da fonte, e ela nunca está num lugar confortável, como uma biblioteca.